

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

BEHAVIORISMO RADICAL E SUBJETIVIDADE

Carlos Eduardo Lopes

São Carlos
2006

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

BEHAVIORISMO RADICAL E SUBJETIVIDADE¹

Carlos Eduardo Lopes

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Área de Concentração: Epistemologia e Filosofia da Mente

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Damásio Abib

São Carlos
2006

¹Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo através de bolsa de Doutorado Direto (processo: 04/00409-7).

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

L864br

Lopes, Carlos Eduardo.
Behaviorismo radical e subjetividade / Carlos Eduardo
Lopes -- São Carlos : UFSCar, 2006.
231 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2006.

1. Behaviorismo (Psicologia). 2. Subjetividade. 3. Mundo
(Psicologia). 4. Corpo - filosofia. 5. Self (Psicologia). I. Título.

CDD: 150.1943 (20^a)

Dedicatória

Aos meus queridos pais,
pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou este trabalho (processo: 04/00409-7).

Ao meu professor, orientador e, sobretudo, amigo Abib, a quem devo minha formação em filosofia da psicologia.

Aos queridos professores Júlio, Deisy e Jesus, a quem devo minha formação e interesse em análise do comportamento.

Ao amigo, e professor, Julian, por sua indescritível disponibilidade para discutir qualquer assunto, e por me mostrar como fazer filosofia com rigor sem abrir mão da clareza.

A todos os meus amigos e colegas, que direta ou indiretamente ajudaram na execução deste trabalho. Em especial ao Matheus (pelas freqüentes discussões sobre fenomenologia), ao Fernando (pelas discussões acaloradas sobre ética, estética, e psicoterapia), ao Cristiano (pelas produtivas discussões sobre filosofia em geral, e pela ajuda em etimologia), e ao Kinouchi (pelas discussões ocasionais, e pelo valioso auxílio com os procedimentos da Fapesp).

Por fim, agradeço à Carol, por seu apoio, preciosas sugestões, companheirismo e, principalmente, paciência.

“Cabe-nos aqui refutar o preceito que faz do amor, do ódio, ou da cólera, ‘realidades interiores’, acessíveis a uma só testemunha, quem as experimenta. Cólera, vergonha, ódio, amor, não são fatos psíquicos ocultos no mais profundo da consciência de outrem; são tipos de comportamento ou estilos de conduta, visíveis de fora”

Maurice Merleau-Ponty

*Quero fugir, quero fugir!...
Haverá tortura maior?
Existo, e não sou eu!...
Eu-próprio sou outro... Sou outro... O Outro!...*

Mário de Sá-Carneiro

Resumo

No behaviorismo radical a subjetividade é estudada, geralmente, recorrendo-se à teoria de eventos privados. A teoria de eventos privados tem em sua raiz a ‘problemática da acessibilidade’, ou seja, a tese de que a pessoa tem acesso privilegiado a determinados eventos que ocorrem sob sua pele (privacidade). Analisando a origem dessa tese encontraremos que ela chega ao behaviorismo radical pela via do dualismo e do positivismo lógico (através do behaviorismo metodológico). No entanto, quando se interpreta o behaviorismo radical a partir de uma metafísica relacional, elimina-se a influência tanto do dualismo, quanto do positivismo lógico. Com isso, o behaviorismo radical pode abandonar a teoria de eventos privados. Mas diante dessa possibilidade como ficaria o estudo da subjetividade? Responder a essa questão é o principal objetivo deste trabalho. Defende-se, aqui, a tese de que é viável empreender um estudo da subjetividade no behaviorismo radical desvinculado da teoria de eventos privados. Isso pode ser feito através dos conceitos de corpo e mundo, e da construção de uma teoria do self compatível com o behaviorismo radical. Dessa forma, o presente trabalho busca apresentar uma interpretação do behaviorismo radical, pautada em uma metafísica relacional, que desvincula subjetividade de privacidade. Essa interpretação considera também a possibilidade de diálogos produtivos entre o behaviorismo radical e outras teorias psicológicas e filosóficas (tais como psicologia jamesiana, ‘Gestalttheorie’ e filosofia analítica). De acordo com essa interpretação, subjetividade está relacionada com os produtos do comportamento verbal discriminativo (que se identifica com o *eu*). Como esse produto depende de uma comunidade verbal (que arranja contingências discriminativas) a subjetividade passa a ser considerada social. Além disso, a interface pessoa-comunidade verbal torna inviável a defesa de uma subjetividade pura, bem como de um objetivismo pleno. Com isso, o behaviorismo radical parece ser capaz de desconstruir o debate *subjetivo-objetivo*: esses termos estão subordinados à relação comportamental. Por fim, conclui-se que a radicalidade do behaviorismo radical não está em considerar os eventos privados em sua explicação do comportamento, mas em estudar o comportamento sem recorrer a instâncias não-comportamentais.

Palavras-chave: behaviorismo radical; subjetividade; metafísica relacional; mundo; corpo; self.

Abstract

In radical behaviorism, subjectivity is studied, generally speaking, in terms of the theory of private events. The theory of private events has its roots in ‘the problem of accessibility’ – in the thesis, that is, that a person has privileged access to certain events that occur under his skin (privacy). If we examine the origins of this thesis, we will find that it reaches radical behaviorism via the paths of dualism and logical positivism (through methodological behaviorism). However, if we interpret radical behaviorism on the basis of a relational metaphysics, the influence of dualism and logical positivism can be overlooked. This opens the possibility that radical behaviorism can do without the theory of private events. Nevertheless, if we abandon the theory of private events, what will be the consequence for the study of subjectivity? The main objective of this work is to answer this question. Here, we uphold the thesis that the study of subjectivity in radical behaviorism, without reference to the theory of private events, can be fruitfully pursued. This can be achieved through the concepts of ‘body’ and ‘world’, and through the construction of a theory of the self compatible with radical behaviorism. Thus, this work seeks to offer an interpretation of radical behaviorism, based on a relational metaphysics, which separates subjectivity from privacy. This interpretation also considers the possibility of productive dialogues between radical behaviorism and other psychological and philosophical theories (such as James’ psychology, ‘Gestalttheorie’, and analytic philosophy). According to this interpretation, subjectivity is related to the products of discriminative verbal behavior (identified as the I). As this product depends on a verbal community (which arranges discriminative contingencies), subjectivity comes to be considered social. Moreover, the person-verbal community interface renders the defense of a pure subjectivity not viable, as well as that of an unmitigated objectivism. Because of this, radical behaviorism may be capable of deconstructing the objective-subjective debate: these terms are subordinated to the relation of behavior. It is concluded that the radical character of radical behaviorism is not due to its dealing with private events, but to the study of behavior without resorting to non-behavioral instances.

Key words: radical behaviorism; subjectivity; relational metaphysics; world; body; self.

Resumen

En el conductivismo radical la subjetividad es, generalmente, estudiada a través de la teoría de eventos privados. La teoría de eventos privados tiene en su raíz el ‘problema de la accesibilidad’, o cualquiera, la tesis de que la persona tiene un acceso privilegiado a los eventos que ocurren debajo de su piel (privacidad). Analizando el origen de esta tesis encontraremos que esta llega al conductivismo radical por la vía del dualismo y del positivismo lógico (a través del conductivismo metodológico). Sin embargo, interpretando el conductivismo radical a partir de una metafísica relacional, es posible eliminar tanto la influencia del dualismo, cuánto del positivismo lógico. En esto confía la posibilidad de que el conductivismo radical puede abandonar la teoría de eventos privados. ¿Pero delante de esta posibilidad, como sería pues el estudio de la subjetividad? Contestar a esta pregunta es el objetivo principal de este trabajo. Se defiende, aquí, la tesis de que es viable emprender un estudio de la subjetividad desvinculado de la teoría de eventos privados. Esto se puede hacer con los conceptos de cuerpo y de mundo, e con la construcción de una teoría del self, compatible con el conductivismo radical. De esta forma, este trabajo presenta una interpretación del conductivismo radical, pautada en una metafísica relacional, en que la subjetividad es apartada de la privacidad. Esta interpretación también considera la posibilidad de diálogos productivos entre el conductivismo radical y otras teorías psicológicas y filosóficas (tales como la psicología jamesiana, la ‘Gestalttheorie’ y la filosofía analítica). De acuerdo con esta interpretación, la subjetividad se relaciona con los productos de la conducta verbal discriminativa (ese se identifica con el ‘yo’). Como este producto depende de una comunidad verbal (esa arregla contingencias discriminativas), la subjetividad pasa para ser considerada social. Por otra parte, la interfaz ‘persona-comunidad verbal’ hace impracticable la defensa de una subjetividad pura, así como de un objetivismo acabado. Con esto, el conductivismo radical parece ser capaz de desconstruir la discusión ‘subjetivo-objetivo’: estos términos se subordinan a la relación conductual. Finalmente, se concluye que la radicalidad del conductivismo radical no consiste en la consideración de los eventos privados, pero en estudiar la conducta sin recurrir a instancias non-conductuales.

Palabras-clave: conductivismo radical; subjetividad; metafísica relacional; mundo; cuerpo; self.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. – História e Conceito de Comportamento	33
O que é comportamento?.....	34
Uma breve história do comportamento.....	35
<i>Sensing</i> e suscetibilidade às conseqüências imediatas.....	39
Tipos de comportamento.....	40
Por que o comportamento se diferenciou em tipos?.....	42
Comportamento como coordenação sensório-motora.....	43
As formas do <i>comportamento</i>	44
Evento comportamental.....	45
Estado comportamental.....	47
Processo comportamental.....	50
O que é comportamento afinal?.....	54
Metafísica e behaviorismo radical.....	55
Uma definição relacional de comportamento.....	57
Conclusão.....	59
CAPÍTULO II. Percepção	62
Uma breve história.....	63
Realismo, teoria da cópia e behaviorismo radical.....	65
Comportamento perceptivo.....	68
Comportamento perceptivo como coordenação sensório-motora.....	69
Respostas envolvidas no comportamento perceptivo.....	70
Estímulos envolvidos no comportamento perceptivo.....	71
Contingências envolvidas comportamento perceptivo.....	72
Imaginação: Ver-na-ausência-do-objeto-visto.....	76
Contemplação: Comportamento estético.....	79
Organismo, ambiente, corpo e mundo.....	81
Subjetivo versus objetivo.....	83
Conclusão.....	85

CAPÍTULO III. <i>Sensing</i> e <i>Feeling</i>	88
<i>Sensing</i>	89
<i>Sensing</i> como sinônimo de suscetibilidade.....	89
<i>Sensing</i> como sensoriar.....	91
<i>Feeling</i>	93
O que é sentido: Estímulos envolvidos no conceito de <i>feeling</i>	94
Tipos de estímulos envolvidos com as atividades fisiológicas.....	96
História dos estímulos sentidos durante a atividade fisiológica.....	98
O que é sentir?.....	99
<i>Feeling</i> , fisiologia e behaviorismo radical.....	100
Estímulos envolvidos no comportar-se.....	102
<i>Feelings</i> , organismo e corpo.....	105
Discriminação verbal do corpo.....	108
Corpo e comportamento encoberto.....	109
Corpo e metáforas.....	111
<i>Feelings</i> e teoria de eventos privados.....	112
Descrição de estados.....	113
Interno versus externo.....	115
Conclusão.....	116
CAPÍTULO IV. A função da teoria de eventos privados na explicação do comportamento	121
Descrição e explicação.....	122
Um itinerário para a explicação do comportamento.....	124
Explicação funcional do comportamento.....	125
Explicação disposicional do comportamento.....	128
Explicação dinâmica do comportamento.....	130
A teoria de eventos privados.....	131
A problemática da acessibilidade e o Behaviorismo.....	132
Watson e a origem do Behaviorismo.....	132
Behaviorismo metodológico e positivismo lógico.....	133
Behaviorismo radical.....	135
Podemos abandonar a teoria de eventos privados?.....	138

Privacidade.....	138
Comportamento encoberto.....	140
Corpo e eventos privados.....	142
Os discursos em primeira e terceira pessoa.....	143
Conclusão.....	146
CAPÍTULO V. Self.....	149
Um esclarecimento preliminar.....	150
Sujeito.....	151
Ego.....	152
Self.....	153
Comportamento e self.....	153
O campo comportamental.....	155
A natureza do self.....	156
O tratamento da identidade pessoal na filosofia.....	157
O ego cogito cartesiano.....	157
O ego puro kantino.....	158
O não-sujeito humeano.....	159
Empirismo, transcendentalismo, substancialismo e behaviorismo radical.....	161
A continuidade do fluxo comportamental.....	164
Repertório comportamental.....	165
Pessoa.....	167
Processos envolvidos na formação do sujeito.....	170
Comportamento sem sujeito.....	172
A identidade pessoal no behaviorismo radical.....	174
O sujeito como polarização do ambiente.....	176
Os limites do self.....	178
Conflito entre diferentes selves.....	180
Um possível conceito de objeto no behaviorismo radical.....	181
Contornos bem definidos.....	182
Propriedades dinâmicas.....	183
Constância.....	184
Conclusão.....	187

CAPÍTULO VI. Autoconhecimento e conhecimento social.....	189
Conhecimento.....	189
Conhecer e conhecimento.....	190
A função cognitiva do comportamento.....	192
Conhecimento e consciência.....	193
Conhecimento e comportamento verbal.....	195
Conhecimento e self: O sujeito do conhecimento.....	199
Autoconhecimento.....	199
Autoconhecimento e sujeito transcendental.....	200
<i>Eu e me</i>	201
Conhecimento social.....	205
A gênese da identidade social.....	206
Conhecimento social e feelings.....	208
Self e cultura.....	211
Conclusão.....	212
CONCLUSÃO.....	215
REFERÊNCIAS.....	226

INTRODUÇÃO

Visitando os primórdios da história da psicologia científica podemos chegar à conclusão de que tal disciplina surge com a proposta de um estudo sistemático (o que, muitas vezes, era sinônimo de estudo experimental) da subjetividade. Esta vinculação entre subjetividade e psicologia foi razoavelmente mantida até o início do século XX, quando surgiu o Behaviorismo¹. Com a chamada “revolução behaviorista” a psicologia passou a ambicionar o *status* de ciência natural, o que, segundo Watson (1913/1998), exigia o abandono do estudo da subjetividade.

No entanto, a defesa de um sistema psicológico que não tem espaço para a subjetividade é, no mínimo, contra-intuitiva. Esse incômodo foi, possivelmente, um dos principais responsáveis pela enxurrada de críticas que até hoje são dirigidas ao Behaviorismo², bem como pelo surgimento de sistemas psicológicos alternativos, que defenderam explicitamente a importância da subjetividade.

Mas o que é subjetividade? Essa é uma pergunta revestida de muitas controvérsias, e cuja resposta depende do contexto em que ela é formulada. No contexto filosófico, por exemplo, mais especificamente depois de Kant (1781/1997), é comum se falar de dois tipos de subjetividade. Uma subjetividade psicológica, ou empírica, que se identifica com aquilo que a pessoa pode conhecer de si mesma, como sua aparência, seu nome, sua família, seus amigos, sua personalidade, suas experiências afetivas e emocionais, suas inclinações, etc. E uma subjetividade transcendental, que diferente da subjetividade empírica, não está *no mundo*, mas é condição necessária para a constituição desse mundo (Husserl, 1950/2001). Dessa forma, na medida em que a

¹ A exceção é, possivelmente, a Reflexologia do final do século XIX, que acabou por influenciar o próprio Behaviorismo. Segundo essa doutrina todo o comportamento, por mais complexo que fosse, podia ser explicado em termos de reflexos.

² Quando empregamos o termo *Behaviorismo*, com inicial maiúscula, estamos nos referindo à escola psicológica como um todo. Isso quer dizer que com essa notação estamos desprezando as diferentes variações dentro dessa escola.

subjetividade transcendental é condição *a priori* para o conhecimento, ela nunca poderá ser conhecida (Kant, 1781/1997).

A distinção entre subjetividade psicológica e transcendental está calcada na discussão sobre o *sujeito*. Em outras palavras, a subjetividade psicológica está confinada dentro dos limites do sujeito psicológico (do que pode ser conhecido; do objeto do conhecimento), enquanto que a subjetividade transcendental lida com o sujeito transcendental, ou ego puro (conhecedor). Nesse sentido, o tipo de subjetividade é definido de acordo com a participação de um tipo sujeito, o que nos leva a concluir que subjetividade pode ser identificada com um estudo do sujeito.

Uma outra possibilidade, de certa forma decorrente da discussão anterior, é identificar subjetividade com mente (ou, pelo menos, subjetivo com mental). Nesse caso, a definição de subjetividade passa a depender do conceito de mente admitido. Popper (1977/1995), que constrói uma interessante história da mente, indica que alguns achados arqueológicos podem nos conduzir à intrigante conclusão de que o *homem de Neanderthal* já acreditava na transcendência da mente (ou alma), o que permite que se fale da existência de uma pré-história da mente³.

Na filosofia, parece que o conceito de *mente*⁴ mais antigo de que se tem notícia é o encontrado nos poemas órficos citados por Aristóteles (Trad. 2001): “a teoria apresentada nos intitulados poemas de Orfeu (...) afirma que a alma, gerada pelos ventos e vinda do universo, penetra nos animais quando eles respiram” (p. 46). Ainda segundo Aristóteles, a concepção de uma alma constituída de um material sutil, como uma espécie de vento ou sopro, é defendida por muitos dos pré-socráticos: “Diógenes (assim

³ Popper (1977/1995) cita duas descobertas que podem conduzir a essa hipótese. A primeira é o fato de que os *homens de Neanderthal* sepultavam junto com seus mortos, objetos que aparentemente julgavam serem importantes para uma nova jornada. A segunda é a descoberta de várias ossadas sepultadas em uma cama de cipó e decorada com flores (se sabe disso porque a análise do solo revelou a presença de pólen).

⁴ Seguindo Popper (1977/1995), empregamos aqui os termos *mente* e *alma* como sinônimos. Segundo esse autor, o argumento que justifica esse aparente anacronismo é que a diferença terminológica não é acompanhada por uma distinção teórica. Isso quer dizer que os gregos chamavam de alma, o que atualmente é tratado como mente.

como alguns outros também) identifica a alma com o ar, em virtude de, segundo o seu sistema de pensamento, o ar ser a coisa mais sutil” (p. 31); “alguns julgam que a alma se dilui no universo inteiro, constituindo essa concepção a provável origem do pensamento de Tales” (p. 47). Também Pitágoras, por influência dos poemas órficos, defende a alma como algo sutil, capaz de entrar e sair dos corpos, o que explicaria a metempsicose ou transmigração das almas (Popper, 1977/1995).

É importante ressaltar que um dualismo entre corpo e alma, que muitas vezes é atribuído a Descartes (1641/1979), já era sustentado por muitos filósofos da Antigüidade. Segundo Popper (1977/1995), podemos encontrar em Homero cinco diferentes palavras para designar alma (*thymas, psique, noos, phrénes, eidolon*), sendo que todas elas distinguem-se claramente da palavra empregada para designar corpo (*demas*). Talvez a inovação cartesiana (que, possivelmente, se deve à herança do neoplatonismo escolástico) tenha sido a defesa de que a mente (ou alma) pertence à categoria *substância*, podendo ser distinguida da substância corpórea; constituindo, com isso, uma doutrina da mente substancial e transcendente (Popper).

No entanto, se aceitamos a mente cartesiana, parece que caminhamos na direção da impossibilidade de uma “ciência da mente”. Isso porque esse tipo de mente cria, no mínimo, uma limitação metodológica: como seria possível estudar cientificamente uma entidade transcendente? Uma das tentativas de contornar esse constrangimento, sem negar a existência da mente, é assumir uma concepção epifenomenalista (embora exista uma substância mental, ela não tem qualquer papel causal, logo a psicologia científica está isenta da obrigação de estudá-la).

Por outro lado, há a possibilidade de adoção do fisicalismo ontológico, negando, assim, a existência da mente (se só existe o mundo físico, e a mente é *algo* não-físico, então ela não existe). Há de se ressaltar que essa posição consiste na outra face do

dualismo: a crítica da mente cartesiana é feita a partir do dualismo (parte-se de duas “coisas”, negando a realidade de uma delas).

Por fim, há ainda uma terceira opção que circunscreve a mente como imanente ao comportamento (Ryle, 1949/1980). Em outras palavras, o comportamento caracteriza-se com primordial tanto em relação à mente, quanto em relação ao corpo. O que obriga a considerarmos mente e corpo a partir do comportamento. Com essa concepção, *mental* passa a ser considerado atributo do comportamento, e não de uma substância (Lopes e Abib, 2003).

Essa última concepção de mente nos encaminha ao behaviorismo radical, que não se filia nem com o dualismo epifenomenalista, nem com o monismo fisicalista (Lopes, 2005). O fato de essa concepção ser uma alternativa em relação às discussões tradicionais sobre a mente, leva-nos a indagar: como seria um estudo da subjetividade pautado no behaviorismo radical? A relevância dessa pergunta está na possibilidade do behaviorismo radical fornecer uma teoria da subjetividade, que deixe para trás antigos problemas que perseguem esse assunto.

Se empreendermos uma busca pelas possibilidades de estudo da subjetividade com base no behaviorismo radical, descobriremos que um dos modos mais comuns de explorar esse estudo consiste em pautar-se na teoria de eventos privados de Skinner (1945/1984a, 1953, 1957, 1969, 1974). Essa maneira de estudar a subjetividade no behaviorismo radical ganhou tamanha importância que a teoria de eventos privados acabou entrando para a história como a responsável pela radicalidade desse tipo de behaviorismo. Em outras palavras, o tratamento dispensado aos eventos privados seria o que distingue o behaviorismo radical dos demais “behaviorismos”.

Seguindo esse argumento, ao comparar a teoria skinneriana com o behaviorismo metodológico, por exemplo, encontraríamos que uma das diferenças mais marcantes

está no tratamento dispensado aos eventos privados. Skinner (1945/1984a) considera os eventos privados como físicos, incluído-os na explicação do comportamento humano. Já o behaviorismo metodológico considera que esses eventos são de natureza mental (não-físicos), devendo, por esse motivo, ser excluídos da explicação científica – é impossível aplicar o critério *científico* de verdade por consenso, pois os eventos privados não podem ser acessados por dois ou mais observadores ao mesmo tempo⁵.

Outra importante diferença é que, no caso do behaviorismo metodológico, o abandono do estudo de eventos mentais fundamenta-se na defesa de que tais eventos são epifenômenos, ou seja, eles não desempenham qualquer papel na determinação do comportamento. Já no behaviorismo skinneriano, defende-se que, se não há diferença de natureza entre eventos públicos e privados, os indivíduos respondem discriminativamente a eventos privados da mesma forma que o fazem em relação a eventos públicos. Portanto, eventos privados podem participar da determinação do comportamento, por exemplo, em um encadeamento (Skinner, 1989).

No entanto, quando aceitamos a existência de eventos (físicos) que só podem ser acessados diretamente pela própria pessoa que os experiencia, resta ainda uma última dificuldade: como as demais pessoas podem saber da existência desses eventos? Skinner (1945/1984a) encaminha essa pergunta ao campo do comportamento verbal: “o que queremos saber no caso de muitos termos psicológicos tradicionais é primeiro, as condições estimuladoras sob as quais eles são emitidos (...), e segundo (o que é uma questão muito mais importante), por que cada resposta [verbal] é controlada por sua condição correspondente” (p. 548).

⁵ A adoção desse critério pelo behaviorismo metodológico se deve por influência do positivismo lógico (cf., por exemplo, Boring (1945)). Segundo essa doutrina, o valor de verdade de uma proposição empírica se dá através do consenso na observação entre experimentadores; proposições que remetem a condições impossíveis de serem observadas, por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, são consideradas metafísicas (não podem ser consideradas nem verdadeiras, nem falsas) e devem, por esse motivo, ser abandonadas pela ciência.

Em termos de comportamento verbal, quando temos uma resposta verbal discriminativa controlada por estímulo não-verbal, temos um tacto (Skinner, 1957). Esse operante verbal – assim como os demais – é ensinado pela comunidade verbal, que fornece um treino discriminativo em relação às condições de estimulação – reforçando a resposta verbal na presença do estímulo discriminativo, e punindo-a na sua ausência. A dificuldade encontrada na discriminação verbal de eventos privados é, então, a seguinte: como é que a comunidade verbal pode ensinar a discriminação verbal desses eventos se não tem acesso ao estímulo discriminativo? Para estudiosos da teoria skinneriana a resposta é praticamente imediata: a comunidade lança mão de quatro estratégias *indiretas*⁶:

- (1) ela pode se valer de estímulos públicos que acompanham o estímulo privado;
- (2) pode basear-se em respostas públicas colaterais à resposta privada;
- (3) a ocorrência de um comportamento público estimula tanto a comunidade (gera estímulos observáveis por outras pessoas), quanto aquele que se comporta (gera auto-estimulação). Uma resposta verbal (tacto) que “descreve” um comportamento é ensinada pela comunidade a partir dos estímulos públicos produzidos pela ocorrência desse comportamento. Se o comportamento “descrito” pela resposta verbal regredir ao nível encoberto, os estímulos públicos gerados podem praticamente desaparecer, sem que o mesmo ocorra com a auto-estimulação. Se isso ocorrer, a resposta verbal pode passar a ser controlada pelos estímulos privados (auto-estimulação), sem que haja mais um correlato público;
- (4) uma resposta que foi adquirida e mantida em conexão com estímulos públicos pode passar a ser emitida, através de um processo de generalização, em

⁶ A ordem das estratégias descrita aqui é mesma do texto *The operational analysis of psychological terms*, de 1945. Já no livro *Verbal Behavior*, de 1957, a terceira e a quarta estratégias têm sua ordem invertida.

resposta a eventos privados, onde essa generalização baseia-se em propriedades semelhantes do estímulo público e do privado (metáfora ou metonímia).

Dessa forma, na medida em que a teoria dos eventos privados skinneriana é capaz de superar os problemas colocados pelo behaviorismo metodológico, parece não haver nenhum problema com um estudo da subjetividade fundamentado nessa teoria. Explicamos a mente (ou, mais precisamente, os conceitos mentais) através dos eventos privados.

Mas será que essa é a única maneira de interpretar a subjetividade a partir do behaviorismo radical? A resposta que pretendemos defender aqui é não. Para tentar embasar essa resposta, podemos começar analisando mais de perto alguns textos de Skinner (1953, 1968, 1969, 1974), sobretudo daqueles que tratam de temas tradicionalmente considerados mentais (ou subjetivos), tais como “pensamento”, “resolução de problemas”, “criatividade”, e outros em que se espera, intuitivamente, uma forte participação dos chamados *eventos privados*. Surpreendentemente, no tratamento desses conceitos nota-se que, em muitos momentos, praticamente não há referência a eventos privados (Lopes & Abib, 2003).

Ao invés de falar de eventos privados, Skinner (1953, 1968, 1974, 1989, 1990) trata o que geralmente se considera como *mental*, em termos de comportamento. O “pensamento” por exemplo, é analisado através dos usos do termo *pensar*, o que conduz à interessante conclusão de que “‘pensar’ muitas vezes significa ‘comportar-se fracamente’” (Skinner, 1974, p. 103). Assim o estudo do pensamento, no sentido de comportamento fraco, ou mesmo de um controle de estímulos incipientes, aparentemente não requer uma teoria de eventos privados. Isso não sugere que a participação de eventos privados não é condição nem necessária, nem suficiente para um estudo comportamental do pensar? Não sugere que uma pessoa pode pensar sem a

participação de eventos privados e que a presença de tais eventos não conduz à conclusão de que uma pessoa está pensando?

Essa perplexidade torna-se ainda mais evidente quando analisamos o estudo das emoções. De acordo com Skinner (1953), “o comportamento observado durante uma emoção não se confunde com emoção como um ‘estado’ hipotético; fome não se confunde com nada além do comer. Um homem encolerizado, assim como um homem faminto, mostra uma *disposição* para agir de certa maneira” (p. 168, grifo meu). Nesse trecho, ao invés de explicar as emoções em termos de eventos privados, Skinner opera uma explicação disposicional das emoções. Mas o que é uma explicação disposicional? Para responder a essa questão temos que dialogar com o behaviorismo analítico⁷ de Ryle (1949/1980).

Gilbert Ryle (1900-1976) foi um dos mais importantes representantes da filosofia analítica da escola de Oxford. Uma de suas principais contribuições para a discussão psicológica foi sua teoria disposicional, que aponta um tratamento alternativo para a mente. Para Ryle (1949/1980), a mente (e, conseqüentemente, a subjetividade) poderia ser estudada sem referência a uma substância mental. Segundo Ryle (1949/1980), a dificuldade encontrada no estudo da mente fundamenta-se em um erro categorial cometido pelos teóricos, que partindo do uso cotidiano dos termos mentais – que, nesse contexto, não dizem respeito a uma substância mental – criam uma substância. A origem dessa confusão estaria no fato de que os termos mentais originalmente descrevem *disposições*, que são “de um tipo lógico errado para ser visto ou não, registrado ou não” (p. 33).

⁷ Zuriff (1985), com referência à filosofia analítica, considera Ryle e Wittgenstein behavioristas analíticos. Isso, no entanto, não deve ser confundido com o behaviorismo lógico de alguns positivistas lógicos (como por exemplo, Carnap, (1932-33/1965)). Os enunciados disposicionais de Ryle não podem ser lidos do ponto de vista positivista lógico, que reduz as disposições a um conjunto determinado (fechado) de respostas.

Segundo Ryle (1949/1980) as disposições são construções ou abstrações, que não podem ser interpretadas como coisas em si (substâncias). As disposições descrevem a probabilidade de uma pessoa se comportar de uma certa maneira, em um dado contexto. Por exemplo, quando dizemos que uma pessoa é fumante, isso não quer dizer que ela está fumando agora, mas sim que ela fuma com frequência, que ela apresenta uma *tendência* a fumar. Da mesma maneira, quando dizemos que uma pessoa é enxadrista, ou mesmo que *sabe* jogar xadrez, isso não quer dizer que ela está jogando agora, mas que ela é *capaz* de fazê-lo.

Uma outra importante característica das disposições é que elas não podem ser consideradas como a causa das respostas. A relação entre respostas e disposições é tratada por Ryle (1949/1980) em termos de atualização: a resposta *atualiza* a disposição. Isso parece explicar o que Skinner (1953) queria dizer quando afirmava que “emoções não são causas” (p. 167), “ansiedade não é uma causa” (p. 180) e “traços não são causas” (p. 202). Emoções, ansiedade e traços devem ser entendidos como disposições.

Se essa análise for plausível, ou seja, se um diálogo entre o behaviorismo radical e a teoria disposicional de Ryle (1949/1980) for possível, chegaremos a um interessante impasse: se de um lado a teoria de eventos privados é tradicionalmente considerada como o modo *per excellentia* do behaviorismo radical explicar os conceitos mentais, por outro, o próprio Skinner, em alguns momentos, empreende uma explicação disposicional da mente, dispensando a participação de eventos privados. Isso parece que nos leva a questionar a função da teoria de eventos privados no behaviorismo radical (pelo menos enquanto explicação da subjetividade).

Se *mente* é um conceito disposicional, cometeríamos um erro categorial identificando-a com eventos (sejam públicos, ou privados). Assim, se no momento em que a teoria de eventos privados deveria ser de extrema importância – na análise de

conceitos mentais – ela nem sequer é mencionada, cabe perguntar qual a sua utilidade para o behaviorismo radical?

Voltando ao estudo da subjetividade, talvez haja, ainda, um emprego legítimo da teoria de eventos privados: a discussão do self. O behaviorismo radical critica a existência de um agente iniciador do comportamento chamado tradicionalmente de “eu” (Skinner, 1953, 1974, 1989), pelo fato de essa posição ser uma variação do mentalismo – ao invés de uma mente responsável pelo comportamento, ter-se-ia um “eu”. O behaviorismo radical defende que o comportamento deve ser explicado pelas contingências de reforço e não por uma entidade que o precede chamada de “eu”, de “mente”, ou mesmo de “cérebro”⁸.

Mas, então, o que se está querendo dizer quando se fala em “eu”, ou mesmo em self? Uma possível resposta é que o “eu” pode ser identificado com as condições corporais, introspectivamente observadas ou sentidas (Skinner, 1969, 1974, 1989). Se admitirmos que tais condições devem ser consideradas como eventos privados, parece que teremos encontrado uma função irrefutável da teoria de eventos privados: ao estudar o “eu”, não enquanto agente iniciador, mas como estímulos privados observados pela própria pessoa.

No entanto, se sairmos por um momento do texto skinneriano, e caminharmos em direção à história da psicologia científica, encontraremos algumas alternativas para o tratamento do “eu”, ou do sujeito psicológico. Um autor que apresenta uma interessante teoria do self, e que pode fornecer pistas para a construção de uma teoria do self no behaviorismo radical é William James (1842-1910).

Segundo James (1890/1955) o self é imanente ao próprio fluxo do pensamento.

Isso já se reflete na primeira característica do fluxo jamesiano: “todo pensamento tende

⁸ Duas são as críticas dirigidas à idéia de um cérebro iniciador do comportamento. A primeira é que isso nos conduziria a um reducionismo (fiscalismo ontológico); a segunda é que geralmente tal afirmação se embasa em um sistema nervoso conceitual (Skinner, 1950, 1990).

a uma consciência pessoal”, o que quer dizer que o pensamento é desde o início “pensamento de alguém”. A tarefa que James se coloca é tentar descobrir se o “sentimento de existência pessoal” (por que considero que existo?) tem fundamentação empírica, ou se a existência pessoal deve ser atribuída a um fator metafísico qualquer (como uma substância, ou como um “eu transcendental”). Apostando na primeira hipótese, James sugere que vasculhemos nossa experiência em busca de uma fundamentação empírica do self⁹.

No final de uma primeira etapa de sua busca pelo self empírico, James (1890/1955) conclui que uma importante parte do self identifica-se com tudo aquilo que é considerado *meu*. Assim, temos o *self material* (*meu* corpo, *minhas* roupas, *minha* conta bancária, *minha* casa, *meu* carro, e assim por diante) e os *selves sociais* (*minhas* relações sociais e, principalmente, *meu* reconhecimento social).

Não satisfeito, James (1890/1955) continua sua busca pelos constituintes do self que possam agora estar “dentro-de-mim”. Para isso, através da introspecção, ele se volta para a atividade do pensamento em busca da fundamentação última do sentimento de existência pessoal. Nessa incursão pela *subjetividade*, James encontra o mais interno dos selves, o *self espiritual*.

Através da introspecção, James (1890/1955) chega à conclusão de que o self espiritual é um centro de intensa atividade, composto por movimentos de ajustes dos órgãos sensoriais, pelo movimento de abertura e fechamento da glote, pela contração dos músculos da mandíbula, etc., ou seja, por um certo grupo de movimentos percebidos em nossa cabeça. Esses movimentos, embora não sejam claramente percebidos, estão presentes a todo o momento na atividade de nosso pensamento.

⁹ Para James (1890/1955) a ciência psicológica deveria ser empírica. No entanto, seu conceito de empírico, longe de ser positivista, também incluía os dados obtidos pela introspecção (não-experimental).

Nesse sentido, o self espiritual deixa de ser propriamente espiritual e torna-se *empírico*. James (1890/1955) admite que esses movimentos cefálicos não são distintamente percebidos, mas nem por isso sua existência pode ser negada. Parece haver uma dificuldade inerente à introspecção, quando se trata do self espiritual. No entanto, isso não deve ser atribuído à presença de uma atividade espiritual pura, mas ao caráter fluido do self espiritual (intensa e constante atividade) e à sua incessante presença – como está sempre presente, é mais fácil não notar sua presença.

Por fim, a conclusão de James (1890/1955) é que o self espiritual identifica-se com o próprio fluxo do pensamento, mais precisamente com a *seção atual do fluxo do pensamento*. Essa parte atual do pensamento (ou pulso de consciência), embora exista no contexto do fluxo, pode ser *sentida* como “descolada” do resto do fluxo. Esse “descolamento” se dá graças ao contraste entre a seção atual e os outros selves empíricos: enquanto a seção atual (self espiritual) é central, ativa, e sentida como interna, os demais selves parecem ser periféricos, passivos e externos.

Assim, nota-se que em seu itinerário, James (1890/1955) parte dos componentes periféricos do self chegando ao seu núcleo, daquilo que é pensado como *meu (me)* para *aquilo* que pensa (*I*). A originalidade dessa proposta está em considerar que aquilo que pensa é o próprio pensamento, e não uma substância transcendente ou um ego puro. E além disso, provar, por introspecção, que esse “pensador” (self espiritual) pode ser sentido, em outras palavras, é empírico. Dessa forma, James constrói uma teoria do self legitimamente psicológica.

Mas no que essa teoria do self pode ajudar? Uma resposta preliminar é que o fluxo do pensamento jamesiano parece lembrar o conceito de comportamento, descrito por Skinner (1953), quando este afirma que o comportamento “é um processo, e não

uma coisa, ele não pode ser facilmente imobilizado para observação. Ele está em constante mudança, é fluido e evanescente” (p. 15).

Considerando essa aproximação, seria viável falar de uma teoria do self embasada em um fluxo comportamental, compatível com o behaviorismo radical? Será que poderíamos seguir o itinerário jamesiano para compreender os componentes comportamentais do self?

Por outro lado, ao introduzir a introspecção para fundamentar a existência do self espiritual, James (1890/1955) parece considerar a participação dos eventos privados na sua teoria do self. Assim, ao invés de possibilitar a crítica da vinculação entre subjetividade e privacidade, a teoria jamesiana parece, em última instância, corroborá-la¹⁰.

É nesse ponto que recorreremos a uma outra tradição do pensamento psicológico: a *Gestalttheorie*. Através do conceito de corpo (que se distingue de organismo), a psicologia da *Gestalt* defenderá uma teoria do self que pode nos auxiliar na tentativa de empreender um estudo da subjetividade desvinculado da teoria de eventos privados.

Segundo Köhler (1929/1970), um dos principais representante da psicologia da *Gestalt*, quando alguém diz “eu estou vendo uma caneta em cima da escrivaninha”, essa pessoa distingue pelo menos três objetos diferentes em seu campo perceptual: a caneta, a escrivaninha e o “eu”, que nada mais é do que um pedaço de seu nariz, do ombro e, algumas vezes, de outras partes de seu corpo. A única característica especial do “eu”, quando comparado com outros objetos, é que ele está presente em todas as percepções,

¹⁰ Não cabe aqui discutir ponto por ponto as aproximações e os distanciamentos entre James (1890/1955) e o behaviorismo radical. O diálogo com outros autores se justifica de dentro da tentativa de construção de uma interpretação do behaviorismo radical. Por outro lado, vale ressaltar, de antemão, que o caráter empírico da teoria jamesiana nos impede de acompanhá-la em suas conclusões, uma vez que o empirismo não será uma das características defendidas pela presente interpretação do behaviorismo radical.

e sempre é distinto dos demais objetos¹¹. Justamente por sua localização anatômica, esses objetos são vistos *antes* dos outros, e por isso tendemos a identificá-los, erroneamente, com o agente do comportamento.

De acordo com essa concepção, o “eu” identifica-se com o corpo, podendo assim, em certo sentido, ser observado por outras pessoas. Em outras palavras, o eu não deve ser identificado com um evento privado. A análise de Köhler (1929/1970), é feita sem que haja referência a condições *sentidas* (eventos privados). Da mesma forma que vejo uma caneta, vejo o “eu”¹². Seguindo esse raciocínio, talvez seja possível explicar o “eu”, no caso de Skinner, através do comportamento perceptivo¹³ (Skinner, 1945/1984a, 1953, 1968, 1969, 1974), desvinculando finalmente, subjetividade de privacidade¹⁴.

Feita essa breve incursão histórico-filosófica, podemos, agora, definir explicitamente o objetivo do presente trabalho. Trata-se de construir uma proposta de estudo da subjetividade no behaviorismo radical, tentando evitar sua vinculação com a teoria de eventos privados ou, em outras palavras, desvinculando subjetividade de privacidade. Se isso for conseguido, a função da teoria eventos privados poderá, então, ser questionada, talvez não só no estudo da subjetividade, mas na filosofia do behaviorismo radical.

Mas, admitindo por um momento essa possibilidade, caberia, então, perguntar: por que a teoria de eventos privados desperta tanto interesse por parte dos estudiosos do

¹¹ Vale destacar que Mach (1885/1959) defendeu um tratamento para o “eu” muito parecido com esse, bem antes dos psicólogos da *Gestalt*.

¹² A análise de Köhler (1929/1970) é feita com a ressalva de que se restringe ao campo visual. Um exame mais detalhado da questão do self na psicologia da *Gestalt* é feito por Koffka (1935). Portanto, não podemos dizer que, na psicologia da *Gestalt*, o conceito de self restringe-se às partes visuais do corpo, embora sem dúvida as inclua. No entanto, cabe ainda perguntar se, no behaviorismo radical, a análise do “campo visual” não poderia esgotar a questão do self.

¹³ Não se trata aqui de identificar as duas teorias, mas de apontar para uma possível solução do problema do “eu” sem fazer referência a estímulos privados.

¹⁴ Embora a psicologia da *Gestalt* seja um importante interlocutor na construção de uma interpretação da subjetividade buscada por este trabalho, isso não quer dizer que buscamos uma identificação entre behaviorismo radical e *Gestaltpsychologie*. Alguns aspectos da teoria gestáltica são inaceitáveis do ponto de vista behaviorista e vice-versa.

behaviorismo radical? Uma das possíveis respostas é que podemos encontrar na obra skinneriana alguns trechos que estão em conflito com a interpretação que buscamos nesse trabalho. O tratamento das emoções, por exemplo, nem sempre é disposicional: “é verdade que uma pessoa que está sem comer por algum tempo não apenas come, mas também se sente faminto. Uma pessoa que foi atacada não apenas responde agressivamente, mas sente raiva” (Skinner, 1969, p. 257). Dessa forma, podemos dizer que as explicações de conceitos mentais, na obra skinneriana, variam em um contínuo, sendo que no primeiro extremo estão as exclusivamente disposicionais e, no outro, as que atribuem tais conceitos somente às condições corporais introspectivamente observadas.

Mas o que essas diferenças representam? Pelo menos duas coisas. Primeiro, que no decorrer da obra skinneriana o papel dos eventos privados ganha uma ênfase que antes não possuía. Uma prova disso é que em *Science and Human Behavior*, de 1953, eles são abordados em um capítulo distinto (capítulo XVII), no qual encontra-se a seguinte ressalva: “o leitor cujos interesses são essencialmente práticos e que possa agora preferir avançar para os capítulos seguintes pode fazê-lo sem sérios problemas” (p. 258); com isso, parece que o próprio Skinner é hesitante em relação à função explicativa da teoria dos eventos privados.

Em segundo lugar, em termos de determinação do comportamento há também uma sensível mudança. Inicialmente os eventos privados participam pouco da explicação dos conceitos mentais. Em seguida, passam a ter uma maior participação, embora sejam considerados epifenômenos¹⁵. E, por fim, encontramos uma posição em que os eventos privados, embora, em última análise, sejam determinados pelas

¹⁵ Por exemplo, em: “Mas *feelings* são na melhor das hipóteses acompanhamentos do comportamento, não causas” (Skinner, 1969, p. 257, grifo meu).

contingências, podem, em alguma medida, fazer parte da determinação do comportamento¹⁶.

Com isso, podemos especular que a mudança no emprego de eventos privados na explicação do comportamento reflete uma mudança no próprio modelo de ciência adotado – inicialmente teríamos uma explicação disposicional do comportamento (que não se compromete com a questão da causalidade), que com o passar do tempo é substituída por uma explicação causal.

Assim, temos que nos perguntar primeiro, por que há esse conflito entre explicação disposicional e explicação em termos de eventos privados na obra skinneriana? Em segundo lugar, por que deveríamos optar por um dos tipos de explicação? De antemão podemos levantar, pelo menos, duas hipóteses:

(1) a mudança de explicação, indicada anteriormente, não se justifica. Essa manobra consiste apenas em uma tentativa (malsucedida) de fundamentar a teoria de eventos privados, que aparece, inicialmente, como um apêndice do behaviorismo radical, com a função de responder aos críticos¹⁷. Admitindo essa alternativa, a mudança pode ser abandonada, bem como a teoria de eventos privados.

(2) a substituição é necessária e consiste, portanto, em um avanço teórico. Embora a teoria de eventos privados possa ter, inicialmente, a função de resposta a críticas, com essa mudança ela passa a desempenhar uma função explicativa, sendo, por esse motivo, inviável abandoná-la.

¹⁶ Por exemplo, em: “A condição sentida como ansiedade começa a agir como um segundo estímulo aversivo condicionado (...) A ansiedade torna-se, assim, autoperpetuadora e auto-intensificadora” (Skinner, 1989, pp. 7-8).

¹⁷ Isso teria ocorrido em dois momentos distintos: em 1945, Skinner emprega a teoria de eventos privados para marcar uma posição em relação ao behaviorismo metodológico; e em 1974, essa teoria tem a função de responder aos críticos do behaviorismo radical, principalmente os representantes das *cognitive sciences*.

No decorrer do presente trabalho perseguiremos a primeira hipótese, ou seja, a teoria de eventos privados não se legitima no behaviorismo radical ou, pelo menos, sua função é bem mais restrita do que geralmente se defende.

Para tanto, levaremos às últimas conseqüências uma explicação disposicional do comportamento. Em outras palavras, analisaremos até onde a explicação disposicional pode nos conduzir, tentando, assim, chegar aos seus limites. Tal análise começará com os fundamentos do behaviorismo radical, como a própria definição de comportamento, chegando à discussão de qual é o modelo explicativo que pode ser proposto a partir dessa concepção.

Feito isso, podemos, então, analisar a viabilidade do abandono da teoria de eventos privados, bem como uma proposta de estudo da subjetividade no behaviorismo radical, independente dessa teoria. Para tanto, empreenderemos uma discussão sobre o conceito de self, o que culminará na análise do papel do sujeito psicológico no behaviorismo radical. Nesse sentido, como o próprio termo sugere, *subjetividade* passará a ser considerada como aquilo que é próprio de um sujeito¹⁸.

No entanto, um estudo do self pautado pelo behaviorismo radical enfrenta um importante impasse. Skinner (1953, 1974, 1990), geralmente, se mostra pouco amistoso em relação ao conceito de self. Nas suas próprias palavras: “um conceito de self não é essencial em uma análise do comportamento” (Skinner, 1953, p. 285).

Por outro lado, podemos justificar a nossa desobediência à recomendação skinneriana analisando, brevemente, a posição que podemos adotar em relação ao conceito de mente, que segundo Skinner (1990), também não deve participar da ciência do comportamento: “não há lugar em uma análise científica do comportamento para mente ou self” (p. 1209).

¹⁸ Essa afirmação nos dirige a uma discussão suplementar: a relação entre *self* e *sujeito*. Defenderemos no decorrer do trabalho que embora haja relação entre esses termos, eles não podem ser considerados como sinônimo.

Qualquer contato preliminar com os textos skinnerianos revela que a mente substancializada não pode ser aceita pelo behaviorismo radical. No entanto, isso não quer dizer que o conceito de mente deva ser *eliminado* do vocabulário behaviorista radical (Lopes, 2003; Lopes & Abib, 2003). Podemos defender que o behaviorismo radical não elimina a mente, mas apenas um “tipo de mente”.

Isso quer dizer que, não é absurdo defender a legitimidade do conceito de mente no behaviorismo radical, desde que essa mente não esteja inserida na categoria substância¹⁹. Em outras palavras, podemos defender a viabilidade de um estudo behaviorista radical da mente. Se isso for plausível, podemos dizer que o behaviorismo radical não é apenas a filosofia da ciência do comportamento, mas é também uma filosofia da mente (Lopes & Abib, 2003).

Empregando um raciocínio similar em relação ao self, podemos dizer que o behaviorismo radical não critica o conceito de self, mas um tipo de self. Resta, então, descobrir qual é esse tipo de self criticado pelo behaviorismo radical, e qual a viabilidade de se defender um outro tipo. Seguindo o paralelo com o tratamento do conceito de mente, diríamos que tanto a mente, quanto o self, no behaviorismo radical só podem ser imanentes ao comportamento (Lopes, 2003). Isso quer dizer que só será legítimo falar em self, se esse for definido de “dentro” da relação comportamental.

Essa hipótese torna-se plausível na medida em que verificamos que o self criticado por Skinner (1953, 1969, 1971, 1974, 1989) é sempre transcendente ao comportamento – geralmente identificado com um agente iniciador (ou causador) do comportamento. Assim, parece viável defender a construção de uma teoria do self no behaviorismo radical.

¹⁹ A doutrina aristotélica das categorias pode ser entendida do ponto de vista metafísico, ou seja, como categorias de existência (Bambrough, 1963). Entendido dessa forma, essa doutrina prevê dez categorias de existência: substância, quantidade, qualidade, relativo, espaço (lugar), tempo, estar (em uma posição), ter, fazer, e ser afetado (Aristóteles, Trad. 1985).

Nesse ponto podemos retomar a inspiração dada pelos psicólogos da *Gestalt* (Köhler, 1929/1970; Koffka, 1935) e tentar estabelecer uma teoria do self independente da teoria de eventos privados. Se isso for conseguido, teremos vencido o último obstáculo para o abandono de uma teoria de eventos privados no behaviorismo radical e, conseqüentemente, teremos desvinculado o estudo da subjetividade, da teoria de eventos privados.

Há ainda uma última palavra sobre a metodologia adotada, aqui, que merece ser dada. Como já deve ter ficado claro, a tentativa de uma desvinculação entre subjetividade e privacidade no behaviorismo radical está pautada em uma análise histórico-filosófica. Nesse tipo de análise busca-se um diálogo entre o texto psicológico a ser analisado (no caso os textos skinnerianos), e outros textos filosóficos e psicológicos (no caso, principalmente, textos de Ryle, de James e dos psicólogos da *Gestalt*). Assim, nosso itinerário metodológico consiste em partir dos textos skinnerianos em direção aos textos de filósofos e psicólogos não-behavioristas, para então voltar aos textos skinnerianos. O que se espera é que essa visita aos textos não-behavioristas auxiliem na interpretação do próprio behaviorismo radical, revelando influências e afinidades antes desconhecidas, bem como resolvendo alguns problemas encontrados no interior do texto behaviorista.

Por fim, a ausência de comentadores do behaviorismo radical no decorrer do presente trabalho também merece ser justificada. A interpretação buscada aqui é conflitante com muitas outras interpretações e sabe-se que a literatura sobre a teoria de eventos privados é bastante vasta. No entanto, o objetivo da presente tese é tentar *construir* uma interpretação da subjetividade no behaviorismo radical. É preciso, portanto, deixar claro que o julgamento dessa interpretação, bem como o diálogo com

outras interpretações consiste em um passo suplementar, que embora seja reconhecidamente importante, escapa aos limites do presente trabalho.

I

HISTÓRIA E CONCEITO DE COMPORTAMENTO

Na história da psicologia podemos vincular o surgimento do Behaviorismo, nos Estados Unidos, à recusa de alguns psicólogos em seguir a concepção de psicologia defendida pelo introspeccionismo titcheneriano. Dentre esses psicólogos destaca-se Watson, que em 1913 escreve seu manifesto “*Psychology as the behaviorist views it*”. Uma das principais teses desse manifesto é a de que a psicologia científica é um ramo das ciências naturais, e como tal, deveria adotar o *comportamento* como objeto de estudo.

Em um outro momento, Koffka (1935) – representante da psicologia da *Gestalt*, e crítico assumido de Watson –, dirá que “a psicologia se ocupa do comportamento dos seres vivos” (p. 10). Pouco antes, na antiga União Soviética, Vygotsky & Lúria (1930/1996) escrevem um livro intitulado “*Estudos sobre a história do comportamento*”, evidenciando a importância do comportamento para a compreensão do desenvolvimento humano.

Mas, se por um lado, a importância do estudo do comportamento dentro de um sistema psicológico parece ser inquestionável¹, por outro lado, é difícil encontrar um consenso em relação à definição de comportamento. Por esse motivo, encontramos várias “psicologias” interessadas pelo comportamento, cada uma delas definindo-o de um modo. É nesse sentido que a definição de comportamento adotada por um sistema psicológico caracteriza², em um certo sentido, o próprio sistema.

Sendo assim, julgamos que o mais indicado seria começar o presente trabalho tentando construir um conceito de comportamento no behaviorismo radical. Essa tarefa,

¹ Bleger (1963/1980) destaca a importância do estudo do comportamento inclusive para um sistema psicanalítico.

² Se não caracteriza o sistema como um todo, pelo menos nos fornece algumas pistas de sua caracterização.

como se poderá verificar neste primeiro capítulo, não é tão fácil quanto parece. Além disso, a definição de comportamento fornece importantes indícios de como o behaviorismo radical está sendo interpretado. Assim, além de ser um ponto de partida, a definição de comportamento traça também os limites da interpretação adotada aqui.

Iniciaremos recorrendo à construção de uma história do comportamento – partindo de um “comportamento primitivo”, chegando ao comportamento tal como o encontramos atualmente. Ao final dessa etapa, teremos definido o *conteúdo* do comportamento. Em seguida, analisaremos quais são as *formas do comportamento*, bem como as relações que existem entre elas. Por fim, conjugando conteúdo e forma, alcançaremos uma definição ampla de comportamento, o que, como veremos, filia o behaviorismo radical a uma metafísica relacional.

O que é comportamento?

Há muitas maneiras de tentar responder a essa questão. Uma delas é “construir” uma história do comportamento, partindo de sua gênese, traçando sua evolução no decorrer dessa história e chegando, finalmente, ao comportamento tal como o conhecemos atualmente (Skinner, 1975/1978a, 1984/1987a, 1990). Esse itinerário justifica-se por dois motivos. O primeiro diz respeito à herança darwinista do behaviorismo radical: assim como Darwin (1859/1980) explica as características atuais dos organismos através da evolução das espécies, Skinner (1984/1987a) explica os tipos atuais de comportamento através da evolução de um “comportamento primitivo”. Dessa forma, para ambos autores a explicação dos resultados deve ser buscada no *processo*.

O segundo motivo pelo qual deve-se lançar mão da história do comportamento durante sua explicação é que reconstruindo a evolução do comportamento obtemos uma visão mais ampla de seu “funcionamento” na ontogênese e, assim, podemos prever,

através do caminho percorrido por essa evolução, qual poderá ser seu futuro ou, pelo menos, quais variáveis são relevantes em sua modificação nos três níveis de variação e seleção. (A evolução filogenética do comportamento começa na ontogênese, mas, por outro lado, os tipos de comportamento atualmente observados são produtos, em alguma medida, da filogênese; a compreensão dessa inter-relação entre filogênese e ontogênese é uma das exigências para que possamos alcançar uma definição satisfatória de comportamento.)

Uma breve história do comportamento

O estudo da história do comportamento fornece a possibilidade de se compreender os fenômenos comportamentais a partir de sua gênese. A biologia evolucionária, da qual o modelo de seleção pelas conseqüências³ deriva, busca uma explicação histórica para as características encontradas atualmente nas espécies. Se o comportamento humano deve ser explicado nos três níveis (filogenético, ontogenético e cultural), através do modelo de seleção pelas conseqüências, parece razoável defender que para explicar o produto final – comportamentos tais como os conhecemos atualmente – devemos nos voltar para os processos que deram origem a esse produto (Skinner, 1969, 1981/1984b, 1984/1987a). Em outras palavras, para explicar os diferentes tipos de comportamento apresentados pelo homem nos dias de hoje, devemos construir uma história que possibilite a compreensão da evolução do comportamento⁴.

Segundo Skinner (1984/1987a), “o primeiro comportamento foi presumivelmente simples movimento” (p. 65). Essa afirmação, embora aparentemente

³ O modelo de seleção pelas conseqüências é considerado por Skinner (1981/1984b) como o modo de explicação *per excellentia* do behaviorismo radical. Segundo esse modelo, o comportamento humano é o produto de contingências que atuam em três níveis de variação e seleção (filogenético, ontogenético e cultural).

⁴ O mesmo pode ser dito a respeito de padrões comportamentais instalados na ontogênese. No entanto, como, no momento, estamos preocupados com a definição de comportamento, esse assunto não será abordado agora; basta dizer que para compreender um padrão atual também podemos recorrer à história que o produziu, empregando as mesmas justificativas apresentadas para a evolução do comportamento.

simples, pede um tratamento especial. O que quer dizer “simples movimento”? Seria um movimento sem qualquer tipo de determinação, aleatório, espontâneo? Seguindo a citação: “então, presumivelmente, veio *sensing*⁵” (p. 66, grifo meu). Se *sensing* surgiu depois do movimento, isso quer dizer que esse primeiro movimento não era controlado por nenhum tipo de estimulação. Nesse ponto, colocam-se pelo menos duas possibilidades.

A primeira é afirmar que é possível haver um “simples movimento” controlado pelas conseqüências na ausência de *sensing*. Assim já no “simples movimento” o organismo apresentava suscetibilidade às conseqüências imediatas produzidas por esse movimento e, nesse caso, o movimento não era tão simples assim. Embora não houvesse ainda *sensing*, o organismo já era capaz de aprender em função das conseqüências produzidas por esse movimento. Mas isso nos coloca um problema suplementar: como um organismo pode ser suscetível sem apresentar nenhum tipo de *sensing*? Em outras palavras, será que suscetibilidade e *sensing* não são sinônimos?

Tais questões nos encaminham à segunda possibilidade, que consiste em admitir que é somente através do *sensing* que a suscetibilidade às conseqüências torna-se possível. Se esse for o caso, diríamos que esse comportamento originário (simples movimento), na medida em que não contava com *sensing*, não era nem sequer controlado pelas conseqüências imediatas que produzia. Para ser mais preciso, se não havia *sensing*, não havia suscetibilidade às conseqüências produzidas pelo movimento do organismo, fossem elas imediatas ou não⁶.

Não é fácil decidir por uma das alternativas, mas admitamos, inicialmente, que o movimento inicial era realmente simples, ou seja, que não havia suscetibilidade às

⁵ O termo *sensing* foi mantido em inglês devido a problemas que traduções, como “sentir” ou “sensação”, podem trazer. O sentido mais próximo do buscado, nesse capítulo, é o de “suscetibilidade ao ambiente”.

⁶ Se o organismo não era sensível às conseqüências que sua ação produzia, podemos dizer que ele não produzia tais conseqüências, pois, do ponto de vista funcional, não ter qualquer função é o mesmo que não existir.

conseqüências imediatas. Se isso estiver correto, teremos, então, um problema: será que esse primeiro comportamento, que se reduz a simples movimento, não está submetido ao modelo de seleção pelas conseqüências? A resposta só pode ser dada depois de diferenciarmos *contingências de sobrevivência* de *contingências de reforço*.

Seguindo Skinner (1984/1987a) teremos de admitir que as contingências de reforço são um produto tardio da evolução, quando comparadas com as contingências de sobrevivência. Isso porque, teoricamente, apenas as primeiras pressupõem suscetibilidade. As contingências de sobrevivência selecionam respostas que têm como resultado a manutenção do organismo e, conseqüentemente, da espécie, de modo que, indivíduos que não foram capazes de emitir respostas controladas⁷ por conseqüências de sobrevivência, não sobreviveram para passar seus genes, e sua linhagem foi extinta.

Teoricamente, as contingências de sobrevivência operam sem a necessidade de que o organismo apresente qualquer tipo de suscetibilidade, pois responder ou não de acordo com essas contingências é sinônimo de sobreviver ou não. Em outras palavras, temos que admitir a possibilidade de que o organismo pode ser selecionado pelo simples fato de mover-se, mesmo de modo aleatório e indeterminado, se isso, *por coincidência*, livrá-lo de situações que possam extingui-lo, ou aumentar as chances de expô-lo a situações que permitam sua sobrevivência.

Por outro lado, se é possível defender que houve um comportamento que se resumia a um movimento aleatório, sem qualquer suscetibilidade a conseqüências imediatas, como seria possível para esse organismo alimentar-se sem a capacidade de “perceber”, de algum modo, o alimento? Voltando à citação de Skinner (1984/1987a):

⁷ Parece um pouco estranho empregar nesse contexto o termo *controlado*. Isso porque se não há *sensing* o organismo emite respostas aleatórias que podem ou não estar de acordo com contingências de sobrevivência, mas o organismo não é sensível a essa diferença. Ele não tem a capacidade de aprender com as conseqüências, quem “aprende” é a espécie, que só sobreviverá se, *por coincidência* os organismos se comportarem de acordo com as contingências de sobrevivência. Nesse sentido, parece que a relação entre resposta e conseqüência de sobrevivência, *do ponto de vista do organismo*, é de contingência e não de contingência. Em suma, as contingências de sobrevivência operam sobre a espécie.

“o primeiro comportamento foi presumivelmente simples movimento – como aquele da ameba avançando para um novo território e aumentando, então, suas chances de *encontrar* materiais necessários para a sua sobrevivência” (pp. 65-66, grifo meu). Como seria possível para essa ameba *encontrar* os materiais necessários, se seu comportamento não inclui qualquer tipo de *sensing*? Supondo o exemplo banal de uma ameba que se depara com um protozoário e o engloba, é possível descrever esse processo da seguinte forma:

“A presença do protozoário gera uma concentração de substâncias no meio que são capazes de *interagir* com a membrana da ameba, desencadeando mudanças de consistência protoplasmáticas que resultam na formação de um pseudópodo. Este, por sua vez, produz alterações na posição do animal, que se desloca, modificando assim a quantidade de moléculas do meio que interagem com sua membrana” (Maturana e Varela, 1987/2002, p. 164, grifo meu).

Verificamos nesse exemplo que em uma das atividades mais elementares do organismo, a alimentação, um tipo de *sensing*, *mesmo que primitivo*, desempenha um papel fundamental. Pois, afinal, seria possível reconstruir esse exemplo dispensando a parte sensorial do processo?

Uma resposta possível, que será a alternativa adotada aqui, é admitir que qualquer ocorrência anterior à *coordenação sensório-motora*, descrita no exemplo acima, não deve ser chamada de comportamento, pois se ocorreu algo diferente disso, possivelmente, foi extinto – não foi selecionado por contingências de sobrevivência. A proposta, então, é não privilegiar evolutivamente, nem movimento, nem *sensing*, mas a coordenação entre eles – movimento ou *sensing* isolados não foram selecionados por contingências de sobrevivência. Admite-se, portanto, que a suscetibilidade ao campo

estimulacional foi a base para a evolução dos comportamentos atuais, e que tal suscetibilidade, ainda que primitiva, já operava no primeiro comportamento do organismo primitivo.

'Sensing' e suscetibilidade às conseqüências imediatas

Se as conseqüências imediatas participam de alguma maneira do campo estimulacional, a relação entre *sensing* e suscetibilidade a conseqüências parece ser evidente – a suscetibilidade às conseqüências imediatas passa a identificar-se com *sensing*. Isso pode fazer sentido se admitirmos que toda conseqüência produz estímulos, ou seja, uma conseqüência caracteriza-se pelo fato de alterar o campo estimulacional do organismo, o que por sua vez influencia no comportamento subsequente do organismo.

Mas diante dessa possibilidade temos ainda que dar conta da diferença entre *contingências de sobrevivência* e *contingências de reforço*. Um possível encaminhamento para a questão é que essa separação, entre dois tipos de contingência, só apareceu quando os organismos passaram a ter um tempo de vida maior⁸.

Em um unicelular, como o tempo de vida (antes da reprodução) é curto, as contingências de sobrevivência operam através das conseqüências imediatas – não há tempo para a constituição de contingências ontogenéticas⁹. Já nos pluricelulares, como o tempo de vida aumenta, o comportamento em função da suscetibilidade às conseqüências imediatas passa a constituir contingências de reforço (ontogenéticas), que não coincidem necessariamente com as contingências de sobrevivência.

Isso quer dizer que, em um primeiro momento, a suscetibilidade às conseqüências imediatas (já presente desde o início) foi responsável por um

⁸ Considera-se, aqui, “tempo de vida” como o período transcorrido entre o nascimento do organismo e sua reprodução.

⁹ Assim, parece que não faz sentido falar em dois tipos de contingência em organismos unicelulares.

comportamento que se dava apenas em função de contingências de sobrevivência; mas com o aumento do tempo de vida do organismo, houve um gradual distanciamento entre comportamento atual (controlado agora por contingências de reforço) e contingências de sobrevivência. (Podemos, então, dizer que a independência entre os dois tipos de contingência é diretamente proporcional ao tempo de vida do organismo, de modo que um organismo com um tempo de vida bem maior, como o ser humano, pode se comportar quase que exclusivamente em função de contingências de reforço.)

Com isso, torna-se inviável defender a existência de um organismo, que se comporta exclusivamente em função de contingências de sobrevivência postergadas. Todo organismo é influenciado pelas conseqüências imediatas. Mesmo o organismo primitivo é suscetível às conseqüências imediatas de seu comportamento, o que equivale dizer que esse organismo já é capaz de aprender com as conseqüências e, portanto, já possui ontogênese (relativamente curta).

Portanto, ao admitirmos que o comportamento é uma coordenação sensório-motora, ou seja, que não há movimento sem *sensing*, estamos também admitindo que o primeiro comportamento, mesmo estando submetido a contingências de sobrevivência, já incluía suscetibilidade às conseqüências imediatas.

Tipos de comportamento

Resta agora analisar como é que a partir desse comportamento “primitivo” os tipos de comportamento encontrados atualmente evoluíram. A diferenciação entre comportamentos só foi possível a partir da evolução do *sensing*¹⁰. À medida que o *sensing* evoluiu, uma maior suscetibilidade ao campo estimulacional tornou-se possível, e, conseqüentemente, a relevância dos estímulos presentes durante a emissão da

¹⁰ Vale ressaltar que no “comportamento primitivo” o *sensing* já estava presente. Assim, quando dizemos “evolução do *sensing*” estamos nos referindo ao aumento do alcance da suscetibilidade e não ao seu aparecimento.

resposta aumentou no contexto do comportamento¹¹. É justamente a estabilidade do contexto contemporâneo à resposta (estímulos antecedentes), bem como os tipos de contingências envolvidas, que determinaram a diferenciação do comportamento em três tipos diferentes: respondente, liberado e operante.

O comportamento respondente requer uma grande suscetibilidade ao contexto anterior – o estímulo antecedente *elicia* a resposta – e, embora contingências de reforço possam também influenciá-lo, as conseqüências responsáveis por esse comportamento devem ser buscadas nas contingências de *sobrevivência*¹². (A influência ontogenética de comportamentos respondentes pode ser verificada no fenômeno de *superposição entre reflexo e operante* ou na “emissão” de respostas anteriormente “eliciadas”¹³.)

O comportamento liberado¹⁴ requer uma suscetibilidade menor ao contexto antecedente, “como o estímulo discriminativo, ele [o estímulo liberador] aumenta a probabilidade de ocorrência de uma unidade de comportamento, mas não a força” (Skinner, 1969, p. 175). Sendo assim, “a principal diferença entre um reflexo e um instinto não está na complexidade da resposta, mas na ação dos estímulos eliciador e liberador, respectivamente” (p. 175). No comportamento liberado, assim como no reflexo, embora sua gênese se deva a contingências de sobrevivência, contingências de reforço podem desempenhar um importante papel – o instinto pode ser modificado através de contingências ontogenéticas alternativas, fazendo com que respostas que originalmente eram liberadas sejam agora emitidas.

Já o comportamento operante surge a partir da diferenciação entre contingências de sobrevivência e contingências de reforço. Como já vimos, essa

¹¹ Os estímulos antecedentes não são as únicas variáveis contextuais. O contexto do comportamento inclui também a história, e as variáveis de estado (motivacionais e emocionais).

¹² Note-se que não estamos excluindo as conseqüências na determinação do reflexo. Portanto, o modelo de seleção pelas conseqüências explica também o reflexo, como defende Skinner (1953) ao dizer que “vantagens biológicas ‘explicam’ reflexos em um sentido evolutivo” (p. 54).

¹³ Exemplos desses processos podem ser encontrados em Keller & Schoenfeld (1950).

¹⁴ O comportamento liberado é a interpretação behaviorista radical do instinto (Skinner, 1969).

diferenciação ocorreu com o aumento do tempo de vida do organismo, que passou a se comportar em função de conseqüências imediatas desvinculadas de seu valor de sobrevivência (reforço).

Por que o comportamento se diferenciou em tipos?

Essa diferenciação entre os tipos de comportamento pode ser atribuída à estabilidade do ambiente em que eles evoluíram. Em um ambiente totalmente instável um padrão de comportamento (como o reflexo e o liberado) não pode ser selecionado. Em tal ambiente, embora os organismos já aprendam com as conseqüências, essa aprendizagem é exclusivamente ontogenética. Já em um ambiente relativamente estável, há a possibilidade de uma *modelagem filogenética*, na qual mudanças graduais criam uma contingência de sobrevivência que seleciona um responder estabilizado. Dessa forma, o comportamento filogenético (reflexo e liberado) só pode surgir em um ambiente estável.

Além disso, a evolução da suscetibilidade ao campo estimulacional (*sensing*) aumentou a capacidade de aprendizagem do organismo, pois os estímulos antecedentes passaram a funcionar como “sinais” do grau de estabilidade do ambiente. É nesse ponto em que surge uma primeira diferenciação do comportamento. Se um organismo, sensível ao estímulo antecedente, está inserido em um ambiente muito estável, a probabilidade de esse organismo comportar-se de maneira cada vez mais rápida em relação a esse estímulo aumenta até o ponto em que essa relação torna-se “aparentemente mecânica”¹⁵ – dado o estímulo, a resposta é *eliciada*.

¹⁵ Como já mencionamos, o reflexo foi selecionado por contingências de sobrevivência, somadas a um ambiente estável, sendo assim, após fazer esse tipo de análise percebemos que, embora atualmente fiquemos tentados a dizer que a resposta reflexa é *causada*, no sentido mecânico do termo, pelo estímulo antecedente, isso seria uma simplificação indevida. Entender o reflexo como mecanicamente determinado é ignorar sua função filogenética. A questão envolve a idéia da delimitação dos níveis onto e filogenéticos, e o reflexo de alguma maneira mostra que a relação entre esses níveis é dinâmica.

Agora, se a estabilidade não é tão grande, e os estímulos antecedentes sinalizam uma estabilidade relativa, há um aumento da probabilidade de ocorrência da resposta na presença desse estímulo, mas essa probabilidade é menor do que no caso do reflexo. Tanto o operante, quanto o comportamento liberado, surgem nesse contexto em que o antecedente aumenta a probabilidade de ocorrência da resposta, mas não a elicia. A diferença é que enquanto o comportamento liberado foi selecionado por contingências de sobrevivência, o operante pode estar sob controle de conseqüências sem qualquer valor de sobrevivência (contingência de reforço). Essa diferença muitas vezes é feita dizendo-se que o liberado é inato e o operante é aprendido. No entanto, seria mais correto dizer que em uma escala na qual os extremos são inato e aprendido, o comportamento liberado está mais próximo do primeiro, e o operante do segundo – o comportamento liberado apresenta variações individuais, pois as conseqüências imediatas participam, em alguma medida, de sua determinação, e o operante depende de elementos que podem ser classificados como inatos, como, por exemplo, a suscetibilidade ao reforço.

Comportamento como coordenação sensório-motora

A história do comportamento, contada pelo behaviorismo radical, pode ser resumida da seguinte forma: começamos com um comportamento primitivo¹⁶, submetido às conseqüências imediatas, que nesse caso são parte de contingências de sobrevivência. Com o gradual aumento do tempo de vida dos organismos, há um distanciamento entre conseqüências imediatas e contingências de sobrevivência, sendo que, a princípio, as primeiras têm a função de “adiantar” os efeitos das últimas. Nesse ponto, surge a possibilidade de um “novo comportamento” – determinado pelas

¹⁶ Comportamento diz respeito, aqui, a uma coordenação sensório-motora; portanto, ao contrário do que defende Skinner (1984/1987), o “sensing”, mesmo que não muito sofisticado, já está presente nesse “comportamento primitivo”.

conseqüências imediatas destacadas de seu valor de sobrevivência. Paralelo a isso, a estabilidade do ambiente, somada ao aumento da suscetibilidade ao campo estimulacional (evolução do *sensing*), proporcionou a diferenciação do comportamento em reflexo, liberado e operante.

Dessa forma, chegamos a uma definição preliminar de comportamento: uma coordenação sensório-motora, que se manifesta, inicialmente, pelo fato de não existirem órgãos específicos para as funções sensórias e motoras, como no caso da ameba em que a membrana desempenha ambas as funções. Paralelo à diferenciação dos órgãos motores e sensoriais, surge o sistema nervoso com a função de integrar esses órgãos, garantindo a continuidade da coordenação sensório-motora. Comportamento, nesse sentido, é a atividade de um organismo como um todo, é a inter-relação entre atividades motora e sensorial, que ocorrem em relação com o ambiente. É essa relação indissociável entre movimento e *sensing* que aproxima uma ameba, que emite pseudópodes para englobar uma partícula, de um ser humano que resolve um problema de álgebra, permitindo que chamemos o que ambos estão fazendo de comportamento.

As formas do 'comportamento'

Com base nos resultados obtidos na construção da história do comportamento podemos considerar a coordenação sensório-motora como o *conteúdo* do comportamento. Nesse sentido, torna-se legítimo afirmar que todo comportamento é uma coordenação sensório-motora. Mas como essa coordenação se apresenta? Em outras palavras, qual é a *forma* do comportamento? Se analisarmos os conceitos básicos do behaviorismo radical, bem como da análise experimental do comportamento, chegaremos a três formas que participam do conceito de comportamento: *evento*, *estado* e *processo*.

Evento comportamental

No behaviorismo radical, a análise de uma ocorrência comportamental nos dá uma inter-relação entre eventos comportamentais e eventos ambientais. Assim, temos um evento comportamental, a resposta, que está em relação com dois eventos ambientais, o estímulo e a consequência¹⁷. Assim, a primeira forma do comportamento é o evento comportamental, a ocorrência de uma resposta singular (Skinner, 1953, 1969).

Se, por um lado, uma resposta única não diz muita coisa, por outro, seria insensato afirmar que essa ocorrência não diz absolutamente nada. A descrição de episódios comportamentais singulares é o primeiro passo de uma ciência do comportamento, não sendo uma tarefa tão banal quanto pode parecer. Tal descrição passa necessariamente pela relação entre topografia e função, relação essa que se não for bem explorada pode desviar o curso da investigação do comportamento para um caminho não desejado.

A topografia, ou fatores topográficos de uma resposta, identifica-se com os vários movimentos envolvidos na sua emissão, é o produto da atividade motora considerado do ponto de vista “físico”¹⁸. Já a função é o *sentido* do conjunto de movimentos. Alcançamos a função de uma resposta dando unidade à atividade motora do organismo¹⁹. Assim, uma resposta define-se pela função atribuída a uma certa

¹⁷ É preciso tratar essa distinção com cuidado. Se houver diferença entre suscetibilidade ao campo estimulacional e suscetibilidade às consequências, não podemos chamar a consequência de estímulo. Mas será que as consequências não são parte do campo estimulacional do organismo? Caminhamos nesse trabalho na direção de uma resposta afirmativa, no entanto, manteremos em nossa descrição a distinção entre estímulo e consequência para evidenciar as diferentes funções de cada evento ambiental.

¹⁸ Isso quer dizer que podem ser registrados através de operações físicas. O que deve ficar claro é que em momento algum isso nos compromete com uma ontologia fisicalista.

¹⁹ É inegável que a relação entre topografia e função, tal como foi descrita aqui, pode ser considerada como do tipo gestáltica, ou seja, o todo (função), define o significado das partes (topografia). Não nos deteremos a esse ponto no momento, mas voltaremos a apontar algumas semelhanças entre a psicologia da *Gestalt* e o behaviorismo radical no decorrer do trabalho.

topografia e, portanto, uma análise funcional consiste na proposta de uma relação função-topografia.

Essa evidente importância dos eventos comportamentais é muitas vezes responsável pela sua identificação indevida com comportamento. Tal deslize é cometido pelo próprio Skinner (1969), quando ao falar da relação entre eventos comportamentais e ambientais diz que “não olhamos (...) para *comportamento* e ambiente como coisas ou eventos separados, mas como inter-relações entre eles” (p. 10, grifo meu). Percebemos, nessa citação que o termo *comportamento* pode ser substituído por resposta, considerada aqui como um evento comportamental²⁰.

Não defendemos, aqui, a legitimidade da identificação entre comportamento e evento comportamental. Em outras palavras, embora os eventos comportamentais participem do conceito de comportamento, não o esgotam. Isso equivale a dizer que a forma evento é necessária, mas não suficiente para construirmos um conceito completo de comportamento. Tal conclusão nos conduz à análise de outra forma presente no comportamento.

Estado comportamental

Se, em alguns momentos, Skinner (1969) emprega o termo *comportamento* como sinônimo de evento comportamental, em outros, ele afirma categoricamente que comportamento não é uma resposta: “uma instância singular na qual um pombo eleva sua cabeça é uma *resposta*. Ela é uma porção da história que pode ser relatada em qualquer sistema de referência que desejarmos usar. O *comportamento* chamado

²⁰ Aproveitando a citação anterior, é importante salientar que, diferentemente de Watson (1924/1930), Skinner (1969) defende que os eventos ambientais (estímulos e conseqüências) e eventos comportamentais (resposta) não são separados, mas inter-relacionados desde o início. Isso quer dizer que, a rigor, não existem estímulos ou conseqüências independentes de uma resposta. Esse *relacionismo* só vem a reforçar a definição de comportamento como uma coordenação sensório-motora – não se trata de uma associação aos moldes do empirismo inglês, não existem estímulos que se ligam a respostas, há, desde o início, uma *unidade*.

‘levantar a cabeça’, independentemente de quando instâncias específicas ocorrem, é um *operante*” (Skinner, 1953, p. 65, grifos meus). Mas como podemos interpretar essa definição de operante, que não se identifica com a ocorrência de respostas? A proposta que defenderemos, aqui, repousa na participação de estados comportamentais no conceito de comportamento. Se isso for plausível, o termo *operante*, tal como empregado na citação anterior, deve ser considerado como um conceito disposicional (Lopes, 2004).

Quem emprega uma lógica disposicional para interpretar o comportamento é Gilbert Ryle. Em seu livro *The Concept of Mind*, de 1949, Ryle critica toda a tradição da filosofia que defende a existência de uma mente substancializada (incluída na categoria *substância*), e fundamenta essa crítica apontando que a criação desse tipo de mente está embasada em um *erro categorial*, ou seja, classificar um fenômeno como pertencente a uma categoria lógica incorreta. No caso da mente, os filósofos acreditariam que ela é uma substância, quando é uma disposição ou estado. Segundo Ryle (1949/1980), a origem dessa confusão pode ser encontrada na análise da linguagem – os defensores da mente substancializada partem de verbos que designam uma ação e criam substantivos, que passam, então, a designar uma suposta substância.

Skinner (1953) parece compartilhar da opinião de Ryle (1949/1980), pois quando analisa o conceito de inteligência diz: “começamos com ‘comportamento inteligente’, passamos primeiro para ‘comportamento que *mostra* inteligência’ e então para ‘comportamento que é o *efeito* da inteligência” (p. 202). Segundo Ryle (1949/1980), a origem da confusão reside no fato de que os estados ou disposições são de “tipo lógico errado para ser visto ou não, registrado ou não” (p. 33) e, por esse motivo, muitos filósofos passam a defender que palavras que designam estados referem-se a substâncias inacessíveis, localizadas em algum lugar obscuro.

Voltando à definição de comportamento, encontramos a participação de disposições ou estados comportamentais no conceito de probabilidade de responder. A importância desse conceito é constantemente ressaltada por Skinner (1969), que chega a afirmar que “um dado natural em uma ciência do comportamento é a *probabilidade* de que uma dada porção [*bit*] de comportamento ocorrerá em um dado momento” (p. 75, grifo meu).

Por outro lado, há algumas peculiaridades do conceito de probabilidade que merecem ser exploradas. A primeira delas é a distinção entre probabilidade de responder e resposta. A resposta é uma ocorrência que *atualiza* a probabilidade. Isso quer dizer que só podemos falar de probabilidade (estado) partindo da ocorrência de uma resposta (evento). Nas palavras de Skinner (1969): “são sempre as instâncias que são contadas ao se determinar a frequência, e é dessa frequência que a probabilidade de uma *resposta* é inferida” (Skinner, 1969, p. 131). Dessa forma, a probabilidade de responder, um dado estado comportamental, é um conceito construído a partir da ocorrência de determinados eventos comportamentais²¹.

Uma segunda característica do conceito de probabilidade, entendido como um estado comportamental, é o interessante fato de que “nunca observamos uma probabilidade enquanto tal” (Skinner, 1953, p. 62). Isso porque esse tipo de classificação (observável ou inobservável) não pertence à lógica dos estados, mas à dos eventos ou ocorrências (Lopes, 2003, 2004; Lopes & Abib, 2003; Ryle, 1949/1980). No entanto, isso não quer dizer que um estado seja *algo* que existe por detrás dos eventos observados e, muito menos, que é a *causa* desses eventos. Os estados são conceitos construídos a partir da ocorrência de certos eventos, com o intuito de *explicar* o

²¹ É importante ressaltar que a obrigatoriedade da relação entre estados e eventos comportamentais – não há estado comportamental que não seja, em algum momento, atualizado por eventos comportamentais – não nos filia a uma explicação causal. Em outras palavras, a probabilidade de responder não é a causa da resposta.

comportamento. (O conceito de explicação será abordado como detalhes no Capítulo IV.)

Podemos, assim, considerar o estado comportamental como um modo de interpretar o comportamento, como uma abstração construída a partir dos eventos comportamentais. Dessa forma, o conceito de comportamento inclui estados comportamentais (probabilidade de responder) atualizados por um padrão de respostas. Isso evidencia ainda mais a afirmação, feita há pouco, de que o comportamento não se resume a eventos comportamentais. Ainda em relação à explicação do comportamento, com a participação dos estados comportamentais – que podem ser entendidos como probabilidade para se comportar de determinado modo – temos a possibilidade de *prever* a emissão de eventos comportamentais.

Isso nos remete aos objetivos da análise do comportamento. Seguindo a presente proposta podemos dizer que a análise do comportamento visa o estabelecimento e manutenção de alguns estados comportamentais, bem como a eliminação de outros – o analista do comportamento não está interessado em ocorrências únicas, mas nas regularidades que podem ser extraídas dessas ocorrências; nas palavras de Skinner (1953): “não importa quão acurada ou quantitativa possa ser, a descrição de um caso particular é apenas um passo preliminar. O próximo passo é a descoberta de algum tipo de *uniformidade*” (p. 15). Além disso, interessando-se por estados comportamentais, o analista do comportamento é capaz tanto de explicar a emissão de respostas atuais, quanto de prever a emissão de respostas futuras.

Uma ressalva merece ser feita em relação ao comportamento reflexo. Parece que nesse tipo de comportamento é mais comum a confusão entre evento e estado comportamental: geralmente uma ocorrência singular (a flexão patelar após uma leve pancada no joelho, por exemplo) é chamada de comportamento reflexo. Assim como no

caso do estado operante, não é correto reduzir o estado reflexo a ocorrências que o *atualizam*. O estado reflexo também deve ser considerado como uma disposição ou tendência (que embora seja mais “forte” do que no caso do operante, não deve por isso ser considerado como de uma natureza diferente).

Processo comportamental

Se parássemos aqui nossa análise das formas envolvidas no conceito de comportamento não incluiríamos o aspecto dinâmico do comportamento. Em outras palavras, temos que incluir em nossa análise uma terceira forma que dê conta da *fluides* do comportamento, que seja capaz de explicar a mudança e manutenção do comportamento no tempo. Além disso, se a análise do comportamento está interessada nos estados comportamentais, é preciso saber como construir, manter ou extinguir esses estados. Isso nos remete à análise dos *processos comportamentais*. O primeiro passo exigido nesse exame é uma análise crítica do conceito de *contingência*.

Segundo Skinner (1969), “uma formulação adequada do intercâmbio entre o organismo e seu ambiente *sempre* deve especificar três *coisas*: 1) a ocasião em que a resposta ocorre; 2) a própria resposta; 3) as conseqüências reforçadoras. A inter-relação entre elas constitui as ‘contingências de reforço’” (p. 7, grifos meus). Nessa afirmação podemos ressaltar pelo menos dois aspectos: primeiro, que ao chamar o estímulo antecedente, a resposta e a conseqüência de *coisas*, Skinner está dizendo que são eventos, o que reforça nossa análise anterior. O segundo, diz respeito à obrigatoriedade da contingência tríplice como um modelo primordial de relação entre eventos. Ao dizer que a formulação adequada deve *sempre* especificar três coisas, parece que Skinner está

afirmando que não podemos pensar em um modo de relação entre eventos que seja diferente da contingência tríplice²².

Nesse ponto temos que fazer uma importante ressalva. Como estamos buscando uma definição de comportamento, que deve ser “maior” que o conceito de comportamento operante, não podemos nos deter na análise das contingências de reforço, tal como o trecho citado acima pode sugerir. Podemos, portanto, continuar a admitir que a contingência tríplice é o único modo de organização da relação entre eventos comportamentais e ambientais, desde que ela não seja identificada com a contingência de reforço. Assim, quando falamos de processos comportamentais estamos falando de contingências, que incluem tanto contingências de reforço, como contingências de sobrevivência.

Sendo assim, os eventos que participam de um comportamento (independente de se tratar de um operante, liberado ou reflexo) sempre se organizam na forma “estímulo-resposta-conseqüência”. No caso do operante, por exemplo, é a contingência de reforço quem dita o modo como os eventos relacionam-se – o estímulo antecedente sinaliza que se a resposta for emitida, existe uma alta probabilidade de que será seguida por uma determinada conseqüência. Além de ditar a forma de organização entre eventos, as contingências, ou processos comportamentais, são uma espécie de “ponte” entre eventos e estados comportamentais, indicando de que modo podemos partir de eventos para construir estados.

Continuando com o exemplo de um comportamento do tipo “operante”, temos que: a ocorrência de uma resposta produz uma conseqüência que, por sua vez, afeta a

²² Sem dúvida Skinner (1953, 1969, 1974) defende que nem sempre o estímulo antecedente é passível de identificação. Mas isso é um problema epistemológico, e não quer dizer que os estímulos antecedentes não participem desde o início da contingência: “o ambiente afeta o organismo depois, bem como antes, de responder (...) A ocasião na qual o comportamento ocorre, o próprio comportamento e suas conseqüências são inter-relacionadas nas contingências de reforço” (Skinner, 1974, pp. 73-74). Admitiremos, portanto, que a contingência tríplice não pode ser quebrada.

ocorrência de novas respostas – seria insensato dizer que essa consequência afeta a ocorrência da resposta que a produziu, pois essa já não existe mais e, portanto, não pode mais ser afetada. O que se altera é a *probabilidade* de ocorrência de novas respostas; não de quaisquer respostas, mas de respostas que guardam *alguma semelhança* com a primeira resposta.

Seguindo esse *processo*, se à emissão de respostas semelhantes seguem-se sempre consequências reforçadoras semelhantes, no final teremos a constituição de uma classe de respostas, um *estado comportamental operante* (Skinner, 1953, 1969). Assim, inferimos a existência de um estado operante a partir de ocorrências ou *eventos comportamentais* – o operante não se reduz a ocorrências, embora se manifeste através delas.

No caso do comportamento liberado e reflexo também encontramos a participação de estados comportamentais. No entanto, as contingências (processos) envolvidas na gênese de cada tipo de estado são diferentes. Nos comportamentos liberado e reflexo as contingências são de sobrevivência e, portanto, as consequências que selecionaram esses comportamentos devem ser buscadas na filogênese. No caso do comportamento operante, as consequências envolvidas são de reforço e pertencem à ontogênese.

A relação entre eventos, estados e processos pode ser analisada através das mudanças na taxa de resposta, representadas graficamente por uma curva acumulada. Assim, se a taxa de resposta sobe, dizemos que o organismo *aprendeu*; se a taxa cai dizemos que o comportamento entrou em *extinção*; se um determinado estímulo passa a exercer *controle discriminativo* sobre a resposta, isso produz alterações na taxa; as *operações motivacionais* – privação e estimulação aversiva – alteram a taxa de modo muito claro (Skinner, 1950). Dessa forma, uma taxa de resposta relativamente estável

representa um estado comportamental (uma alta probabilidade de responder), que foi produzido, e é mantido, por um processo (observado através das variações anteriores à estabilidade); já, as variações na taxa representam a operação de outros processos, bem como as mudanças de estado.

Com isso, defenderemos, aqui, que as contingências (de reforço e de sobrevivência) podem ser entendidas como processos comportamentais. Essa identificação leva em consideração o caráter temporal, dinâmico ou processual das contingências, impedindo que essas sejam interpretadas como sinônimo de mero procedimento. Podemos encontrar fundamento para esse fato no próprio texto skinneriano, quando define os processos comportamentais como “mudanças no comportamento” (Skinner, 1968, p. 120) citando como exemplos “aprendizagem, discriminação generalização e abstração” (p. 120) e, em outro momento, chamando esses mesmos exemplos de “algumas contingências de reforço” (Skinner, 1969, p. 23, nota 1.1).

O risco de se confundir processos comportamentais com comportamento é bem menor do que no caso de eventos e estados comportamentais. O próprio Skinner (1968) salienta a impossibilidade de considerarmos processos como comportamentos: “esses [processos comportamentais] *não são comportamentos*, mas mudanças no comportamento” (p. 120, grifos meus). No entanto, defender que não há identificação entre processos comportamentais e comportamento não exclui a possibilidade de que haja relação entre eles. É justamente esta a nossa hipótese: que os processos comportamentais devem participar da definição de comportamento.

A justificativa para incluirmos os processos comportamentais na definição de comportamento é que com isso introduzimos o caráter mutável do comportamento já em sua definição. Em outras palavras, é parte da definição de comportamento estar em

constante mudança e isso se deve aos processos comportamentais. Tal afirmação encontra amparo nas palavras do próprio Skinner (1953): “Visto que [o comportamento] é um *processo*, e não uma coisa, ele não pode ser facilmente imobilizado para observação. Ele está em constante mudança, é fluido e evanescente” (p. 15, grifo meu)²³.

O que é comportamento afinal?

Desde o começo deste capítulo estamos tentando encontrar uma definição de comportamento e, depois de todo esse itinerário, parece que ampliamos ainda mais nosso problema. Sabemos que o conteúdo do comportamento é uma coordenação sensório-motora, e sabemos também que as formas evento, estado ou processo devem participar do conceito de comportamento. Mas como podemos conciliar isso tudo?

Primeiramente, é possível identificar uma inter-relação entre as formas evento, estado e processo: os *eventos comportamentais* (respostas), relacionam-se com *eventos ambientais* (conseqüências e estímulos discriminativos), de um modo organizado. Quando consideramos o fator temporal dessa relação, concluímos que o padrão de organização dos eventos, no tempo, é responsável pela criação, manutenção e mudança de *estados comportamentais*. Dessa forma, os *processos comportamentais* ou contingências são responsáveis por “regularidades funcionais” entre as muitas respostas emitidas por um organismo. Esse padrão no responder de um organismo é, por sua vez, a indicação da presença de estados comportamentais. Dessa forma, através da manipulação de processos comportamentais (via eventos ambientais) podemos construir (ou extinguir) estados comportamentais, além de prever e controlar a ocorrência de eventos comportamentais.

²³ Voltaremos a falar do *fluxo comportamental*, bem como de sua participação na explicação do comportamento e no estudo da subjetividade, em capítulos subseqüentes.

Se por um lado, a interdependência entre evento, estado e processo aponta para a impossibilidade de considerarmos qualquer uma dessas formas como a “verdadeira” definição de comportamento, por outro, é justamente essa interdependência a característica que concilia as três formas. Em outras palavras, podemos dizer que é uma *relação de interdependência* que caracteriza o comportamento. Essa peculiaridade do comportamento nos remete à análise de uma metafísica relacional²⁴, na qual o behaviorismo radical parece estar inserido.

Metafísica e behaviorismo radical

O termo *metafísica* carece de uma definição unívoca dentro da filosofia (Kim & Sosa, 1995). Dessa forma, a primeira tarefa para se falar de metafísica é esclarecer em que sentido esse termo está sendo empregado. Metafísica é entendida, aqui, como uma visão-de-mundo compartilhada pelas várias pessoas de uma mesma comunidade verbal. Isso inclui a comunidade científica, e, portanto, ao contrário do que defendem algumas tradições da filosofia da ciência, a metafísica tem um papel garantido no desenvolvimento de qualquer ciência – o que pode ser facilmente verificado quando se estuda a história das ciências a partir das mudanças na visão-de-mundo de cada época (Burt, 1932/1983).

Com essa concepção, podemos concluir que quando alguém nega a participação da metafísica na ciência, isso só pode ser feito a partir de uma metafísica. Em outras palavras, sempre partimos de uma visão-de-mundo específica. Assim, quando falamos de uma metafísica do behaviorismo radical, estamos nos referindo ao modo como essa

²⁴ Devemos elucidar que em momento algum estamos nos propondo a construir uma metafísica, o que obviamente exigiria um outro trabalho. Ao analisar uma metafísica relacional estaremos apenas esboçando algumas de suas características. Estamos, portanto, conscientes que isso de modo algum esgota todo o assunto.

filosofia interpreta os fatos estudados pela análise do comportamento, ou seja, os assuntos relacionados ao comportamento.

Uma das principais características de uma metafísica compatível com o behaviorismo radical é a *imanência*, ou seja, para o behaviorismo radical tudo é imanente ao comportamento (embora ainda não saibamos exatamente o que é comportamento). Isso é o mesmo que dizer que não há nada para além do comportamento, ou que tudo pode ser explicado em termos de comportamento.

A segunda característica dessa metafísica é a que se relaciona mais diretamente com os nossos atuais propósitos. Trata-se de seu caráter *relacional*, ou seja, o ente primordial dessa metafísica é a relação, e todos os demais entes só podem ser identificados a partir de relações. Juntando as duas características dessa metafísica, temos que se tudo é imanente ao comportamento, e se o que existe são apenas relações, o comportamento só pode ser relação.

O comportamento, nesse sentido, define-se como relação entre organismo e ambiente, sendo que essa relação é “anterior”²⁵ tanto ao organismo quanto ao ambiente. Em outras palavras, identificamos organismo e ambiente de “dentro” da relação comportamental – não há organismo que não esteja se comportando, e nem ambiente que não seja, de algum modo, afetado pelo comportamento de um organismo. Tudo se constitui a partir do comportamento e, dessa forma, ambiente e organismo só são passíveis de identificação graças à relação.

Como consequência da adoção desse *relacionismo*, o behaviorismo radical fica de fora da tradicional discussão entre realismo e idealismo. O que equivale dizer que tal filosofia não pode ser considerada nem *realista*, nem *idealista*. No primeiro caso,

²⁵ O termo *anterior* não quer dizer que exista uma relação “vazia”, com um *status* ontológico próprio. O que estamos defendendo aqui é que não há prioridade de existência por parte dos elementos da relação. Assim, não há elementos sem relação, da mesma forma que não há relação sem elementos.

estariamos defendendo a existência de um ambiente que independe do organismo²⁶ que age e, no segundo, um organismo que tem tal independência que é capaz de construir um ambiente a partir de si mesmo²⁷.

Uma definição relacional de comportamento

Podemos agora voltar ao *conteúdo* do comportamento – uma coordenação sensório-motora –, que extraímos da história do comportamento, e confrontá-la com essa concepção relacional. Quando falamos de uma coordenação sensório-motora, estamos dizendo que há uma relação indissociável entre movimentar-se (motor) e perceber (sensório); assim, tudo que chamamos de comportamento deve apresentar uma relação inextrincável entre esses dois elementos.

No que concerne à forma do comportamento, encontramos também uma relação obrigatória entre evento, estado e processo. Isso quer dizer que partimos das seguintes suposições: 1) não há evento comportamental que não seja atualização de um estado comportamental, 2) não há estado comportamental que não seja atualizado, em algum momento, por um evento comportamental, e 3) não é possível constituir, manter ou extinguir estados comportamentais de outra maneira que não através de processos comportamentais.

Além disso, conteúdo e forma estão também em relação obrigatória. O que quer dizer que não há coordenação sensório-motora sem evento, estado e processo. Cabe aqui uma pequena observação. Quando falamos de um organismo primitivo, que tem um tempo de vida muito reduzido, talvez encontremos apenas alguns eventos

²⁶ Talvez em termos filosóficos seja mais correto empregar nesse contexto o termo *sujeito*. No entanto, como a discussão de uma teoria do self no behaviorismo radical será abordada mais adiante, deixaremos para essa ocasião a definição de sujeito, mantendo, por enquanto, o termo genérico *organismo* para designar “aquele que se comporta”.

²⁷ Nesse sentido, realismo e idealismo não são tão antagônicos quanto se acredita. Tanto um quanto outro situam o sujeito fora de sua relação com o mundo.

comportamentais, pois o tempo de vida desse organismo não é suficiente para a atuação de processos comportamentais na ontogênese e, conseqüentemente, para a formação de estados comportamentais ontogenéticos. No entanto, se analisarmos ao invés do organismo, sua linhagem, desde que o ambiente mantenha-se razoavelmente estável, será possível encontrar as outras formas. (Podemos dizer que em um organismo muito simples, que tem uma ontogênese muito curta, encontraremos um comportamento bastante simples ou primitivo, cuja forma se resume, praticamente, a eventos comportamentais. No entanto, esses eventos podem ser considerados atualizações de estados comportamentais filogenéticos, constituídos a partir de processos comportamentais filogenéticos.)

Por fim, o comportamento como um todo está na relação inextrincável entre organismo e ambiente. Em outras palavras, o comportamento, que se instaura como uma relação obrigatória entre forma e conteúdo, está *entre* o organismo e o ambiente. Assim, embora, tenhamos a tendência de localizar a coordenação sensório-motora no organismo, a metafísica relacional nos impede de fazê-lo, com a justificativa de que com isso estaríamos privilegiando o organismo. (Quando dizemos que o comportamento é *do* organismo, isso não quer dizer que ele esteja *no* organismo.)

Dessa forma, podemos definir comportamento como a relação entre as funções motoras e sensoriais, que se manifestam na inter-relação entre evento, estado e processo. Essa nossa definição leva em consideração a metafísica relacional, não privilegiando, portanto, nem organismo, nem ambiente. A relação entre funções motoras e sensoriais “pertence” ao organismo na exata medida em que depende dele – é sempre um organismo que se comporta –, mas não está *no* organismo, pois isso implicaria em afirmar que o organismo é anterior à relação comportamental. Por outro lado, a relação também “pertence” ao ambiente, pois as atividades motora e sensorial modificam e são

modificadas pelo ambiente. (Enquanto a história do comportamento nos ensina que, do ponto de vista evolutivo, não há prioridade entre as atividades motora e sensorial de um organismo, a metafísica relacional reforça essa concepção, dizendo que a relação entre essas atividades é indissociável e anterior tanto ao organismo, quanto ao ambiente.)

Sendo assim, quando dizemos que o organismo está se comportando, esse relato pode estar sob controle de duas variáveis diferentes: a primeira são as mudanças de postura observadas, o que reduz comportamento à atividade motora de um organismo – como já apontamos esse é um uso inadequado, pois a relação entre as atividades motora e sensorial é indissociável, ou seja, todo o comportamento tem elementos motores e sensoriais. A segunda é a relação entre as atividades motora e sensorial que *não* pode ser observada como tal, trata-se de um uso metafísico do termo *comportamento*. Comportamento, nesse sentido, não se reduz a movimento, é uma relação entre o mover-se e o sensoriar, que pode ser encontrada em qualquer “nível” de análise: evento, estado ou processo.

Conclusão

A conclusão que podemos extrair de todo o itinerário percorrido é que a relação primordial entre organismo e ambiente, que se manifesta através da indissociabilidade entre as atividades motora e sensorial, e inclui a relação entre evento, estado e processo comportamental, deve ser identificada com o comportamento. Essa escolha não é arbitrária; tem a função de desfazer uma confusão conceitual criada pelo uso indiscriminado do termo *comportamento*.

Assim, como resultado de nossa análise conseguimos não só construir uma definição de comportamento, como também criar uma espécie de “método” para a interpretação de textos do behaviorismo radical. Segundo a definição aqui proposta, o

termo *comportamento* deve ser usado apenas quando diz respeito à descrição da relação entre organismo e ambiente. Isso quer dizer que nenhuma das três formas que estão presentes nesse conceito de comportamento (evento, estado e processo) podem ser identificadas com comportamento. Portanto, caso encontremos eventuais usos indevidos do termo *comportamento*, sejam em textos skinnerianos, sejam em textos de comentadores, devemos substituí-lo por seus sinônimos: resposta (evento comportamental), operante, reflexo, liberado (estados comportamentais), e contingência (processo comportamental), evitando, assim, possíveis confusões conceituais.

Podemos ressaltar um último aspecto que pode incomodar alguns analistas do comportamento: o fato da definição de comportamento, adotada aqui, ter sido classificada como um uso metafísico desse termo. Como já mencionamos anteriormente, é ingenuidade de alguns cientistas acreditar que a metafísica está ausente do conhecimento científico; pelo contrário, é a metafísica, entendida como uma visão-de-mundo, que dirige a busca do conhecimento científico. Além disso, não podemos nos esquecer que a metafísica relacional tem como característica a *imanência* e, geralmente, é o caráter *transcendente* de certos tipos de metafísica que é criticado pela filosofia da ciência.

No que diz respeito ao caráter “não-empírico” de nossa definição de comportamento, isso se justifica pelo fato de que não estamos acostumados a ver o mundo de modo relacional, e, por esse motivo, a relação organismo-ambiente deixa de ser “observada”, mas isso não quer dizer que essa relação é transcendente. Geralmente se defende que apenas o que é captado pelos órgãos dos sentidos é *real* ou mesmo observável, constituindo, assim, uma diferença fundamental entre observar e interpretar. O que defensores desse tipo de concepção não percebem é que isso já é um tipo de interpretação – a de que os dados dos sentidos nos fornecem a totalidade dos fatos. Mas

o behaviorismo radical não compartilha dessa concepção: “‘ver’ é o comportamento ‘interpretativo’ que um estímulo controla” (Skinner, 1953, p. 140). Observar é interpretar e, nesse sentido, o comportamento enquanto relação pode ser “observado”.

Dessa forma, o analista do comportamento que não aceita a definição de comportamento como relação, com a justificativa de que a relação não é observável, não está comprometido com a metafísica relacional e, conseqüentemente, com o behaviorismo radical.

II

PERCEPÇÃO

Uma vez estabelecido o conceito de comportamento como uma coordenação sensório-motora, que se manifesta na relação entre organismo e ambiente, através de três formas (eventos, estado e processo) inter-relacionadas, analisaremos, agora, a teoria da percepção do behaviorismo radical.

É possível conhecer tanto o que ocorre no mundo, quanto em nosso corpo, o que legitimaria o uso do termo *perceber* em um sentido amplo. No entanto, consideraremos *percepção* apenas no primeiro sentido, deixando o segundo sentido para o próximo capítulo, quando analisaremos os *feelings*.

A escolha da percepção como tema inicial para um estudo da subjetividade se justifica, inicialmente, pela existência de uma vasta discussão, já histórica, encontrada tanto na psicologia, quanto na filosofia, acerca do *acesso* que temos ao mundo. Muitas tradições, relativamente diferentes, defendem que não temos acesso ao mundo real, mas a uma cópia mental *subjetiva*. Por outro lado, outras tradições acreditam que nosso acesso é direto e, portanto, o estudo da percepção esgotar-se-ia no estudo dos processos fisiológicos *objetivos* envolvidos. O que tentaremos fazer nesse capítulo é mostrar como o behaviorismo radical se situa nessa discussão.

De antemão, podemos dizer que, se, por um lado, o behaviorismo radical não defende uma cópia mental como um modo adequado de explicar a percepção, por outro, não acredita também que temos acesso ao *mundo em si*. Sendo assim, tentaremos mostrar, ao longo do capítulo, como seria um possível encaminhamento para a discussão sobre o contato com o mundo, a partir dos pressupostos do behaviorismo radical. Além disso, tentaremos esclarecer como essa proposta lida com a classificação

subjetivo-objetivo, dando, assim, um primeiro passo para a construção de um estudo da subjetividade no behaviorismo radical.

Uma breve história

O início do século XX marcou a psicologia científica graças a um importante debate envolvendo duas grandes escolas (Foulquié & Deledalle, 1951/1965; Heidbreder, 1933/1975; Herrnstein & Boring, 1965/1971; Köhler, 1929/1970; Marx & Hillix, 1963/1979). De um lado estava a Nova Psicologia ou Introspeccionismo, cujo principal representante nos Estados Unidos foi Edward Bradford Titchener (1867-1927). Essa tendência do pensamento psicológico defendia o estudo da mente através de seus elementos constituintes, a saber, *sensação*, *volição* e *emoção*. Acreditava-se que esse estudo deveria começar pelas sensações – que se relacionavam diretamente com a percepção.

Segundo os introspeccionistas, a percepção – uma função das sensações, produzidas pelo contato com o mundo, e da aprendizagem – não poderia ser estudada de modo científico, pois devido à influência da aprendizagem cada pessoa contava com uma experiência perceptual própria¹. Entretanto, o mesmo não poderia ser dito das sensações. Elas eram universais e, por esse motivo, apresentavam-se como um ótimo objeto de estudo para a psicologia científica.

Dessa forma, a Nova Psicologia criou um método chamado *introspecção-experimental-analítica*, com o intuito de separar as sensações puras, do produto da aprendizagem. Esse método consistia em treinar o sujeito experimental a relatar o que ele “realmente estava percebendo”. Um exemplo pode tornar isso mais claro: quando vemos uma pessoa de um metro e setenta de altura, a cem metros de distância, a

¹ A percepção, como é produto da aprendizagem, nos afastaria do mundo tal como ele é *realmente*. Isso de uma certa forma aproxima o introspeccionismo de uma concepção realista.

imagem que ela produz em nossa retina (sensação) é muito diferente da produzida por essa mesma pessoa, a dois metros. Portanto, quando olhamos para essa pessoa, a cem metros, deveríamos relatar que a vemos como se ela tivesse apenas alguns centímetros de altura e não um metro e setenta. Resumidamente era essa a resposta buscada pelos introspeccionistas².

Do outro lado do debate encontrava-se o Behaviorismo, cujo principal representante era John Broadus Watson (1878-1958). Essa escola dirigiu duras críticas ao estudo das sensações e, conseqüentemente, da mente, com a justificativa de que não eram objetos de estudo dignos de uma ciência natural. Em outras palavras, se a psicologia era “um ramo puramente experimental e objetivo da ciência natural” (Watson, 1913/1998, p. 01), não poderia adotar como objeto de estudo algo que apenas o próprio sujeito era capaz de ter acesso³.

Dessa forma, o Behaviorismo passa a defender que se a psicologia almeja ser uma “verdadeira ciência” deveria adotar como objeto de estudo o comportamento, que atende perfeitamente às exigências de ciência natural – é mensurável, observável e, portanto, passível de ser estudado cientificamente em laboratório. Assim, a percepção passaria a ser estudada através da fisiologia dos órgãos sensoriais e isso, do ponto de vista científico, esgotaria o assunto. Esse tipo de posicionamento ficou conhecido como *fiscalismo*, pois defendia que o conteúdo mental poderia ser integralmente explicado, em última instância, por processos físicos (que no caso eram fisiológicos).

Há ainda uma outra proposta, diferente dessas duas anteriores, que não só participou desse debate, como também, em versões modificadas, está presente até os

² É claro que depois, quando se leva a “limpeza” da aprendizagem até às últimas conseqüências, a única coisa que sobraria é uma espécie de mancha colorida que não se pode dar qualquer nome, pois essa significação também é aprendida. Assim sendo, o mundo analisado pela introspecção perderia todo o significado.

³ Watson (1913/1998) demonstrava uma posição cética em relação à própria existência das sensações, entendidas como imagens mentais. Segundo esse autor: “temos a necessidade de questionar mais e mais a existência do que a psicologia chama de imagens” (p. 06). Como veremos em capítulos posteriores, isso pode ser considerado como uma diferença entre Watson e os behavioristas metodológicos.

dias de hoje. Trata-se da concepção que defende que o contato que temos com o mundo é mediado por nossa experiência, entendida como uma espécie de *cópia* do mundo real construída e armazenada na mente. Essa concepção se levada a cabo, pode culminar na afirmação de que se é impossível ter acesso *direto* ao mundo em si, ou seja, se esse acesso é *sempre* mediado por uma cópia, não deveríamos defender a existência desse mundo – ele não passaria de uma falácia construída, indevidamente, a partir da experiência. E, portanto, nesse caso, a experiência não poderia ser considerada como *cópia mental*, pois não há nada a ser copiado – não há nada para além da experiência e, portanto, o mundo físico não existe.

Desse debate, acima descrito, podemos extrair algumas opções: 1) o *realismo ingênuo* defendendo que, através da percepção, acessamos diretamente o mundo em si; 2) a *teoria da cópia* ou experiência mental, que pode ser desdobrada em duas possibilidades, a) uma com um viés *realista* defendendo a existência do mundo externo (em si), mas que não pode ser diretamente acessado; b) e uma *idealista radical* argumentando que se o contato com esse mundo em si é sempre mediado pela experiência, nada garante a existência desse mundo e, por esse motivo, podemos abandoná-lo e trabalhar apenas com a experiência.

Portanto, como resultado desse debate, a questão que se coloca ao behaviorismo radical diz respeito ao acesso que temos ao mundo e, conseqüentemente, à categoria de existência do mundo.

Realismo, teoria da cópia e behaviorismo radical

A teoria da cópia (Skinner, 1945/1984a, 1953, 1957, 1968, 1969, 1974), ao considerar a experiência como ontologicamente distinta dos objetos do mundo físico, cria a dicotomia experiência *versus* realidade – há sempre uma diferença, impossível de

ser rompida, entre o que é percebido (experiência) e o que “realmente existe”. Como consequência temos de um lado, o sujeito aprisionado pelo solipsismo – que nunca poderá conhecer nada além de sua experiência; e, por outro, um mundo isolado pelo realismo – que nunca pode ser conhecido por ninguém⁴.

O posicionamento do behaviorismo radical, em relação à percepção, pode ser resumido no seguinte enunciado: “ver é uma *resposta* a um estímulo, e não um mero registro semelhante ao de uma câmara fotográfica” (Skinner, 1953, p. 281). Em outras palavras, uma teoria da percepção no behaviorismo radical defende a tese de que *perceber é responder*, ou ainda, que *perceber é agir*. Dessa forma, defende-se que a percepção deve ser explicada em termos de comportamento.

Podemos interpretar a afirmação de que perceber é agir a partir da tese de que o comportamento é uma coordenação sensório-motora. De acordo com essa proposta, o comportamento não se constitui a partir de uma experiência sensorial pura *associada* com uma atividade motora subsequente. As atividades sensorial e motora não participam de uma seqüência temporal discreta, trata-se de uma *unidade* sensório-motora. Isso quer dizer que há uma simultaneidade e uma interdependência entre as duas atividades, o que legitima tanto a afirmação de que perceber é agir, bem como de que agir é perceber⁵.

No entanto, alguém pode argumentar que, partindo da situação em que há órgãos motores e sensoriais específicos, podemos falar de uma atividade puramente sensorial, que através do sistema nervoso se *associa* com a atividade motora. Se esse for o caso, estaremos diante de uma situação incômoda: temos uma relação sensório-motora no nível comportamental, e um associacionismo no nível fisiológico. Tal discrepância

⁴ Nesse sentido, solipsismo e realismo dizem a mesma coisa de modos diferentes. Pois quando defendemos a existência de um mundo incognoscível, o fazemos assumindo um sujeito solipsista.

⁵ Uma concepção bastante similar, que insere o perceber em uma unidade sensório-motora, é defendida por Dewey (1896/1981).

poderia legitimizar a tentativa de um reducionismo: o que a teoria comportamental considera sensório-motor assenta-se, na realidade, em uma associação mecânica⁶.

Analisemos o caso da visão. Uma concepção associacionista diria que a luz refletida no estímulo do ambiente excita os receptores do olho, o que culmina na estimulação da retina. Essa estimulação é, então, convertida em impulsos elétricos, conduzidos pelo nervo óptico até o córtex visual. O cérebro “processa essa informação” e através de uma descarga eferente culmina em uma atividade motora. Há nesse caso a constituição do famoso arco-reflexo (estímulo – nervo aferente – cérebro – nervo eferente – resposta muscular, ou, desprezando a parte fisiológica, estímulo–resposta).

Um outro modo de considerar esse processo é mostrar que mesmo no organismo complexo não é possível falar de atividades isoladas. Voltando ao caso da visão. A primeira observação que deve ser feita é que como estamos defendendo uma interpretação relacional não faz sentido partir do estímulo. Temos já de início uma relação entre organismo e ambiente, e com isso resposta e estímulo são constituídos a partir da relação.

Dito isso podemos nos deter na atividade do olho. Uma análise anatômica revela que cada olho possui seis músculos externos, enervados por três grupos de nervos cranianos (responsáveis pela fixação, perseguição, e convergência), um músculo ciliar interno (responsável pela acomodação), e um sistema de músculos que regulam o fechamento e abertura da pupila (Koffka, 1935). Todo esse complexo funciona de modo inter-relacionado, o que nos permite concluir que o olho não é um mero órgão receptor. Em poucas palavras, a atividade do olho já é sensório-motora⁷.

⁶ Um dilema parecido surge no impasse entre as explicações molecular e molar do comportamento: é possível tratar o comportamento complexo como uma soma de reflexos simples? Em outras palavras, o molar pode ser reduzido ao molecular? Tolman (1932/1967), seguido por Koffka (1935), responderá que não.

⁷ O mesmo pode ser dito dos demais órgãos sensoriais. Encontramos em Dewey (1896/1981) a descrição da atividade sensório-motora do ouvido.

Continuando nossa análise. Do lado eferente também não temos uma mera descarga motora. Os movimentos envolvidos são vistos e sentidos, na medida em que ocorrem. Por conta disso, toda ação é regulada e dirigida pelo perceber e pelo sentir. Logo, uma ação nunca é puramente motora, é uma coordenação sensório-motora.

Com isso, podemos concluir (extrapolando nossa análise) que a atividade dos órgãos sensoriais e motores é integrada. Em outras palavras, de início já encontramos uma interdependência funcional entre elas. Assim, a interpretação associacionista (bem como o reducionismo) torna-se inviável. Partimos de uma inter-relação e, por isso, toda resposta é resposta-em-relação-a-um-estímulo, e todo estímulo é estímulo-em-relação-a-uma-resposta.

Dessa forma, o estudo da percepção no behaviorismo radical afastar-se das posições tradicionais. Uma vez que critica a interpretação de que percepção começa com um estímulo que age sobre o organismo, não se filia com o realismo. Por outro lado, não prioriza a resposta, não defende que o estímulo é criado por uma resposta, impossibilitando, portanto, a defesa do idealismo. Temos no início a relação: trata-se de um *relacionismo*.

Entretanto, ao assumir o caráter inextrincável da relação entre perceber e agir, ou melhor, entre as atividades sensorial e motora, parece que nos deparamos com um problema: como é possível explicar a contemplação e a imaginação, que a princípio parecem ser casos em que o perceber não envolve qualquer ação? Para tentar resolver esse problema temos que analisar o conceito de comportamento perceptivo.

Comportamento perceptivo

Skinner (1953, 1968, 1969, 1974) ao tratar do tema *percepção*, geralmente, emprega o conceito de comportamento perceptivo. Mas será que o emprego do termo

comportamento nesse conceito é legítimo? Seguindo as conclusões alcançadas no capítulo anterior, o conceito de comportamento deve contemplar duas condições: ser uma coordenação sensório-motora, e contar com a participação de eventos, estados e processos comportamentais. Examinemos, então, a articulação dessas condições no conceito de comportamento perceptivo.

Comportamento perceptivo como coordenação sensório-motora

O conceito de comportamento perceptivo não deve ser entendido a partir de uma teoria associacionista (estímulo-resposta), pois se assim o fizéssemos estaríamos violando a coordenação sensório-motora e, conseqüentemente, abrindo caminho para o reducionismo.

Dentro dessa perspectiva, há duas possibilidades de interpretação do conceito de comportamento perceptivo. A primeira delas consiste em considerá-lo como a atividade sensório-motora dos órgãos sensoriais. Nesse sentido, comportamento perceptivo identificar-se-ia com a coordenação sensório-motora localizada nos diferentes sistemas sensoriais (visual, auditivo, olfativo, tátil, e gustativo).

A segunda possibilidade é considerar que, embora as atividades sensório-motoras localizadas participem do comportamento perceptivo, o conceito não se identifica com essas atividades. Nesse sentido, comportamento perceptivo identifica-se com o comportamento instalado e mantido pelo processo de discriminação.

Defenderemos, aqui, a segunda possibilidade, ou seja, que o comportamento perceptivo não se reduz à atividade sensório-motora localizada. Essa escolha parece ser apoiada, pelo menos em alguns momentos⁸, por Skinner (1953); como quando afirma

⁸ Há casos em que Skinner (1953, 1968, 1969) parece identificar comportamento perceptivo (ou comportamento de ver) com atividade localizada de órgãos sensoriais. Como já apontamos, essa atividade já é sensório-motora; no entanto, por tratar-se da atividade de partes do organismo, ela não pode ser considerada como comportamento.

que “nossa ‘percepção’ do mundo – nosso ‘conhecimento’ do mundo – é nosso *comportamento* com respeito ao mundo” (p. 140). Uma outra justificativa para essa escolha deve ser buscada na participação nas formas de comportamento (eventos, estados, e processos). Ao analisar essa participação veremos que a identificação entre comportamento perceptivo e atividade localizada não se sustenta.

Respostas envolvidas no comportamento perceptivo

Segundo Skinner (1953), “o comportamento é a atividade contínua e coerente de um organismo integral” (p. 116). Isso quer dizer que uma resposta (evento comportamental) é sempre do organismo como um todo, e não de uma parte dele. Dessa forma, as respostas que pertencem ao comportamento perceptivo não podem ser consideradas como a atividade de órgãos sensoriais⁹. O que caracteriza uma resposta perceptiva é sua *função*, que deve ser buscada nas contingências.

Dessa forma, comportamento perceptivo pode ser definido como um comportamento diferencialmente reforçado com relação a um estímulo (Skinner, 1969). Assim sendo, em princípio, qualquer resposta, cuja probabilidade de emissão é alterada pela presença de um estímulo antecedente, pode ser considerada parte do comportamento perceptivo.

Perceber, portanto, inclui uma série de respostas topograficamente distintas, que têm em comum a função discriminativa, ou seja, o fato de um estímulo antecedente exercer controle sobre elas. A qualificação perceptiva ou discriminativa de uma resposta é *funcional* e não *topográfica*. Skinner (1969) parece compartilhar dessa opinião,

⁹ Com isso não estamos afirmando que os órgãos especializados não participam da resposta. O que queremos dizer é que a resposta não se restringe a atividade dos órgãos. Além disso, há situações em que as respostas discriminativas não envolvem a atividade de órgãos especializados. Esse é o caso do sentir, que analisaremos com mais detalhes no próximo capítulo.

quando diz que “ao estudar a discriminação o estímulo é cuidadosamente manipulado, mas a resposta e o reforço podem ser completamente arbitrários” (p. 252).

Estímulos envolvidos no comportamento perceptivo

Neste capítulo estamos falando exclusivamente da percepção em que o estímulo discriminativo (percebido) está fora do corpo¹⁰. No entanto, é preciso analisar essa afirmação com mais detalhes. Dizer que o estímulo discriminativo envolvido no comportamento perceptivo está fora do corpo não é o mesmo que dizer que ele é um estímulo externo ou público. Os adjetivos *externo* e *público* têm afinidades com uma concepção fisicalista, que acredita que os estímulos são entidades imutáveis, que existem antes mesmo da relação comportamental.

Uma concepção relacional não compactua com uma definição fisicalista de estímulo. Em outras palavras, não partimos de um estímulo físico externo, que excita o organismo, que, por sua vez, responde a essa excitação. Começamos com uma interação entre organismo e ambiente, com uma coordenação sensório-motora. Tanto estímulo, quanto resposta constituem-se a partir dessa relação. Em suma, estímulo e resposta são conceitos funcionais. Por esse motivo, o estímulo discriminativo não existe fora da relação comportamental.

Dito isso, podemos, agora, analisar o conceito de estímulo exteroceptivo. Parece que deveríamos abandonar esse conceito por pelo menos dois motivos. Primeiro porque ele nos remete a uma concepção de percepção passiva (puramente receptiva), o que viola a coordenação sensório-motora. Em segundo lugar, o termo *exteroceptivo* parecer filiar-se a uma concepção fisicalista de estímulo: algo externo à relação, e que existe independente dela. (Analisaremos os conceitos de estímulos interoceptivo e

¹⁰ No próximo capítulo examinaremos com maior detalhamento o conceito de *corpo*. Por ora podemos nos contentar com a definição ordinária desse termo.

proprioceptivo no próximo capítulo, que, pelo menos a princípio, parecem ser vulneráveis a uma crítica similar.)

Por fim, podemos concluir que o estímulo discriminativo envolvido no comportamento perceptivo não pode ser considerado nem externo, nem interno. O estímulo discriminativo não é nem uma entidade imutável e externa à relação comportamental, nem uma construção mental situada dentro do organismo, do cérebro ou da mente¹¹. O estímulo discriminativo define-se a partir de sua função, que é construída dentro da relação entre organismo e ambiente.

Em relação às conseqüências o caso não é diferente. Um estímulo reforçador, por exemplo, só adquire essa função “dentro” de uma relação comportamental: não há um reforçador em si. A constituição da função de uma conseqüência depende, principalmente, das contingências envolvidas, mas também das operações estabelecidas que estejam agindo no momento. Dessa forma, considerando as contingências em vigor, e dado determinado estado de privação, alguém pode passar a perceber algo que não perceberia em outra situação. (Voltaremos a discutir esse caso quando falarmos do ver-na-ausência-do-objeto-visto.)

Contingências envolvidas no comportamento perceptivo

A função do estímulo discriminativo (que tem sua contrapartida em um responder diferenciado) depende das conseqüências produzidas na presença e na ausência desse estímulo. No entanto, não se trata de um episódio único que estabelece definitivamente a função do estímulo antecedente, a probabilidade de responder e a função da conseqüência. É preciso a atuação de um processo. A construção da função dos estímulos antecedentes, bem como do padrão de respostas do organismo em relação

¹¹ Começamos, assim, a mostrar porque o behaviorismo radical não pode ser considerado nem externalista, nem internalista; nem realista, nem idealista.

a estes estímulos, se dá *no tempo*. Assim, o comportamento perceptivo pede uma explicação histórica, ou seja, precisa ser explicado pelos processos comportamentais.

O principal processo envolvido no comportamento perceptivo é a discriminação. É possível identificar dois tipos bem distintos de contingências discriminativas que podem estar operando na instalação e manutenção do comportamento perceptivo. O primeiro são as “contingências naturais”, definidas como “relações mecânicas simples entre estímulos, respostas e conseqüências” (Skinner, 1969, p. 229). Essas contingências nos ensinam a lidar com o ambiente do modo mais simples possível. Boa parte do comportamento perceptivo humano é mantida por essas contingências, que são responsáveis pelo perceber como *agir discriminativamente em relação um estímulo*. O perceber selecionado e mantido, exclusivamente, por esse tipo de contingência não envolve consciência¹².

A segunda possibilidade é de que o perceber seja selecionado e mantido por contingências sociais, organizadas por uma comunidade verbal. Esse tipo de contingência é responsável pelo comportamento perceptivo consciente. Nesse caso, perceber é *responder verbalmente ao modo como percebemos*. O comportamento selecionado e mantido por esse segundo tipo de contingência, cria o que, em teorias mentalistas, é considerado como o “conteúdo consciente” (no sentido reflexivo de consciência).

Em relação ao primeiro tipo de percepção parece que não há muito a se falar, trata-se da discriminação no sentido mais trivial da palavra – responder diferencialmente a um estímulo. Esse tipo de percepção não levanta nenhum problema especial em relação à participação de uma possível cópia mental, ou mesmo de eventos

¹² Estamos aqui considerando consciência como conhecimento reflexivo (perceber que percebe). Em um sentido mais lato de consciência teríamos que admitir que perceber como responder discriminativamente a um estímulo é ter consciência desse estímulo. Com essa concepção mais ampla de consciência, teríamos, conseqüentemente, de admitir que os animais não-verbais também têm consciência.

privados – o que é visto ou discriminado é considerado como um estímulo fora do corpo, e não como uma entidade privada. Além disso, na medida em que as contingências naturais são comuns a diferentes organismos, a função dos estímulos discriminativos torna-se praticamente a mesma para esses organismos (todos percebem de modo similar em relação ao estímulo). O caso parece ficar mais complexo quando falamos do perceber consciente.

Ter consciência identifica-se com responder discriminativamente de modo verbal (Skinner, 1957). Podemos ter consciência de *como* nos comportamos, bem como do *porquê* nos comportamos. Nos dois casos isso só é possível através do arranjo de contingências especiais, por parte de uma comunidade verbal. Essas contingências são representadas por perguntas do tipo: “o que você está fazendo?”, “o que você está vendo?”, “você pode ver isso?”, “por que você fez isso?” e “o que o leva a pensar assim?” As respostas às três primeiras questões nos propiciam a consciência do *como*, às outras duas a consciência do *porquê*. Empregando outros termos, o *como nos comportamos* diz respeito à descrição dos eventos envolvidos, e o *porquê nos comportamos* diz respeito à descrição dos processos¹³.

A discriminação verbal do perceber está, geralmente, ligada à consciência do como percebemos. Digamos, por exemplo, que um pai queira ensinar seu filho a discriminar a cor verde. Esse pai apresentará, então, um objeto *visto por ele como verde* e pedirá para a criança dizer qual é a cor desse objeto. Se a criança disser “verde” o pai reforçará essa resposta, se a criança disser “azul” o pai a corrigirá. Dessa forma, o treino de discriminação altera a função inicial do estímulo antecedente, que pode ser bem diferente antes do treino¹⁴. O que se busca no final do processo é que a função dos

¹³ Esses tipos de descrições participam da explicação do comportamento, que analisaremos com detalhes no capítulo IV.

¹⁴ Nas palavras de Skinner (1969): “temos razões para crer que a criança não discriminará entre cores – que ela não verá duas cores como diferentes – até que expostas a certas contingências” (p. 229).

estímulos discriminativos para as respostas da criança e do pai sejam o mais similar possível.

Portanto, podemos dizer que qualquer treino de discriminação busca construir uma similaridade funcional entre os estímulos que controlam as respostas de quem ensina e de quem aprende. Dessa forma, parte-se da hipótese de que ao final do treino quem aprende e quem ensina serão capazes de ver da mesma maneira. Essa é uma hipótese que tem fundamentação na filogênese, que delimitou os limites da percepção de cada espécie.

Descobrir os limites da capacidade de perceber de um organismo não envolve grandes dificuldades. Supondo que a criança do exemplo anterior, não fosse capaz de ver as cores de modo diferencial (responder diferencialmente a elas), como no caso do daltonismo. Isso seria facilmente percebido pelo pai quando a criança não alcançasse um desempenho satisfatório na tarefa¹⁵. O mesmo pode ser dito em relação aos animais não-humanos: a organização de um procedimento discriminativo deixa poucas dúvidas em relação ao alcance da suscetibilidade de cada espécie.

Para organismos não-verbais “cada coisa diz o que é, e o que ele deve fazer com ela: “uma fruta diz ‘Coma-me’; a água diz ‘Beba-me’; o trovão diz ‘Tema-me’” (Koffka, 1935, p. 07). Os estímulos aos quais esses organismos respondem, têm uma função bastante específica (e muitas vezes única). Conseqüentemente, todo seu conhecimento¹⁶ é individual, intransferível e prático. Cada indivíduo aprende exclusivamente com contingências naturais, que só o preparam para uma ação prática específica.

¹⁵ Os testes de cegueira para cores baseiam-se nesse tipo de procedimento. O Teste de Dvorine, por exemplo, consiste em mostrar para o sujeito figuras que apresentam números em uma certa tonalidade inscritos sobre um fundo de outra tonalidade. O sujeito cego para a tonalidade dos números (ou completamente cego para cores) não é capaz de ver os números.

¹⁶ Em uma acepção mais filosófica do termo, talvez seria mais correto dizer que não há conhecimento. No entanto, seguindo uma definição skinneriana, que identifica repertório comportamental com conhecimento, consideramos que, nesse caso, já há conhecimento (embora seja um conhecimento extremamente limitado, se comparado com o conhecimento produzido por contingências verbais).

Essa situação muda drasticamente com o surgimento do comportamento verbal (mais especificamente com o controle operante da musculatura vocal). Dotado de comportamento verbal o homem pode agora se comportar discriminativamente sem alterar mecanicamente o ambiente imediato (Skinner, 1957). Em outras palavras, pode tomar consciência das coisas (Skinner, 1990).

No entanto, a possibilidade de discriminação verbal em momento algum viola a coordenação sensório-motora. Estar consciente das coisas não é ter uma experiência puramente sensorial (isenta de atividade motora). Tomar consciência das coisas é responder verbalmente à função construída do estímulo discriminativo (o que pode, ou não, ser acompanhado de uma ação prática).

Além disso, com o comportamento verbal a função dos estímulos discriminativos pode ser drasticamente alterada. Uma fruta madura deixa de ser apenas algo que pode ser comido, para tornar-se, por exemplo, algo que pode ser admirado (contemplado). De modo geral, as atividades artísticas criam novas funções para estímulos que já têm funções específicas e bem consolidadas (tanto por contingências naturais, como pela comunidade verbal).

Imaginação: Ver-na-ausência-do-objeto-visto

Uma das principais justificativas para a aceitação da teoria da cópia é a explicação de como é possível ver algo que não está “realmente” presente, por exemplo, quando se *imagina* algo, quando se *sonha* ou quando se *pensa* em algo. Em todos esses casos a cópia é invocada como princípio explicativo do que se está vendo: o que é visto é uma cópia fabricada durante o contato com o objeto real, armazenada na mente (ou mesmo no cérebro).

No behaviorismo radical, o comportamento perceptivo é empregado para explicar o ver-na-ausência-do-objeto-visto, sem lançar mão de qualquer tipo de cópia mental. Perceber é comportar-se discriminativamente em relação a um estímulo, entretanto, “ver não requer a coisa vista” (Skinner, 1974, p. 86). Para entender como isso é possível temos que analisar a atuação dos processos no comportamento de imaginar.

O comportamento perceptivo, como qualquer outro comportamento, segue a forma de organização ditada pela contingência tríplice (estímulo-resposta-conseqüência). Assim, ver-na-ausência-do-objeto-visto não quer dizer discriminar na ausência do estímulo discriminativo (o que seria uma contradição)¹⁷. A peculiaridade desse tipo de percepção é que o estímulo discriminativo não é específico (usual). Essa especificidade da relação entre o estímulo antecedente e resposta discriminativa é construída por contingências estáveis tanto naturais, quanto verbais.

Dessa forma, é sem dúvida mais provável que leiamos um livro, ao invés de tentar comê-lo. Mas é comum que uma música faça com que *lembramos* de uma pessoa (no sentido de que possamos ver essa pessoa sem que ela esteja diante de nós). Do mesmo modo, podemos *pensar* que ouvimos o telefone tocar quando estamos esperando ansiosamente por uma ligação telefônica. Em todos esses casos não se trata de ausência de estímulo discriminativo, mas de uma alta probabilidade de responder que acaba por superar a especificidade do estímulo.

Portanto, no comportamento perceptivo também contamos com a participação de estados comportamentais e motivacionais, que podem interferir na função do estímulo, bem como no responder. Os estados comportamentais são produto da atuação dos

¹⁷ De onde é possível concluir que o conceito de objeto, não se identifica totalmente com estímulo discriminativo. Objeto pode ser entendido como um estímulo que tem uma função discriminativa específica. Assim, ver-na-ausência-do-objeto-visto é ver-na-ausência-do-estímulo-discriminativo-específico. Isso quer dizer que todo objeto é um estímulo, mas nem todo estímulo é objeto. (Voltaremos a tratar dessa distinção em capítulos posteriores.)

processos. Assim, a organização *estímulo-resposta-consequência*, quando repetida sistematicamente no tempo, cria um estado comportamental, uma probabilidade de responder dependente da presença de um determinado estímulo. Mas a participação de estados motivacionais (privação e estimulação aversiva) pode culminar em uma situação em que uma resposta discriminativa seja emitida na ausência de um estímulo antecedente específico. Um exemplo pode esclarecer.

Digamos que uma pessoa seja um profundo admirador dos quadros de Picasso, ou em termos técnicos, de que o trabalho de Picasso tem função reforçadora para essa pessoa. Isso pode ser verificado através do fato de que ela sempre vai a exposições das obras desse pintor, tem reproduções de seus quadros em sua casa e em seu trabalho, conversa sobre Picasso sempre que pode, lê muito a respeito desse assunto, e assim por diante. Suponhamos, agora, que essa pessoa, por algum motivo, viaje a negócios, e isso a impeça de emitir qualquer resposta que a “aproxime” de Picasso (nem conversar sobre pintura com outras pessoas ela possa). Depois de um certo tempo sem poder emitir abertamente respostas que a coloquem em contato com Picasso, essa pessoa poderá começar a ver semelhanças entre outros quadros e obras de Picasso, até o ponto em que ela poderá ver obras de Picasso, na ausência de qualquer outro quadro, imaginando ou sonhando com quadros desse pintor¹⁸.

É importante ressaltar que a dificuldade ao analisar os casos do ver-na-ausência-do-objeto-visto não está em identificar o estímulo antecedente (que, embora, não seja usual ou específico, continua a atuar). A dificuldade (que não deve ser entendida como impossibilidade) está no fato de que a análise desses casos deve descrever a história (ou processo) responsável pela quebra da especificidade do estímulo. Ou seja, deve-se tentar responder a questão, por que o estímulo adquiriu essa função pouco usual? No nosso

¹⁸ Um exemplo similar envolvendo a audição poderia ser construído em relação a um admirador de Chopin, por exemplo. Dado um certo estado de privação, essa pessoa pode chegar a ouvir alguns movimentos de obras de Chopin na ausência de qualquer música.

exemplo a resposta é simples. Quando a pessoa foi impedida de emitir respostas abertas (incluindo falar sobre) que a colocaria em contato com Picasso, um estado de privação foi criado, o que acabou rompendo a especificidade do estímulo antecedente¹⁹.

Cabe, aqui, uma última observação. Processos responsáveis pelo aumento do estado de privação, que propicia a mudança da especificidade do estímulo, via de regra, não são capazes de produzir um perceber exatamente igual ao perceber relacionado com o estímulo específico (objeto). Trata-se de uma questão de força do comportamento. É só em situações de extrema privação (ou estimulação aversiva) que o estímulo discriminativo não-específico passa controlar as respostas discriminativas com a mesma intensidade que o objeto. Nesse último caso encontramos as alucinações (a pessoa se comporta – *vê-age* – na ausência do objeto como se esse objeto estivesse presente)²⁰.

Contemplação: Comportamento estético

Resta falarmos de um último caso que envolve o comportamento perceptivo: o contemplar. Em certa medida já falamos desse modo de perceber. Trata-se de comportamento perceptivo que não envolve uma ação prática. Em outras palavras, contemplar é ver-agindo-exclusivamente-de-modo-verbal. Com isso, a integridade do conceito de comportamento perceptivo é mantida – continuamos falando de uma coordenação sensório-motora –, com a diferença de que o estímulo discriminativo está relacionado apenas com respostas verbais.

¹⁹ A possibilidade de animais não-verbais apresentarem imaginação é bastante controversa. Köhler (1926/1978a), seguido por Vygotsky & Luria (1930/1996), defendem que isso não é possível. Segundo esses autores os animais infra-humanos (com exceção dos antropóides) comportam-se em função de um ambiente bastante específico. Mas, seguindo nossa proposta cabe perguntar, será que o arranjo de contingências especiais, não seria suficiente para alterar essa especificidade?

²⁰ Como já mencionamos, a manutenção da especificidade da relação entre certos estímulos e as respostas discriminativas, fundamenta-se em contingências naturais, que operam desde muito cedo. Boa parte dessa especificidade, aliás, remonta a contingências filogenéticas. Assim, uma mudança radical na especificidade dos estímulos (como no caso das alucinações) depende da alteração de contingências extremamente estáveis, o que explica a baixa frequência com que isso acontece.

No entanto, o processo que instala e mantém a contemplação ainda precisa ser analisado. Uma vez que o contemplar depende de respostas verbais, as contingências envolvidas devem ser sociais (arranjadas por uma comunidade verbal). Assim, temos que admitir a impossibilidade de que animais não-verbais contemplem estímulos (nesses animais toda percepção é prática).

No entanto, se por um lado a participação de uma comunidade verbal é condição necessária para a contemplação, por outro, isso não é suficiente. A instalação do comportamento perceptivo contemplativo depende de um arranjo especial de contingências, que culmina na construção de uma função específica para o estímulo discriminativo. Para que uma pessoa seja capaz de contemplar um quadro, por exemplo, ela deve passar por um processo que envolve respostas como estudar arte, discutir arte, ouvir outras pessoas falando sobre arte, falar sobre arte para outras pessoas, e finalmente falar para si mesmo sobre arte.

Além disso, a consequência envolvida no comportamento perceptivo contemplativo coloca um importante problema: o que é o belo? Não tentaremos responder tal questão aqui, cabendo apenas alguns questionamentos suplementares. Seguindo os pressupostos do behaviorismo radical, parece que temos de admitir que o belo é um produto social (aprendemos essa função através de contingências sociais). No entanto, se isso for correto temos de admitir a possibilidade da existência de “belos” (no plural), o que em última instância nos conduz à pergunta: é possível escolher por um deles?²¹

²¹ Nesse ponto a psicologia da *Gestalt* distancia-se do behaviorismo radical. Para os gestaltista o belo é uma função *universal* de determinados objetos, e essa função, de maneira alguma, pode ser considerada como produto da aprendizagem.

Organismo, ambiente, corpo e mundo

Já afirmamos que o behaviorismo radical não defende um realismo ingênuo e, portanto, o acesso que temos ao mundo deve ser mediado. Por outro lado, também já sabemos que a mediação não é feita por uma cópia mental. Quem é que faz, então, essa mediação? O acesso ao mundo é mediado pelo comportamento e isso nos obriga a fazer algumas distinções suplementares: entre organismo e ambiente, e entre corpo e mundo.

Quando falamos da metafísica relacional dissemos que a relação primordial se dá entre organismo e ambiente. Essa relação é pré-verbal, ou seja, *qualquer* que seja o organismo, ele *sempre* deverá ser considerado como inserido em um ambiente – não é possível isolar o organismo do ambiente e vice-versa.

Dessa forma, podemos descrever o que se passa, quando alguém observa um organismo que se comporta, da seguinte forma: os movimentos do organismo modificam o ambiente que, por sua vez, altera esses movimentos; os estímulos produzidos por esse intercâmbio relacionam-se com o observador. Este, por sua vez, atribui relações funcionais entre as modificações do organismo e do ambiente, através da hipótese de que certas contingências de reforço estão operando. Essa atribuição pode ser confirmada ou refutada através da manipulação das variáveis independentes. (Em nenhum momento quem observa precisa considerar que haja qualquer mediação entre o organismo e o ambiente, ou em outras palavras, as relações funcionais são intrínsecas à relação organismo-ambiente.)

A partir do momento em que contingências sociais passam a operar, surgem algumas diferenças. Agora o organismo pode relatar *como* está percebendo, e com isso criam-se todos os falsos problemas perseguidos pela teoria da cópia, como a dicotomia entre experiência e realidade, a localização das cópias em um lugar inacessível chamado *mente*, a interface entre sistema nervoso e essa mente, e assim por diante. Para o

behaviorismo radical as imagens mentais compreendidas como cópias de objetos não existem. O comportamento perceptivo é suficiente para explicar a percepção, não havendo mais espaço para o conceito de imagem. Além disso, embora não se questione, aqui, que processos fisiológicos estão de fato ocorrendo *simultaneamente* à emissão de qualquer resposta, isso não justifica qualquer tipo de reducionismo.

Talvez um dos responsáveis pela adoção da teoria da cópia seja o fato de que possa haver algumas discrepâncias entre o que se observa na relação de uma pessoa com o ambiente, e o que é relatado por essa pessoa. Para dar conta dessas discrepâncias assumiremos que o conjunto de variáveis que controlam o comportamento da pessoa constitui o *ambiente*, mas a discriminação verbal de *como* a pessoa percebe o ambiente – aquilo que é relatado – compõem o *mundo* dessa pessoa. Isso não quer dizer que estamos agora assumindo um solipsismo, mas simplesmente frisando que, em algumas situações, há discrepâncias entre o ambiente e o mundo, entre a interpretação do comportamento de uma pessoa e o que é relatado por essa pessoa.

O observador, o analista do comportamento, deve sempre estar atento ao ambiente da pessoa observada, ao mundo dessa pessoa (ao seu relato), bem como às relações entre eles. Isso porque as discrepâncias entre mundo e ambiente podem surgir por falhas tanto no levantamento de variáveis independentes por parte do observador, quanto na discriminação verbal das variáveis por parte da pessoa (que foi ensinada por uma comunidade verbal).

Há ainda mais um complicador. O observador vê o organismo que se comporta através de seu próprio mundo, que também está sujeito a falhas. Assim, ao observar um organismo comportando-se o observador vê o ambiente desse organismo através de seu próprio mundo, pois essa observação é consciente (envolve discriminação verbal do *como* o observador percebe).

A pessoa não só é capaz de discriminar verbalmente como percebe os estímulos que estão fora de seu corpo (*mundo*), como também é capaz de discriminar como “percebe” um outro conjunto de estimulações, geralmente, qualificadas como proprioceptivas e interoceptivas: seu próprio *corpo*. Dessa forma, o ambiente definido como “qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo” (Skinner, 1953, p. 257), inclui o corpo e, por esse motivo, não podemos identificar corpo com o organismo.

Além disso, parece haver mais de um uso do conceito *organismo* (como estrutura bioquímica, considerada objeto de estudo da fisiologia, e como o que responde ao ambiente, considerado como assunto do behaviorismo radical)²². Trataremos tanto da definição de organismo, quanto da de corpo, no próximo capítulo.

Subjetivo versus objetivo

Ao relatarmos como estamos vendo (mundo), ou sentindo (corpo), esse relato está sob controle de um estímulo construído a partir de nosso comportamento e não de um objeto do mundo físico (em si). Sendo assim, perceber com consciência é entrar em contacto com as coisas “tais como as percebemos”. A consciência diz respeito ao nosso comportamento em relação às coisas: quando sabemos que percebemos, já não percebemos mais as coisas, mas *como* as percebemos.

Se considerarmos o comportamento perceptivo consciente, há duas possibilidades a partir dele: a primeira é que a resposta verbal discriminativa constitui uma ocasião para a emissão de respostas não-verbais. A segunda, é que a resposta

²² Os termos *corpo* e *mundo*, tal como foram definidos aqui, são conceitos desenvolvidos nesse trabalho, e que, por esse motivo, não podem ser encontrados, nesse mesmo sentido, em textos de Skinner. No entanto, o fato de Skinner (1990) definir corpo de outro modo, não legitima a conclusão de que, as definições propostas aqui, são incoerentes com o behaviorismo radical – elas consistem em uma proposta de interpretação do behaviorismo radical. Os conceitos tal como foram apresentados aqui, estão mais próximos do sentido proposto pela psicologia da *Gestalt* (Köhler, 1929/1970; Koffka, 1935), embora, ainda assim, não se possa assumir, que os sentidos desses conceitos para a *Gestalttheorie* e para o atual trabalho, sejam exatamente os mesmos.

verbal discriminativa pode ser o fim da cadeia (não há ação prática). Nesse segundo caso, como já apresentamos anteriormente, temos a contemplação. É a essa segunda situação que Skinner (1990) refere-se quando diz que “ver coisas sem se engajar em uma ação suplementar é estar consciente delas” (p. 1207).

O fato a ser destacado é que não importa se se trata apenas de contemplação ou se alguma ação prática está envolvida, sempre que percebemos com consciência nosso mundo estará mediando o contato com o ambiente. Portanto, surge uma situação interessante: ou agimos sem consciência no ambiente, ou agimos conscientemente no nosso mundo. As atividades humanas que envolvem consciência constituem-se a partir do mundo e não do ambiente, de onde concluímos que o ambiente nunca pode ser conscientemente conhecido. Nesse sentido todo conhecimento consciente é subjetivo na medida em que depende do mundo (e do comportamento) de quem se comporta (Skinner, 1974).

No entanto, embora o conhecimento consciente possa ser considerado subjetivo, “no sentido trivial de ser o comportamento de um sujeito” (Skinner, 1974, p. 144), a origem desse tipo de conhecimento está no ambiente, ou mais precisamente na comunidade verbal. Todo o conhecimento consciente é ensinado por uma comunidade verbal e, nesse sentido, o mundo do sujeito, no qual se embasa o conhecimento consciente, passa necessariamente pelo crivo da comunidade.

Além disso, cada comunidade verbal, constrói o mundo de seus membros, a partir de critérios próprios. Logo, vários mundos são possíveis. A comunidade científica, por exemplo, tentará reduzir ao máximo as discrepâncias entre mundo e ambiente, fazendo com que, na medida do possível, o mundo do cientista seja idêntico ao ambiente. Por esse motivo, diz-se, geralmente, que a comunidade científica busca construir um *conhecimento objetivo* (Skinner, 1957).

Conclusão

Nesse capítulo chegamos a algumas conclusões importantes. A primeira diz respeito ao conceito de percepção. O behaviorismo radical nos ensina que não há nenhuma cópia do mundo dentro daquele que percebe. O mundo de uma pessoa pode ser considerado como experiência e realidade ao mesmo tempo. No entanto, mundo não é nem uma experiência privada, nem a coisa em si. Do modo como foi definido aqui, mundo diz respeito à discriminação verbal de como a pessoa percebe. Discriminação que é ensinada e mantida por uma comunidade verbal.

Dessa forma, o behaviorismo radical, no que diz respeito à percepção, não pode aceitar nem realismo, nem teoria da cópia. Não é realismo porque defende que o contato com o *ambiente* é mediado pelo *mundo* (comportamento verbal). E na medida em que nega que *mundo* seja apenas uma experiência privada construída pela mente, se afasta também da teoria da cópia, bem como do idealismo radical.

Outro assunto discutido neste capítulo foi a consciência. Temos que a consciência de como percebemos é responsável pela construção do mundo da pessoa e, a partir desse mundo, é possível que a pessoa tenha consciência das variáveis que controlam seu comportamento (do porquê se comporta), possibilitando assim o autocontrole e autogoverno (Skinner, 1953, 1957, 1968, 1969). No entanto, nem todas as variáveis que controlam o comportamento de uma pessoa fazem parte de seu mundo, havendo, portanto, discrepâncias entre mundo e ambiente. (Na psicoterapia, por exemplo, uma das tarefas do terapeuta é apontar algumas variáveis que, embora participem do ambiente no qual o cliente está inserido, não pertencem ao seu mundo. Sendo assim, podemos dizer que, muitas vezes, o objetivo da psicoterapia é ampliar o mundo do cliente, tornando esse mundo mais compatível com o ambiente.)

Outra importante conclusão que podemos extrair deste capítulo diz respeito ao comportamento perceptivo propriamente dito. Esse comportamento, que é responsável pela explicação da percepção no behaviorismo radical, tem algumas particularidades, embora isso não justifique um tratamento especial em relação a qualquer outro comportamento. Tanto os estímulos, quanto as respostas que participam do comportamento perceptivo definem-se por sua *função* discriminativa. Tal função é construída a partir da relação: não há estímulo discriminativo que não controle resposta discriminativa, nem resposta discriminativa que não seja controlada por um estímulo.

Com isso, uma definição fisicalista do estímulo é barrada. O estímulo não é uma entidade em si que existe antes da relação comportamental. A definição de estímulo é funcional: é a relação comportamental que constitui o estímulo. Conseqüentemente, o behaviorismo radical está, novamente, impedido de aceitar uma posição realista.

O comportamento perceptivo pode ser definido, portanto, como um estado comportamental atualizado por respostas que têm em comum a função discriminativa em relação a um estímulo. A relação entre essas respostas e o estado se dá graças ao processo de discriminação, uma contingência que através de reforço diferencial cria um responder diferenciado em relação a um estímulo antecedente.

Além disso, as operações estabelecedoras (ou estados motivacionais) desempenham importante papel na manutenção do comportamento perceptivo, sendo através delas que explicamos o imaginar (ver-na-ausência-do-objeto-visto). Imaginar é comportar-se discriminativamente em relação a uma função pouco usual do estímulo, o que depende em grande parte do estado motivacional que está operando no momento.

O que precisa ser ressaltado aqui é que a relação entre eventos, estados e processos comportamentais, envolvidos no comportamento perceptivo, é suficiente para dar conta do estudo da percepção no behaviorismo radical. Além disso, em momento

algum afirmamos a necessidade de considerarmos a participação de *eventos privados* nesse estudo.

Por outro lado, admitimos que em um certo sentido *mundo* pode ser considerado como subjetivo. Isso porque, geralmente, a pessoa se relaciona com o ambiente a partir de *seu mundo*. Entretanto, na medida em que é a comunidade verbal quem instala e mantém o mundo da pessoa, essa mediação tem uma origem social.

Dessa forma, duas são as conseqüências alcançadas pela presente discussão sobre a percepção: a primeira é que ela inaugura um estudo da subjetividade orientado pelo behaviorismo radical (na medida em que falamos do mundo de uma pessoa, podemos classificá-lo como subjetivo). Em segundo lugar, começamos a desvincular esse estudo, da teoria de eventos privados. Quando dizemos que o mundo é subjetivo, isso não quer dizer que ele seja um evento privado.

III

SENSING E FEELING

Vimos no capítulo anterior, que parece viável construir uma teoria da percepção no behaviorismo radical, sem nos comprometermos com a teoria de eventos privados. Mas, será que podemos dizer o mesmo dos feelings? Em outras palavras, será que o estudo dos feelings no behaviorismo radical nos obriga a admitir que “uma parte do universo está contida dentro da pele de cada um de nós” (Skinner, 1974, p. 21) e que, por isso, devemos considerar essa parte do universo como privada?

Na tentativa de responder a essa questão, retomaremos os conceitos de *coordenação sensório-motora* e *comportamento*, propostos no primeiro capítulo, com o intuito de construir uma definição de *sensing*. Feito isso, através da continuidade da análise do *sensing*, tentaremos construir uma definição de feeling.

Começaremos nosso itinerário expondo a dificuldade de uma tradução única para o português dos termos *sensing* e *feeling*, o que nos forçará a analisar alguns sentidos desses termos. Trataremos, então, do *sensing*, mostrando que há duas possíveis definições e, através da relação entre os estímulos e respostas envolvidas no sentir, definiremos feeling. Toda essa análise terá como pano de fundo a história do comportamento descrita no primeiro capítulo, principalmente, no que diz respeito à diferenciação de órgãos sensoriais e motores em organismos mais complexos.

Em seguida, analisaremos o conceito de *corpo*, distinguindo-o de *organismo*. Por fim, examinaremos a consciência do corpo, o que nos remeterá ao exame da participação do comportamento verbal, bem como da comunidade verbal, nesse assunto.

Portanto, como resultado deste capítulo não só buscaremos as definições de *sensing* e *feeling*, como também o papel desses conceitos para um estudo da subjetividade orientado pelo behaviorismo radical. Isso fará com que delimitemos o

campo de estudo da análise do comportamento, bem como o da fisiologia, chegando, conseqüentemente, mais perto de uma definição satisfatória de behaviorismo radical.

'Sensing'

Há algumas possibilidades de tradução do termo *sensing*. No entanto, muitas delas criam problemas suplementares. Algo desse tipo ocorre com o termo *sensação*, que na história da psicologia está vinculado ao introspeccionismo titcheneriano, e não guarda nenhuma semelhança com a presente discussão. Por esse motivo, parece melhor trabalharmos com traduções não literais de *sensing*. Dito isso, consideraremos, aqui, dois possíveis sentidos para esse termo.

O primeiro é como substantivo. *Sensing*, nesse sentido, pode ser considerado como sinônimo de *suscetibilidade*. A segunda possibilidade é considerar *sensing* como um verbo e, nesse sentido, a tradução proposta aqui é *sensoriar*¹. Analisemos, então, com mais detalhes, cada uma dessas possibilidades e as relações entre elas.

'Sensing' como sinônimo de suscetibilidade

Em um certo sentido já falamos desse uso do termo *sensing* no primeiro capítulo, quando discutimos a proposta de Skinner (1984/1987a) de que o primeiro comportamento foi simples movimento. Discordamos dessa proposta com a justificativa de que um *sensing primitivo* (suscetibilidade ao ambiente) já deveria operar no primeiro movimento. No entanto, a sugestão não foi priorizar esse *sensing*, mas considerá-lo contemporâneo, do ponto de vista evolutivo, ao primeiro movimento. Em outras palavras, comportamento não pode ser considerado nem simples movimento, nem puro

¹ Embora essa palavra não seja encontrada nos dicionários da língua portuguesa, seu emprego parece ser bastante útil para nossos propósitos. Uma dessas vantagens pode ser encontrada no fato de que *sensoriar*, por ser um verbo, remete-nos a uma atividade, e não a uma coisa.

sensing, mas uma *coordenação sensório-motora*. Agora já temos condição de analisar com mais detalhes o que queríamos dizer com *sensing* naquele contexto.

Sensing, entendido como suscetibilidade, é um estado e, como tal, é atualizado por uma ocorrência, que no caso é um “movimento coordenado” (resposta). Dessa forma, movimento e *sensing* são complementares e a discussão sobre a prioridade no surgimento de um ou outro parece perder o sentido. Um movimento que não conta com qualquer tipo de suscetibilidade não pode nem sequer ser chamado de resposta, e não existe suscetibilidade que não seja atualizada por uma resposta: “[*sensing*] é uma parte do fazer” (Skinner, 1990, p. 1207). Assim, a resposta, que é a menor unidade de análise do comportamento, já é movimento e *sensing*. Comportamento é movimento *coordenado* pela suscetibilidade.

Agora também podemos detalhar o processo de evolução do *sensing*. Partimos de uma situação inicial em que encontramos uma coordenação sensório-motora, ou seja, movimento coordenado pela suscetibilidade. À medida que os organismos evoluíram, tornaram-se mais complexos e estruturas especializadas começaram a se desenvolver – de um lado os órgãos motores, de outro órgãos sensoriais, e integrando-os o sistema nervoso. O que devemos notar é que a coordenação sensório-motora, tal como foi apresentada, continua preservada, mas o aparecimento de órgãos específicos, tornou possível o surgimento de atividades sensório-motoras *localizadas*².

Em uma situação inicial (primitiva), o organismo sempre agia como um todo. Uma mesma estrutura (possivelmente, uma espécie de membrana celular) desempenhava as funções sensorial e motora, e não havia, portanto, possibilidade de falar em atividades localizadas. Já com o surgimento de estruturas especializadas, torna-se anatomicamente possível falar de atividades localizadas e, conseqüentemente

² É preciso ressaltar que, como apontamos no capítulo anterior, as atividades localizadas já são sensório-motoras. Nesse sentido, mesmo no organismo evoluído, não há uma atividade puramente sensorial.

diferenciar essas atividades de comportamento. É justamente nesse contexto que encontramos a origem do segundo sentido do termo *sensing*.

'Sensing' como sensoriar

Em contraste com o primeiro uso do termo *sensing*, esse segundo não diz respeito a um estado, mas a uma atividade; não é um substantivo, mas um verbo. *Sensing*, como sinônimo de sensoriar, é um produto tardio do ponto de vista evolutivo e, embora, possa ter algum tipo de relação com a suscetibilidade, de modo algum a substitui. Em poucas palavras, o sensoriar *não* é a suscetibilidade evoluída. (Tanto na presença, quanto na ausência de órgãos especializados, a suscetibilidade continua a operar.)

Definimos comportamento, no primeiro capítulo, como uma coordenação sensório-motora, o que se expressa de modo relativamente claro em um organismo simples. Mas com a evolução dos órgãos especializados e, conseqüentemente, com surgimento de atividades localizadas, a complexidade do organismo aumenta e com ela a dificuldade em percebermos essa coordenação. No organismo complexo, talvez haja uma tendência a identificar comportamento com a atividade de órgãos motores, apenas³.

O behaviorismo radical, bem como a análise do comportamento⁴, considera o comportamento como a atividade de um *organismo como um todo* e não de suas partes. Isso quer dizer que comportamento para o behaviorismo radical é a *relação* entre as

³ O movimento no organismo primitivo podia ser identificado com comportamento, pois era *movimento coordenado* do organismo como um todo. Dado o surgimento de órgãos especializados, a atividade muscular *per se* não pode ser identificada com comportamento, pois é atividade de partes do organismo – de órgãos motores. Mesmo que em muitos casos do ponto de vista topográfico não haja diferença, em um organismo complexo é funcionalmente impossível identificar movimento com comportamento.

⁴ Precisamos, de uma vez por todas, compreender o uso do termo *análise* no behaviorismo radical. Segundo Köhler (1929/1970) há dois possíveis sentidos de análise: um que diz respeito à decomposição de um todo em partes independentes, que servem para explicar o todo; e outro, que quer dizer que o estudo das partes é feito com referência ao todo – é sempre o todo que explica as partes. Defendemos aqui, o segundo uso no caso de uma análise do comportamento, que tenha como filosofia o behaviorismo radical. A adoção dessa posição ficará ainda mais evidente quando tratarmos, no próximo capítulo, da explicação do comportamento.

atividades localizadas de um organismo, o que é tratado em seu próprio domínio (Skinner, 1975/1978b). Por isso, a coordenação sensório-motora comportamental pode ser estudada, sem referência à atividade de órgãos motores (a atividade dos músculos do braço de uma pessoa não é considerada comportamento), sensoriais (a atividade do olho de uma pessoa não é comportamento) ou ao sistema nervoso que as integra (a atividade do córtex cerebral de uma pessoa não é comportamento).

No entanto, quando o behaviorismo radical considera o comportamento como a relação entre as atividades localizadas, isso não quer dizer que o comportamento é *causado* por essas atividades. O fato de o comportamento admitir as atividades fisiológicas – ninguém questiona que o comportamento é acompanhado do funcionamento fisiológico do organismo – não legitima uma redução a elas, pois o comportamento, como atividade do organismo como um todo, é controlado por variáveis ambientais que, se modificadas, alteram tanto a atividade comportamental, quanto a fisiológica.

Além disso, como já apontamos, a atividade fisiológica (de órgãos especializados) evoluiu a partir da atividade do organismo como um todo – quando não havia órgãos especializados, toda atividade do organismo era comportamental. Portanto, fisiologia e análise do comportamento são disciplinas, relativamente, independentes, e embora ambas partam da relação entre organismo e ambiente, a primeira “invade” o organismo para compreender como o ambiente altera a atividade de suas partes, e a segunda preserva o organismo como um todo, tentando compreender como se dá a inter-relação entre o ambiente e a atividade global do organismo.

Chegamos, assim, a uma conclusão que pode ser encontrada no próprio Skinner (1989): “como analistas do comportamento lidam somente com instâncias completas do

comportamento, a parte sensorial (*sensing part*) está fora do alcance de seus instrumentos e métodos e (...) deve ser deixada para os fisiologistas” (p. 16).

Delimitamos, assim, o campo da análise do comportamento, e da fisiologia. Enquanto a primeira preocupa-se com a atividade do organismo como um todo, a segunda preocupa-se com a atividade de suas partes – dos órgãos, e sistemas especializados⁵. A percepção, por exemplo, pode ser estudada nos dois focos de análise. No caso do behaviorismo radical esse estudo é dirigido pelas respostas discriminativas do organismo como um todo, que pertencem a um estado comportamental, e pelos processos responsáveis pela manutenção desse estado, tal como apresentamos no capítulo anterior. Já no caso da fisiologia, a percepção é estudada através da atividade dos órgãos sensoriais (fisiologia do olho, por exemplo), do sistema nervoso, ou mesmo de partes desse sistema (córtex visual).

Dessa forma, se considerarmos que o segundo uso de *sensing* – como sinônimo de sensoriar – é a atividade (sensório-motora) localizada, ele não pertence ao domínio da análise do comportamento, é parte da fisiologia. O que interessa ao behaviorismo radical, e à análise do comportamento, é a *relação* entre as atividades localizadas, que, como já deve ter ficado claro, não se reduz a uma *soma* dessas atividades.

Feeling

A incapacidade em lidar satisfatoriamente com feelings é, possivelmente, uma das mais freqüentes acusações endereçadas ao behaviorismo radical (Skinner, 1974, 1989). Tentaremos, aqui, sistematizar os problemas que esse assunto levanta, propondo um possível encaminhamento. Mesmo correndo o risco de, em alguns momentos, não

⁵ É claro que podemos pensar na possibilidade de uma *fisiologia gestáltica* ou *molar*, ou seja, em um estudo do funcionamento das partes do organismo com referência ao funcionamento do organismo como um todo. Sem dúvida, esse modelo de fisiologia seria mais interessante para um diálogo com o behaviorismo radical. Mas resta, então, a questão: será que atualmente esse é o modelo adotado pelos fisiologistas?

ser completamente fiel ao tratamento skinneriano, o encaminhamento proposto para o assunto conservará a inspiração do behaviorismo radical.

Skinner (1969) nos fornece um bom começo para estabelecer uma definição de feeling: “em um certo sentido, feeling parece ser tanto a *coisa sentida*, quanto o *ato de senti-la*” (p. 255, grifos meus). Nesse trecho, encontramos a sugestão de que para entender o termo *feeling* temos que estudar duas coisas: *o que é sentido* (estímulo) e o *ato de sentir* (resposta) (Skinner, 1969, 1974, 1989). Seguindo a proposta que estamos perseguindo desde o começo do trabalho, admitiremos que o conceito de feeling envolve a *relação* entre o que é sentido e o ato de sentir – entre os estímulos e respostas envolvidas. Priorizando essa relação veremos que muitos dos problemas que surgem no estudo tradicional dos feelings, dissolver-se-ão.

O que é sentido: Estímulos envolvidos no conceito de feeling

O mesmo tipo de análise proposto no exame do *sensing* pode também ser empregado para estudar os feelings (Skinner, 1969, 1974, 1989). Podemos retomar a evolução do *sensing* de onde havíamos parado, para compreender como se dá, no caso dos feelings, a relação entre suscetibilidade e movimento. Temos, agora, um organismo complexo constituído por órgãos sensoriais, órgãos motores e um sistema nervoso. Esse organismo continua a apresentar uma suscetibilidade a eventos ambientais (*sensing* como estado), que é atualizada por respostas desse organismo como um todo.

Como já mencionamos, a evolução de estruturas especializadas proporcionou o surgimento das atividades fisiológicas (localizadas). No entanto, além das atividades de órgãos sensoriais e motores, com o aumento da complexidade do organismo surgiu também uma atividade fisiológica específica, responsável pela *economia interna do organismo* (Skinner, 1953, 1969, 1974).

É evidente que mesmo um organismo primitivo já é capaz de manter seu equilíbrio interno, caso contrário ele desintegrar-se-ia. Essa capacidade de automanutenção é tão primordial, que há quem defenda que ela é a responsável pela definição de ser vivo. É o que fazem, por exemplo, Maturana & Varela (1984/2002) quando consideram o ser vivo é uma *unidade autopoietica*; nas palavras dos autores: “os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios” (p. 52).

No entanto, no caso do organismo primitivo, a autopoiese não conta com a participação de órgãos especializados. A membrana celular é a estrutura responsável pelo equilíbrio interno de um organismo primitivo. Dessa forma, “seres vivos diferentes se distinguem porque têm estruturas distintas, mas são iguais em organização” (Maturana & Varela, 1984/2002, p. 55). Em outras palavras, o que distingue um organismo primitivo de um organismo evoluído não é a possibilidade de manter seu equilíbrio interno (autopoiese), mas o *modo* como isso se dá.

O fato interessante que devemos ressaltar, aqui, é que, geralmente, o organismo responde às atividades fisiológicas localizadas, de onde podemos concluir que na relação entre organismo e sua fisiologia encontramos estímulos⁶. Sendo assim, temos que nos perguntar pela origem e importância desses estímulos.

Tipos de estímulos envolvidos com as atividades fisiológicas

Admitindo que o organismo complexo responde à atividade de suas estruturas fisiológicas, podemos concluir que esse organismo responde a vários “tipos” de estímulos (Skinner, 1974). Tradicionalmente, esses estímulos são classificados como

⁶ O que deve ficar claro é que em momento algum estamos afirmando, aqui, que as atividades localizadas, por si mesmas (independente da participação das respostas do organismo), produzem estímulos. Tal afirmação nos comprometeria com uma definição fiscalista de estímulo, o que, como já apontamos no capítulo anterior, estamos tentando evitar.

exteroceptivos, proprioceptivos e interoceptivos. Já mencionamos no capítulo anterior a inadequação do termo *exteroceptivo* (nos remete a uma percepção passiva, e nos compromete com o externalismo). Falta, portanto, analisar os outros dois “tipos” de estímulos.

Os termos *interoceptivo* e *proprioceptivo* compartilham de uma deficiência comum, que reside no fato de nos induzir a pensar que o estímulo é *recebido* pelo organismo. Como já apontamos, a definição de estímulo defendida, aqui, é relacional e funcional: o estímulo constitui-se, enquanto tal, na relação entre organismo e ambiente. Fora dessa relação o estímulo simplesmente não existe.

No caso dos estímulos constituídos a partir de atividades localizadas (fisiológicas) não é diferente. Do ponto de vista comportamental, qualquer que seja o “tipo” de estímulo, ele só existe em relação à resposta do organismo como um todo. Não se trata, portanto, de uma coisa *recebida* pelo organismo, trata-se do produto da inter-relação entre ambiente e organismo⁷. Mas, considerando uma definição relacional de estímulo, cabe perguntar: o que diferencia cada um dos “tipos” de estímulos? Será que essa classificação continua sendo legítima, mesmo quando não aceitamos uma definição fisicalista de estímulo?

No caso dos *estímulos interoceptivos* a etimologia do termo sugere que se tratam de estímulos *internos*. Mas interno em relação a que? Em relação ao comportamento todo estímulo é interno (não há estímulo *fora* da relação comportamental), não cabendo, nesse sentido, essa definição para diferenciar um tipo específico de estímulo. Por outro lado, poderíamos admitir que o corpo é o parâmetro: enquanto os chamados estímulos exteroceptivos estão fora do corpo, os interoceptivos estão dentro. No entanto, os

⁷ Vale ressaltar, aqui, que o estímulo, enquanto produto da relação entre organismo e ambiente, é um conceito dinâmico. Em outras palavras, a manutenção da função de um estímulo depende da fluida relação organismo-ambiente.

estímulos proprioceptivos também estão dentro do corpo, e nem por isso são considerados interoceptivos.

A origem dessas dificuldades encontra-se no fato de que os termos *exteroceptivo*, *interoceptivo*, e *proprioceptivo* estejam atrelados a uma interpretação fisiológica de estímulo. Assim, eles não definem a função do estímulo em relação à resposta do organismo como um todo, mas sua “função” em relação à atividade de partes desse organismo. Desse ponto de vista, estímulos exteroceptivos são aqueles que ativam os órgãos sensoriais especializados, interoceptivos os que ativam os receptores internos localizados nos órgãos, e proprioceptivos os que ativam as terminações nervosas em contato com músculos, tendões, etc. (proprioceptores).

Evidentemente não podemos aceitar uma classificação exclusivamente fisiológica dos estímulos. Devemos, portanto, procurar por uma classificação comportamental. Tentaremos fazer isso separando os estímulos em dois grandes grupos: estímulos percebidos, e estímulos sentidos. No primeiro grupo, encontramos os estímulos de cuja discriminação participam atividades sensório-motoras localizadas (sensoriar). No segundo grupo, encontram-se os estímulos cuja discriminação não envolve a atividade de órgãos especializados.

Vale lembrar que a distinção entre “tipos” de estímulos (percebido e sentido), só é possível a partir do surgimento de órgãos especializados. Antes disso, o organismo primitivo responde como um todo a estímulos de um campo estimulacional extremamente simples. Como nesse caso não há órgãos especializados envolvidos na discriminação, de acordo com nossa definição, o organismo primitivo sente os estímulos. Já um organismo complexo, evoluído, responde discriminativamente a um campo estimulacional complexo de dois modos: *com* órgãos especializados (percebe), e

sem órgãos especializados (*sente*). Dessa forma, evolutivamente, o sentir é anterior ao perceber.

História dos estímulos sentidos durante a atividade fisiológica

A origem desses estímulos sentidos pode estar relacionada com a incapacidade dos órgãos em lidar com um desequilíbrio do sistema fisiológico, o que teria constituído uma contingência de sobrevivência: apenas organismos cujas atividades dos órgãos pudesse ser sentida, sobreviveriam – organismos incapazes de responder, por exemplo, a um distúrbio gástrico, resultado da ingestão de algum alimento venenoso, continuariam a se comportar normalmente e, conseqüentemente, não sobreviveriam.

Uma outra contingência de sobrevivência pode ter selecionado organismos em que a atividade muscular excessiva podia ser sentida. Um animal que anda o dia todo atrás de comida, e em momento algum sinte o que pode ser chamado de fadiga, está mais vulnerável a predadores do que um animal que pára de vez em quando para descansar – se houver um ataque surpresa o organismo descansado terá maior probabilidade de conseguir escapar. Além disso, uma atividade muscular excessiva pode produzir lesões irreversíveis, o que torna o organismo novamente uma presa mais fácil.

Além disso, o sentir a atividade muscular pode ter sido selecionado por possibilitar a continuidade do comportamento em situações em que o organismo não era capaz de *perceber* seu comportamento, como, por exemplo, no escuro. Assim, o sentir passou a desempenhar papel importante na coordenação sensório-motora. (Se não sentíssemos nossa atividade motora, não seríamos capazes de manter a coordenação do movimento, de olhos fechados.)

Embora em sua origem os estímulos sentidos durante a atividade fisiológica tenham sido úteis em situações limite, isso não quer dizer que em outras situações o

organismo deixou de sentir. Na maioria das vezes o movimento é coordenado tanto pelo sentir, quanto pelo perceber. O ato de pegar um copo, por exemplo, envolve uma série de coordenações sensório-motoras, como perceber o corpo, sentir e perceber a mão, sentir e perceber a posição do braço, sentir a posição do tronco, perceber a distância entre a mão e o copo, sentir e perceber o copo quanto ele é tocado, e assim por diante. Além disso, o corpo não é “vazio”; a atividade fisiológica é constantemente sentida, e mudanças nas contingências mudam o que é sentido.

O que é sentir?

O que queremos dizer quando afirmamos que um organismo sente? Para responder a essa questão podemos fazer uma breve comparação entre *percepção* e *feeling*. Dissemos no capítulo anterior que “ver” pode ser considerado como sinônimo de discriminar, ou seja, “a expressão ‘ver algo’ refere-se a uma gama de comportamentos gerados por uma gama de contingências, tendo em comum um estímulo particular” (Skinner, 1969, p. 252). No caso do ato de sentir não é diferente, trata-se também de respostas discriminativas. Em outras palavras, *sentir é discriminar*.

Há pelo menos duas peculiaridades da discriminação do que é sentido. A primeira delas é que a constituição do estímulo discriminativo está relacionada com a atividade fisiológica do organismo (o estímulo é constituído na relação entre organismo como um todo e atividade fisiológica). Em segundo lugar, essa discriminação não se dá através de órgãos especializados. Portanto, *sentir* é responder discriminativamente a estímulos constituídos na relação entre a atividade global do organismo e atividades fisiológicas localizadas.

Feeling, fisiologia e behaviorismo radical

As atividades localizadas envolvidas na constituição de estímulos sentidos não são comportamentos – são atividades de partes do organismo – e, portanto, não fazem parte do campo de estudo do behaviorismo radical. No entanto, no que diz respeito às respostas que participam do ato de sentir, parece que temos um panorama um pouco diferente.

A primeira coisa que devemos ressaltar é que se as respostas discriminativas que participam do ato de sentir não envolvem órgãos especializados, parece que estamos próximos daquela situação “primitiva” em que o organismo como um todo respondia ao ambiente. Considerando que é o organismo, e não partes dele, que responde aos estímulos constituídos a partir do funcionamento de partes do organismo, o behaviorismo radical tem que se ater a esse assunto.

Quando falávamos que o sensoriar deve ser estudado pela fisiologia nos referíamos à *atividade de partes do organismo*, no caso, dos órgãos sensoriais. No entanto, agora a discussão é sobre a *atividade do organismo como um todo* em relação a *estímulos* constituídos a partir do funcionamento de certas partes do organismo. Isso quer dizer que a relação entre esses estímulos e as respostas discriminativas do organismo é assunto do behaviorismo radical. As respostas discriminativas aos estímulos sentidos, que constituem o chamado ato de sentir, são atividade do organismo como um todo e, com isso, não nos perguntamos pelo *locus* dessas respostas, o que seria exigido por uma interpretação fisiológica do sentir.

Em um certo sentido, nossa proposta distancia-se do tratamento dado por Skinner (1969, 1974) ao assunto. Não faz parte da nossa interpretação discutir o papel do sistema nervoso (ou dos sistemas nervosos) para a discriminação dos estímulos sentidos. A discussão sobre a participação do sistema nervoso fundamenta-se na busca

pelo lócus das respostas envolvidas no ato de sentir, e compromete-se, assim, com uma interpretação fisiológica do feeling. Defender que feeling é uma atividade do sistema nervoso é ignorar a atividade do organismo como um todo, no sentir. As explicações fisiológica e comportamental podem caminhar em paralelo (geralmente, uma admite a possibilidade da outra), mas isso não legitima uma redução possível entre elas.

Em relação à localização dos estímulos sentidos a situação é um pouco diferente. Do ponto de vista comportamental podemos dizer que os estímulos sentidos estão *no* corpo. Assim, no organismo evoluído, sentir é responder a estímulos corporais⁸. No entanto, não há a participação de órgãos especializados nesse responder e, conseqüentemente, a discriminação resultante não pode ser tão apurada quanto a discriminação envolvida no perceber. Por isso, parece inútil exigir, do ponto de vista comportamental, uma localização precisa dos estímulos sentidos. A busca pelo lócus desses estímulos é tarefa de uma explicação fisiológica, e o sucesso ou fracasso dessa tarefa parece não interferir em uma explicação comportamental de feelings.

Por outro lado, Skinner (1969, 1974) parece defender uma relação obrigatória entre fisiologia e comportamento através do sistema nervoso (ou dos sistemas nervosos). Com isso, ele abre a possibilidade de interpretações reducionistas, o que parece ser barrado pela nossa interpretação. A discriminação de estímulos corporais em uma interpretação comportamental é a atividade do organismo como um todo e, portanto, a discussão a respeito dos possíveis órgãos⁹ ou sistemas fisiológicos, envolvidos nessa discriminação não faz parte dessa interpretação.

⁸ Analisaremos, mais adiante, o conceito de corpo, bem como sua importância para um estudo dos feelings.

⁹ Com isso se exclui também uma interpretação mentalista do sentir, que o considera como percepção de um órgão interno especial.

Estímulos envolvidos no comportar-se

Parece bastante razoável afirmar que o comportamento é acompanhado *simultaneamente* pela atividade fisiológica do organismo (atividades localizadas). Esse fato, somado à constituição do imediatismo da suscetibilidade e à capacidade de responder discriminativamente à atividade de partes do organismo (estímulos sentidos), possibilitou ao organismo responder às “condições que precedem ou são associadas ao comportar-se” (Skinner, 1969, pp. 255-256). O organismo complexo é, portanto, capaz de responder discriminativamente aos estímulos presentes *antes, durante e depois* da emissão da resposta (sejam eles percebidos ou sentidos).

A filogênese é responsável pela constituição da suscetibilidade do organismo a determinados estímulos (estímulos liberadores). Dessa forma, temos de início uma relação entre um organismo filogeneticamente “preparado” para responder a determinados estímulos e, conseqüentemente, um ambiente filogeneticamente diferenciado. Assim, a primeira resposta de um organismo não se dá na ausência de um estímulo: graças aos estímulos filogeneticamente constituídos (liberadores), a coordenação sensório-motora está preservada desde o início.

A função do estímulo, filogeneticamente constituída, alterar-se-á quando a emissão de respostas produzir conseqüências diferenciais em relação ao estímulo. (Vale lembrar que algumas das conseqüências – os reforçadores primários – também têm sua função constituída na filogênese.)

Para usar um exemplo bastante famoso¹⁰, suponhamos a situação em que uma criança, na presença de uma vela acesa, toca a chama e, rapidamente, retira sua mão. Depois desse fato, em futuras ocasiões essa mesma criança passa a evitar o contato com a chama de velas. Em termos de contingência tríplice diríamos na presença da chama

¹⁰ James (1890/1955), seguido por Dewey (1896/1981) empregam este mesmo exemplo.

(S) a criança passa a evitar o contato (R) por conta da conseqüência produzida por uma ocasião anterior – queimadura (C).

No entanto, é possível detalhar mais esse processo descrevendo-o da seguinte maneira: a criança apresenta uma suscetibilidade, filogeneticamente selecionada, a estímulos luminosos. Com isso, quando uma criança percebe um estímulo desse tipo (o que envolve uma atividade sensório-motora localizada) ela tende a mover-se em sua direção. Esse movimento não é coordenado apenas pelo estímulo luminoso percebido, mas também por estímulos sentidos (provenientes da atividade muscular), que corrigem a ação na direção do estímulo luminoso. Além disso, os estímulos sentidos possibilitam a manutenção da postura durante o ato, impedindo que o ir-na-direção-do-estímulo-luminoso seja sinônimo de cair-na-direção-desse-estímulo. Em suma, podemos dizer que a criança apresenta um padrão de comportamento, filogeneticamente selecionado, de aproximar-se de estímulos luminosos¹¹.

Supondo, agora, que o estímulo luminoso seja a chama de uma vela. Por conta desse padrão filogeneticamente selecionado, a criança tenderá a mover-se na direção da chama. No entanto, quando a chama é alcançada a criança queima-se (sente o estímulo doloroso produzido pelo contato com a chama) e retira a mão (um movimento coordenado pelo estímulo sentido). Esse episódio altera tanto a função do estímulo luminoso, que agora se torna um estímulo aversivo condicionado, quanto o padrão de resposta, que agora se dá em relação à nova função do estímulo (a criança passa a evitar o contato com a chama).

Com esse exemplo, podemos perceber que, no organismo complexo, qualquer comportamento (por mais simples que seja) conta com a participação conjunta de estímulos percebidos e sentidos. Isso acontece em todo o episódio comportamental: na

¹¹ Aqui encontramos a participação do comportamento liberado, um comportamento filogeneticamente selecionado.

ação em relação ao estímulo percebido (estímulos sentidos e percebidos coordenam o ato motor), na consequência (que, geralmente, produz efeitos tanto percebidos quanto sentidos), na constituição da função do estímulo discriminativo em relação à consequência¹². Dessa forma, quando uma pessoa se comporta ela, usualmente, percebe e sente que está se comportando.

Quando dizemos que a pessoa é capaz de perceber e sentir que está se comportando, estamos admitindo que os estímulos sentidos participam do comportar-se. Como já mencionamos, essa participação tem sua gênese em contingências de sobrevivência (filogenéticas). No entanto, como pode ser verificado no exemplo anterior, mesmo o comportamento selecionado por contingências de reforço (ontogenéticas) continua a contar com a participação dos estímulos sentidos.

A importância da participação dos estímulos sentidos no comportamento, ora é acentuada, ora é negligenciada na obra skinneriana. Em um dado momento Skinner (1974) afirma que “os feelings são meros produtos colaterais das condições responsáveis pelo comportamento” (p. 47). Assim, determinado evento é reforçador não porque produz estímulos sentidos, mas simplesmente porque sua apresentação aumenta a probabilidade de responder. A origem da suscetibilidade ao reforço está ligada ao seu valor de sobrevivência e não ao que é sentido. Essa confusão estaria no fato de que o que é sentido e o efeito sobre o comportamento são produtos das mesmas contingências.

Em outro momento, Skinner (1989) acentua a importância dos estímulos sentidos no comportamento: “a condição sentida como ansiedade passa a funcionar como um segundo estímulo aversivo condicionado (...) A ansiedade torna-se, então, autoperpetuadora, e até mesmo auto-intensificadora” (pp. 07-08).

¹² Além disso, segundo Koffka (1935) e Köhler (1929/1970), os processos sensorio-motores que acontecem no olho (fixação, acomodação, perseguição) não são totalmente “silenciosos” (*silent*). Em outras palavras, eles são, em alguma medida, sentidos. Se isso for plausível, no ato de perceber já encontramos a participação de estímulos percebidos e de estímulos sentidos.

Defenderemos, aqui, que os estímulos sentidos sempre participam do comportamento. No entanto, na medida em que esses estímulos pertencem ao corpo, sua participação não cria problemas suplementares para uma análise do comportamento. Dessa forma, para compreender a participação dos estímulos sentidos temos que analisar o conceito de corpo.

Feelings, organismo e corpo

Como mencionamos outras vezes, a relação primordial para o behaviorismo radical é entre organismo e ambiente, o que quer dizer que ela não pode ser quebrada. No entanto, quando falamos que o organismo evoluído responde à atividade de partes do organismo parece que temos de concluir que o organismo responde a ele mesmo, o que aparentemente desintegraria a relação primordial.

Esse aparente paradoxo pode ser superado definindo melhor o termo *organismo*. Se considerarmos que só podemos partir da relação comportamental (organismo-ambiente) devemos concluir que o organismo é identificado a partir do comportamento. Assim, não partimos do organismo para definir comportamento, mas do comportamento para definir organismo.

Dessa forma, se o organismo é definido pelo que ele faz (pelo comportamento), e sua atividade global (a atividade do organismo como um todo) é uma coordenação sensório-motora, podemos definir organismo como uma *organização sensório-motora*¹³. Com isso, não só preservamos a relação obrigatória entre organismo e ambiente, mas também deixamos de nos filiar com uma explicação fisiológica reducionista.

¹³ Diferenciamos organização de estrutura do modo como é sugerido por Maturana & Varela (1984/2002): “entende-se por *organização* as relações que devem ocorrer entre os componentes de algo, para que seja possível reconhecê-lo como membro de uma classe específica. Entende-se por *estrutura* de algo os componentes e relações que constituem concretamente uma unidade particular e configuram sua organização.” (p. 54)

Por outro lado, alguém pode argumentar que essa definição de organismo acaba por negligenciar a fisiologia. Podemos responder a essa acusação admitindo que uma organização sensório-motora complexa (um organismo evoluído) envolve estruturas fisiológicas, que consiste de órgãos especializados para o sensoriar e mover-se, de um sistema nervoso, e de estruturas responsáveis pela manutenção do equilíbrio interno desse organismo (autopoiese).

Assim, diante desse organismo complexo podemos empreender dois tipos de estudos: 1) um estudo comportamental, que se interessa pela atividade global do organismo, em relação com o ambiente; 2) e, um estudo fisiológico, que lida com a atividade das partes especializadas do organismo, com ou sem referência ao ambiente.

Essa dupla possibilidade poderia nos conduzir à conclusão de que o organismo tem duas faces, ou ainda que temos dois organismos agindo simultaneamente: um comportamental e um fisiológico. Sendo assim, como o organismo comportamental responde à atividade do organismo fisiológico, conseguiríamos evitar o problema produzido pela afirmação de que o organismo responde ao organismo.

No entanto, há uma outra possibilidade. Uma vez que comportamento se identifica com a atividade do organismo como um todo, empreender um estudo comportamental do organismo, nada mais é do que estudar o próprio comportamento. Assim, o interesse da análise do comportamento pelo organismo identifica-se com o interesse pelo comportamento. Isso quer dizer que, do ponto vista dos objetivos da análise do comportamento, ao invés de falar de organismo devemos falar de comportamento.

Com isso, talvez possamos encaminhar melhor o paradoxo produzido pelo organismo que responde ao organismo. É certo que o organismo (organização sensório-motora) sempre responde ao ambiente. Além disso, parte desse ambiente identifica-se

com a atividade de partes desse organismo (atividade fisiológica). Como é o organismo como um todo que responde a essa atividade fisiológica, parece legítimo que o comportamento é quem atua sobre a atividade fisiológica. Logo, o problema parece dissolver-se.

No entanto, se isso for plausível, o organismo parece tornar-se um conceito desnecessário para a análise do comportamento. Parece, então, que podemos ficar no nível comportamental, deixando o estudo do organismo para a fisiologia. Por outro lado, há um outro conceito, geralmente associado ao de organismo, que pode ter um emprego legítimo no behaviorismo radical e, conseqüentemente, na análise do comportamento. Trata-se do *corpo*.

Podemos definir corpo como a atividade do organismo percebida e sentida. Essa definição, aparentemente simples, guarda uma certa complexidade. O primeiro esclarecimento que temos a fazer é terminológico. Estamos, aqui, empregando “perceber” como *responder-com-órgãos-especializados* e “sentir” como *responder-sem-órgãos-especializados*. Isso quer dizer que a constituição do corpo depende da diferenciação de órgãos.

Outra coisa a que se deve chamar a atenção, é que na definição de corpo proposta não dissemos “percebida *ou* sentida”, mas “percebida *e* sentida”. Isso porque, consideramos que corpo é um *complexo multideterminado*. Multideterminado, pois envolve vários “tipos” de estímulos; e complexo porque essa estimulação age ao mesmo tempo, tendo como resultado um todo razoavelmente coeso¹⁴.

O que temos de deixar claro, aqui, é que o corpo, embora dependa da atividade do organismo, não pode ser identificado com ele. O conceito de corpo é legitimamente comportamental, e constitui o limite de uma explicação comportamental. O fato de o

¹⁴ O que estamos defendendo, aqui, é que na sua *gênese* o corpo depende da multideterminação simultânea. É claro que depois, um controle parcial torna-se possível e, geralmente, suficiente (não deixamos de ter corpo quando fechamos nossos olhos).

corpo surgir da conjunção simultânea e obrigatória de estímulos percebidos e sentidos durante o comportar-se constrói similaridades entre comportamento percebido e o que é sentido. Desse modo, a percepção do comportar-se já nos fornece as propriedades fundamentais do que a pessoa está sentindo. (Voltaremos a esse assunto no capítulo VI, quando tratarmos do conhecimento social.)

Por fim, cabe ainda perguntar: *quem* sente e percebe o corpo? Embora, a resposta só possa ser dada no quinto capítulo, depois que analisarmos o conceito de self, uma coisa já é certa: esse sujeito não se identifica com o organismo.

Discriminação verbal do corpo

Há ainda um último aspecto em relação ao conceito de corpo, que precisa ser resolvido. Como se dá a relação entre consciência e corpo? Já sabemos que o mundo só pode ser estabelecido a partir da discriminação verbal do comportamento perceptivo, será que o mesmo acontece com o corpo? Podemos encontrar uma resposta em Skinner (1971):

“Uma importante parte das contingências às quais uma criança é exposta, é que seu próprio corpo é a única parte do ambiente que permanece a mesma (*idem*) de momento a momento e dia após dia (...) Ela [a criança] aprende isso muito antes que a comunidade a ensine a nomear as coisas e a distinguir ‘mim’ de ‘isso’ ou de ‘você’” (pp. 198-199).

Dessa citação podemos concluir não só que o corpo é anterior à discriminação verbal – da constituição do corpo participam contingências naturais –, mas também que o corpo consiste na parte mais estável do ambiente, e, por esse motivo, como veremos mais adiante (capítulo V), é de suma importância para a identidade pessoal.

O que não podemos esquecer é que no caso da discriminação verbal do corpo, esta se dá em relação a um complexo multideterminado ou um *todo*. Isso quer dizer que as estimulações envolvidas na constituição do corpo são interdependentes, e por isso a discriminação verbal de um único “tipo” de estimulação interfere na discriminação do todo.¹⁵ Discriminar verbalmente o corpo não é, portanto, relatar o que é sentido, é relatar o *agir-com-o-corpo*, o que envolve uma relação entre estímulos sentidos e percebidos.

Dessa forma, a discriminação verbal do corpo identifica-se com a consciência do comportar-se, o que envolve tanto estímulos percebidos como sentidos. No entanto, se considerarmos que a função dos estímulos sentidos é subordinada à função do corpo, o problema da acessibilidade ao que é sentido parece não se colocar. Em outras palavras, para ensinar a discriminação verbal do corpo, a comunidade não precisa se preocupar com estratégias indiretas para acessar os estímulos sentidos: o comportamento expressa *diretamente* como a pessoa está se sentido (Köhler, 1929/1970). Estímulos percebidos e sentidos têm uma mesma função atribuída pelas contingências.

Corpo e comportamento encoberto

Como já assinalamos no capítulo anterior, o treino de discriminação verbal busca construir uma similaridade funcional entre os estímulos que controlam as respostas de quem ensina (comunidade) e de quem aprende. Isso vale também no caso do corpo.

O processo de discriminação verbal do corpo, geralmente, se dá da seguinte maneira: a comunidade parte do que percebe durante a emissão da resposta (mundo do observador) e, como o corpo é percebido e sentido (é um todo), a descrição ensinada

¹⁵ O efeito dessa interdependência entre as diferentes estimulações envolvidas na constituição do corpo pode ser verificado em casos de anorexia, quando a pessoa não só se sente obesa, como também se vê obesa no espelho.

com base nos estímulos percebidos é também aplicável ao que é sentido (eles têm a mesma função). Para que esse processo seja bem sucedido a comunidade deve considerar que o que é percebido não pode ser dissociado do que é sentido pela pessoa. (Enquanto a comunidade percebe o responder do organismo ao ambiente, a pessoa percebe e sente seu corpo respondendo.)

No entanto, há uma situação em que a discriminação verbal do corpo não pode seguir esse procedimento: quando os estímulos corporais não podem ser facilmente percebidos pela comunidade ou, em termos técnicos, quando o comportamento é encoberto.

Esse caso específico só será um problema se a comunidade em questão não admitir a relação entre contingências e estímulos sentidos. Quando os estímulos corporais não podem ser facilmente percebidos, se quem ensina partir do *porquê* determinado estímulo é sentido, será capaz de ensinar *como* a pessoa deve sentir em determinada situação.

Por outro lado, se a comunidade não considerar o *porquê* – as contingências que estão operando no momento –, a pessoa pode passar a relatar o que sente sem qualquer referência ao processo responsável pelo sentir (“não sei porque estou me sentindo assim”), ou mesmo ser incapaz de relatar o que está sentido (“estou sentindo algo, mas não sei dizer o que é”). Essas deficiências no relato de feelings não são indicativas da privacidade dos estímulos sentidos, mas da incapacidade da comunidade verbal em ensinar a relação entre contingências e o que é sentido. (O ensino da discriminação verbal dos estímulos sentidos, no caso do comportamento encoberto, não deve partir do que é sentido, mas das contingências responsáveis pelo o que é sentido. Com isso, o problema da acessibilidade ao que é sentido parece não se colocar.)

Os esquemas de reforço são um exemplo de contingências em que se espera a participação de estímulos sentidos (Skinner, 1974). Quando o reforçamento é positivo a pessoa pode ser ensinada a relatar que sente “prazer”; quando é negativo, “alívio”; quando o reforço é freqüente, “confiante”; quando é raro, “desencorajado”; quando ocorre uma falha no reforçamento, “frustração”; quando o reforço é intermitente, se o esquema envolve um reforçador positivo em um intervalo variável, “esperança” ou “excitação”, se envolve estimulação aversiva “ansiedade” ou “medo”, e assim por diante.

Em suma, a comunidade ensina como a pessoa sente e percebe e, conseqüentemente, como está seu corpo. Isso é feito de duas maneiras: a partir dos estímulos corporais percebidos por quem ensina (comportamento aberto), ou exclusivamente através das contingências que estão operando no momento (comportamento encoberto). Em nenhum dos casos quem ensina precisa se preocupar em *acessar* o estímulo discriminativo.

Corpo e metáforas

Por fim, há ainda uma outra forma da pessoa aprender a descrever o seu próprio corpo. Pode haver casos em que a pessoa descreve estímulos sentidos sem que isso tenha sido diretamente ensinado pela comunidade. Isso ocorre quando a própria pessoa constrói similaridades entre as propriedades de estímulos percebidos e de estímulos sentidos. Nesse caso, a descrição dos estímulos sentidos se dá através de uma metáfora ou metonímia (Skinner, 1957).

Skinner (1989) exemplifica o processo de construção de metáforas e metonímias para a descrição de condições corporais: “palavras usadas para descrever [o que é sentido] quase sempre têm origem na palavra usada para a causa da condição sentida”

(p. 13). Assim, uma dor aguda é aquela produzida por um objeto descrito como pontiagudo, e um formigamento nas pernas descreve a presença de uma estimulação parecida com aquela produzida pelo contato com formigas.

O fato a ser ressaltado é que através da construção de metáforas e metonímias a pessoa pode propor uma descrição de seu corpo sem a intervenção direta da comunidade verbal. No entanto, mesmo a descrição metafórica depende em última instância da comunidade verbal. Na medida em que as metáforas são variações comportamentais (Skinner, 1957), elas não são ensinadas pela comunidade. No entanto, há comunidades mais ou menos propícias ao aparecimento dessas variações, bem como comunidades mais ou menos dispostas a selecionar tais variações. (Espera-se que em uma comunidade que pune sistematicamente variações, o aparecimento de metáforas seja pouco freqüente.)

Feelings e teoria de eventos privados

Se admitirmos que o corpo dita a função dos estímulos percebidos e sentidos, parece que podemos falar de um estudo dos feelings sem invocar a teoria de eventos privados. Mas onde está o ponto de ruptura entre a presente proposta e o tratamento skinneriano do assunto? Por que Skinner (1945/1984a, 1957) defende a necessidade de empregarmos a teoria de eventos privados para explicar os feelings?

A primeira diferença está no conceito de estímulo. Defendemos, aqui, um conceito funcional de estímulo (independente de ser sentido ou percebido). Já a teoria de eventos privados parece admitir um conceito fisicalista de estímulo (pelo menos no caso de estímulos sentidos). Assim, parte-se da tese de que os estímulos sentidos têm uma função específica e imutável, e conclui-se que para o ensino da discriminação

verbal, esses estímulos precisam ser acessados¹⁶. Como esse acesso não pode ser diretamente alcançado (pois se trata de eventos privados), surge a necessidade de criar estratégias de acesso indireto (Skinner, 1945/1984a, 1957).

Um outro importante diferencial da presente proposta fundamenta-se na participação de estímulos sentidos no comportar-se. Quando lidamos com um organismo evoluído, partimos de uma relação comportamental complexa e inextrincável: *perceber-sentir-agir*. Já, um estudo dos feelings que culmina em uma teoria de eventos privados parece que parte da crença de que perceber, sentir e agir são atos totalmente independentes (podem ocorrer separadamente).

Por fim, temos a participação da comunidade verbal. Na presente proposta defendemos que uma comunidade verbal que admite a subordinação dos feelings ao corpo deixa de se preocupar com o ensino da discriminação verbal do que é sentido. A tarefa dessa comunidade verbal é ensinar a discriminação verbal do corpo. Já uma comunidade que não admite o conceito de corpo preocupa-se com o ensino de uma discriminação verbal “pura” do que é sentido.

Descrição de estados

Nem sempre o verbo *sentir* é usado para descrever feelings (Ryle, 1949/1980). É o caso, por exemplo, da descrição de estados. Imaginemos que depois de um exame o médico diga a seu paciente que ele está bem. Em um outro contexto, esse mesmo paciente é, então, interpelado por uma outra pessoa a respeito de seu estado de saúde e responde: “sinto-me bem”. Uma possível interpretação do comportamento verbal do paciente é a seguinte: a resposta verbal emitida pelo paciente não é um tacto, pois está sob controle exclusivo dos estímulos verbais produzidos pela resposta verbal do

¹⁶ Que os estímulos sentidos possuem uma função pré-verbal não se questiona. O que se questiona é a defesa de que essa função é *necessariamente* a mesma antes e depois do treino discriminativo.

médico; trata-se, portanto, de um ecóico (Skinner, 1957). Devemos explicar melhor essa interpretação.

Quando o médico diz “você está bem!”, essa resposta verbal descreve um estado (é um tacto abstrato, pois parte de alguns estímulos específicos, mas não se limita a eles), que, como tal, não pode ser sentido (como evento) pelo paciente. Do lado do paciente, o estímulo verbal “você está bem”, somado ao mando “como você está?”, emitido por uma outra pessoa, têm função discriminativa para a emissão da resposta “sinto-me bem”. O que se deve notar é que, nesse caso, em nenhum momento precisamos fazer menção ao que é sentido pelo paciente para explicar sua resposta verbal “sinto-me bem”.

O exemplo contrário também merece ser analisado, ou seja, quando o paciente diz “sinto-me mal”. Uma possibilidade é que essa resposta verbal seja um tacto de um evento corporal do paciente e, portanto, o verbo *sentir*, nesse caso, descreve feelings. Mas, por outro lado, o diagnóstico do médico (se ele for um bom médico) não se embasa exclusivamente no autotacto do paciente, mas em outras evidências obtidas através de um exame. Como no caso anterior, o *estado* de saúde do paciente é “construído” pelo médico e, embora geralmente parta do relato do que é sentido pelo paciente, não se resume a ele – o relato do que é sentido é uma atualização do estado e, portanto, o estado *explica* o que é relatado¹⁷. Assim, para descrever seu estado de saúde, um paciente não poderia estar sob controle exclusivo de estímulos sentidos (pode, inclusive, haver uma situação em que mesmo com o relato de estímulos corporais sentidos o médico diga que o paciente está bem)¹⁸.

¹⁷ O conceito de explicação será abordado no próximo capítulo. De antemão podemos destacar que com a participação de estados na explicação do comportamento, operamos uma desvinculação entre explicação e causalidade, ou seja, explicar não deve ser entendido como buscar as causas (Lopes, 2004).

¹⁸ Nesse sentido no que diz respeito aos estados a hipótese do acesso privilegiado da pessoa é criticável (Ryle, 1949/1980). No nosso exemplo, o médico é mais apto a descrever o estado de saúde de um paciente do que o seu próprio – a descrição de um estado é construída na relação social.

Interno versus externo

Toda discussão empreendida no decorrer deste capítulo pode nos auxiliar na análise de uma importante questão suscitada pelos feelings: o emprego dos adjetivos *interno* e *externo*. Há quem diga que podemos classificar os feelings como internos, o que, do ponto de vista do behaviorismo radical, cria alguns constrangimentos. A resposta aos estímulos sentidos, amplia o ambiente, torna-o mais rico, mas não faz sentido dizer que agora esse organismo responde a um *ambiente interno*. Isso se justifica por dois motivos:

O primeiro deles é que ambiente é definido por Skinner (1953) como “qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo” (p. 257) e organismo, por sua vez, é aquilo que é afetado pelo ambiente¹⁹. Sendo assim, não faz sentido falarmos de um ambiente interno, pois teríamos, agora, que responder interno em relação a quê?

Essa pergunta nos remete ao segundo motivo para recusarmos o conceito de ambiente interno. Poderíamos dizer que o ambiente é interno ao organismo. No entanto, já sabemos que se ambiente e organismo constituem uma relação primordial, um não pode “invadir” o outro. Logo, não faz sentido afirmar que o organismo é parte do ambiente, ou que o ambiente está “dentro” do organismo. Portanto, parece não haver parâmetro de comparação para delimitarmos o que é interno.

Em relação ao adjetivo *externo* a situação não é diferente. A afirmação de que o ambiente é externo ao organismo só pode partir do fato de que organismo e ambiente não se confundem. No entanto, essa mesma relação primordial nos possibilita também afirmar que o organismo é externo ao ambiente. Sendo assim, a classificação *externo* é arbitrária. Além disso, como já apontamos, ao considerar o estímulo discriminativo

¹⁹ Corremos o risco de interpretar essas definições como uma espécie de círculo vicioso, se não entendermos que é a *relação* entre organismo e ambiente que define esses termos.

como externo nos aproximamos de uma concepção fisicalista, o que não estamos dispostos a fazer.

Se isso for plausível, não deveríamos classificar feelings como internos, ou mesmo estímulos do mundo como externos. Admitir a legitimidade da classificação *interno-externo* pressupõe a existência de um ponto fixo (imutável) descolado de todo o resto, do qual possamos classificar as coisas. Em outras palavras, para que possamos considerar comportamento, ambiente, evento, e assim por diante, como interno ou externo, temos que admitir a existência de algo que esteja *fora* do comportamento. Isso nos conduziria a uma concepção transcendente, nos afastando da imanência característica da metafísica relacional.

Com isso, podemos concluir que como *relacionismo* (que defende a prioridade da relação sobre os elementos), o behaviorismo radical constitui uma filosofia que não pode ser considerada nem *internalista*, nem *externalista*. Em outras palavras, como os elementos da relação comportamental são contemporâneos (simultâneos), não faz sentido chamar um deles de interno e o outro de externo.

Conclusão

O primeiro resultado alcançado por este capítulo diz respeito às definições de *sensing* e *feeling*. *Sensing*, como objeto de estudo do behaviorismo radical, é entendido como suscetibilidade a estímulos do ambiente, um estado atualizado por respostas. A relação entre suscetibilidade e respostas justifica a definição de comportamento como uma coordenação sensório-motora.

Na medida em que o organismo evoluiu, desenvolveram-se estruturas especializadas para desempenhar certas funções (órgãos sensoriais, órgãos motores, órgãos responsáveis pela manutenção do organismo, e um sistema nervoso integrando

essas estruturas). Graças a contingências de sobrevivência, o organismo tornou-se capaz de responder discriminativamente à atividade da maioria desses órgãos especializados. Definimos *sentir* como responder discriminativamente, sem órgãos especializados, a atividades fisiológicas localizadas.

Portanto, temos, agora, um organismo que responde a estímulos percebidos e a estímulos sentidos. Somando isso ao fato de que a emissão de uma resposta qualquer sempre é acompanhada de uma atividade fisiológica simultânea, o organismo passa a responder discriminativamente a essa atividade (auto-estimulação). Conclusão também defendida por Skinner (1957): “o comportamento geralmente estimula aquele que se comporta” (p. 138).

Outra importante conclusão diz respeito à discriminação verbal de feelings. Defendemos, aqui, que essa pretensão pode ser abandonada em função da discriminação verbal do corpo. Definimos corpo como um complexo multideterminado por estímulos sentidos e percebidos. Como esses dois tipos de estímulos são interdependentes (mantidos por uma mesma contingência) há propriedades comuns entre o que o corpo faz e como é sentido. Assim, para ensinar a discriminação verbal do corpo, a comunidade modela o relato verbal sob controle de estímulos percebidos e sentidos (ao mesmo tempo).

Em suma, o ensino da discriminação verbal do que é sentido é um processo direto. Isso quer dizer que a comunidade não precisa lançar mão de estratégias indiretas para acessar o que é sentido.

Um aparente obstáculo para essa interpretação diz respeito à participação do comportamento encoberto. Nesse caso, os estímulos corporais não são facilmente percebidos pela comunidade verbal. No entanto, se a comunidade verbal não desprezar a relação entre estímulos sentidos e contingências o problema desaparece. Partindo das

contingências que estão operando no momento, a comunidade pode modelar o relato do que é sentido pela pessoa. (Ao ensinar discriminação verbal a comunidade estabelece a função do estímulo sentido.)

Dessa forma, a teoria de eventos privados parece perder sua principal utilidade: tentar responder como a comunidade faz para ensinar a discriminação verbal do que é sentido, se isso não pode ser diretamente acessado por ela (Skinner, 1945/1984a, 1957). De acordo com a presente proposta, partindo das contingências não há diferença (funcional) entre o que é percebido e o que é sentido durante o comportar-se.

As dificuldades no que concerne à descrição do que é sentido surgem no bojo de uma cultura mentalista, que ignora a relação entre contingência e feelings. Se a comunidade não arranja contingências discriminativas, ela será incapaz de fazer um treino discriminativo eficaz e, conseqüentemente, a pessoa não poderá descrever com rigor o que sente (“sinto algo que não sei dizer o que é”), ou mesmo por quê sente (“estou deprimido, mas não sei dizer por quê”). .

Mesmo que a comunidade não seja muito rigorosa no ensino da discriminação verbal do corpo, ainda assim, pode haver certas variações do comportamento verbal de uma pessoa que a tornem capaz de descrever aquilo que não lhe foi diretamente ensinado. É o caso das metáforas e metonímias. Esses tactos consistem na transferência do controle de um estímulo para outros, com base em similaridades (construídas pelo falante). Mas, mesmo as metáforas e metonímias, em um certo sentido, dependem do ensino da comunidade. Não que o ensino seja direto, pois como mencionamos, essas extensões de tactos são variações. No entanto, uma pessoa inserida em uma comunidade que pune variações, não terá condições de criar metáforas ou metonímias.

Uma última conclusão refere-se aos usos do verbo *sentir*. Há vários usos desse verbo e nem todos dizem respeito a feelings. Em outras palavras, sentir não descreve

necessariamente a presença de estímulos sentidos (Ryle, 1949/1980). Quando alguém diz “sinto uma dor de cabeça insuportável” essa pessoa pode estar emitindo um autotacto, ou seja, essa resposta verbal pode estar sob controle de uma certa estimulação sentida pelo falante como localizada em sua cabeça. Nesse caso, sentir diz respeito a um estímulo do corpo do falante (evento corporal) e, então, descreve a presença de um feeling. Mas pode ser que essa pessoa quando diz que sente dor de cabeça, esteja sob controle de uma operação estabelecadora. Isso pode ocorrer quando, por exemplo, essa resposta é emitida para justificar uma falta no trabalho. Nesse caso, a resposta verbal é um mando e podemos explicá-la sem pressupor a presença de um estímulo sentido.

Uma outra situação em que podemos interpretar o verbo *sentir* como não descrevendo feelings, é encontrada quando uma pessoa diz: “*sinto* que vou fracassar”. Podemos interpretar que essa frase pode ser substituída por outras, como “*acho* que vou falhar” ou “*provavelmente não* vou conseguir”, que descrevem simplesmente a probabilidade de sucesso em uma tarefa. Trata-se, possivelmente, de um tacto que está sob controle das conseqüências produzidas até aquele momento (eventos do mundo ou do ambiente, mas não do corpo).

Ainda em relação ao verbo *sentir*, pode haver casos em que ele descreve estados e não estímulos. A descrição de um estado parte de eventos, mas não se restringe a eles. Isso quer dizer que uma descrição de eventos, que pode incluir estímulos sentidos, por mais exaustiva que seja, nunca poderá ser identificada com a descrição de um estado. Dessa forma, se uma pessoa diz que se sente triste, descrevendo um estado, a presença de um estímulo sentido específico, não é obrigatória. Isso porque o estado *triste* é uma probabilidade, ou disposição, para se comportar de uma certa maneira (o que *pode* envolver estímulos sentidos).

Um estado pode ser discriminado pela pessoa a partir dos *estágios iniciais de seu comportamento* (Skinner, 1990). Isso quer dizer que essa pessoa pode estar sob controle de estímulos que no passado antecederam o estado *triste* (e esses estímulos não precisam ser, necessariamente, sentidos). Dessa forma, a resposta verbal “sinto-me triste” pode ser sinônimo de “em uma situação como esta, tendo a me comportar de modo triste” (evito o contato social, falo pouco, choro, etc.).

Assim, do ponto de vista da presente interpretação é perfeitamente possível que uma pessoa esteja triste sem a presença de qualquer estímulo sentido – se tristeza é um estado, como tal, é atualizado por uma série de respostas, que podem estar sob controle de estímulos sentidos, mas um estado nunca pode ser identificado ou reduzido a um estímulo sentido. (Portanto, no processo de ensino da discriminação verbal de estados uma comunidade não-mentalista empregará, possivelmente, o verbo *estar* – você está triste –, e a pessoa, por metáfora ou outro tipo de variação, com o passar do tempo acaba empregando o verbo *sentir* – sinto que estou triste.)

IV

A FUNÇÃO DA TEORIA DE EVENTOS PRIVADOS NA EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Se perguntarmos a um analista do comportamento como podemos empreender um estudo da subjetividade orientado pelo behaviorismo radical, ele possivelmente dará uma resposta fazendo referência à teoria de eventos privados de Skinner (1945/1984a, 1953, 1957, 1969, 1974).

Por outro lado, se examinarmos, com mais cuidado, alguns dos textos de Skinner (1953, 1968, 1969, 1974) que tratam de temas tradicionalmente considerados subjetivos (tais como “pensamento”, “emoções”, “percepção”), encontraremos que, em alguns momentos esse tratamento, praticamente, não faz referência a eventos privados (Lopes & Abib, 2003).

O “pensamento”, por exemplo, é analisado através dos usos do termo *pensar*: “‘pensar’ muitas vezes significa ‘comportar-se fracamente’” (Skinner, 1974, p. 103). Esse comportamento incipiente pode tornar-se praticamente imperceptível a outras pessoas e quando isso ocorre diz-se que ele regrediu ao nível encoberto. Entretanto, nesse caso, o problema de acessibilidade parece não se colocar, pois o comportamento em sua gênese é aberto. Portanto, quando alguém diz que está pensando, esse relato foi modelado com base no comportamento manifesto que, posteriormente, regrediu.

As emoções, em alguns momentos, são tratadas por Skinner (1953) como *conceitos disposicionais*. Isso quer dizer que elas são consideradas como probabilidade para comportar-se de certa maneira em uma dada situação, o que pode ser feito sem referência a eventos privados: “um homem encolerizado, assim como um homem faminto, mostra uma *disposição* para agir de certa maneira” (p. 168, grifo meu).

Da mesma maneira, o que na história da psicologia foi estudado através da alcinha de motivação, é interpretado por Skinner (1945/1984a) como disposições: “a resposta ‘eu estou faminto’ poderia então descrever uma *tendência* a comer, com pouca ou nenhuma referência a contrações estomacais” (p. 550, grifo meu).

Mas nem todo o texto skinneriano mostra essa indiferença para com a teoria de eventos privados. Percorrendo a obra de Skinner, podemos identificar uma importante diferença na ênfase dada à participação dos eventos privados na explicação do comportamento humano. Prova disso pode ser encontrada comparando dois momentos distintos dessa obra.

Em *Science and Human Behavior*, por exemplo, a apresentação da teoria de eventos privados, não só é feita em um capítulo separado, como é precedida da seguinte colocação: “o leitor cujos interesses são essencialmente práticos, e que possa agora preferir avançar para os capítulos seguintes, pode fazê-lo sem sérios problemas” (Skinner, 1953, p. 258). Por outro lado, em *About Behaviorism*, a teoria de eventos privados já não pode ser separada dos demais assuntos, pois se encontra dissolvida na maioria dos capítulos.

Resta, então, a pergunta, por que essa diferença? Será que ela se justifica pelo reconhecimento de que os eventos privados são, de fato, mais importantes do que Skinner havia pensado inicialmente? Em outras palavras, qual é a função da teoria de eventos privados na explicação do comportamento? Tentaremos, neste capítulo, responder a essa questão.

Descrição e explicação

Antes de investigarmos o *status* explicativo da teoria de eventos privados, precisamos analisar o conceito de explicação. Se nos voltarmos para a filosofia da

ciência, encontraremos uma pluralidade de definições de explicação (Nagel, 1961). No entanto, como estamos interessados em uma explicação do comportamento, com base no behaviorismo radical, podemos começar nossa análise examinando o que Skinner (1957) tem a dizer sobre o assunto:

“Nossa primeira responsabilidade é simples *descrição*: qual é a topografia dessa subdivisão do comportamento humano? Respondida essa questão, pelo menos de modo preliminar, podemos avançar para o estágio chamado *explicação*: quais condições são relevantes para a ocorrência do comportamento – quais são as variáveis de que ele é função?” (p. 10).

O que se torna evidente nesse trecho, é a defesa que Skinner (1957) faz de uma desvinculação entre descrição (identificação da topografia das respostas) e explicação (busca pelas condições de ocorrência do comportamento, ao qual pertencem as respostas descritas). Tentaremos argumentar, aqui, que, ao contrário do que Skinner prescreve, não é possível separar *explicação* de *descrição* no behaviorismo radical.

Afirmamos a vinculação entre explicação e descrição na medida em que consideramos os processos comportamentais como partes da definição de comportamento. Assim, se “as condições de ocorrência do comportamento” são iminentes ao conceito de comportamento, ao descrever o comportamento estaremos explicando-o. Mas, por que deveríamos incluir as contingências no conceito de comportamento? A resposta é que ao fazer isso, passamos a considerar a mudança como uma característica do próprio comportamento e, conseqüentemente, o comportamento deixa de ser uma coisa para torna-se um fluxo. (Veremos no próximo capítulo que essa mudança traz importantes conseqüências para o tratamento do self.)

Além disso, outra peculiaridade da explicação do comportamento é que ela sempre é uma *interpretação*. Isso porque a explicação parte de uma teoria, inviabilizando, assim, a defesa de uma simples descrição ou de uma observação pura – toda observação é complexa e interpretativa, pois só vemos aquilo que aprendemos a ver. Ademais, o comprometimento do behaviorismo radical com uma metafísica imanente, obriga que a explicação construa-se sem o emprego de eventos que estejam para além do campo comportamental, entendido como a relação entre eventos comportamentais, eventos ambientais, estados comportamentais e processos comportamentais.

Nesse sentido, chegamos a uma definição preliminar de explicação: explicar é descrever, ou interpretar, o “funcionamento” do campo comportamental. Como esse campo comportamental é complexo (dele participam eventos, estados, e processos) é razoável admitir que a explicação do comportamento deve se dar em etapas, mas ao contrário do que sugere Skinner (1957), *todas* as etapas têm em comum o fato de serem descritivas e interpretativas.

Um itinerário para a explicação do comportamento

A explicação do comportamento tem como ponto de partida o comportamento entendido como relação entre a *atividade de um organismo como um todo* com o *ambiente*. Uma vez que essa atividade é constante (não há lacunas temporais em que o comportamento deixa de existir), podemos dizer que partimos de um *fluxo comportamental*.

Dessa forma, consideramos que a primeira etapa da explicação do comportamento consiste em isolar os eventos comportamentais do fluxo comportamental. Isso é feito através de “cortes” que, a princípio, levam em

consideração a topografia desses eventos. Relacionando essas unidades topográficas com os eventos ambientais – estímulos discriminativos e conseqüências – operamos uma *explicação funcional* que tem como produto eventos comportamentais como unidades de análise funcionalmente descritas.

Estabelecida a função dos eventos comportamentais, partimos para a descrição de *regularidades funcionais*, ou seja, de padrões no responder do organismo, que são indicativos da operação de estados comportamentais. Com o estado comportamental podemos empreender uma *explicação disposicional do comportamento*, em que um estado comportamental explica eventos comportamentais. Isso quer dizer que consideramos os eventos comportamentais como pertencentes a classes de respostas caracterizadas funcionalmente.

A descrição da relação entre estados comportamentais e eventos comportamentais (o que é mediado por eventos ambientais) culmina em uma *explicação dinâmica do comportamento*, ou seja, no levantamento dos processos comportamentais envolvidos na determinação de estados comportamentais e, conseqüentemente, na emissão de determinados eventos comportamentais. Com esse último tipo de explicação podemos, agora, explicar o fluxo comportamental do qual partimos (relação dinâmica entre organismo e ambiente).

Explicação funcional do comportamento

Uma vez que o fluxo comportamental do qual partimos, “é mutável, fluido e evanescente” (Skinner, 1953, p. 15), temos que analisar esse fluxo. Essa análise começa com o estabelecimento de eventos comportamentais, que são definidos pela conjunção de características topográficas e funcionais. Por isso, essa primeira etapa da explicação

do comportamento lida, basicamente com a relação entre topografia e função de determinado evento comportamental.

Mas como é possível começar a análise do fluxo comportamental? Há, pelo menos, duas possíveis respostas: ou existem “fissuras naturais” no fluxo que dirigem os “cortes” para isolar os eventos comportamentais da relação organismo-ambiente; ou esses “cortes” seguem algum outro critério.

Tentaremos perseguir aqui a segunda possibilidade, considerando que o critério que dirige o isolamento dos eventos comportamentais já é, em alguma medida, funcional. Se isso for plausível, não parece ser correto colocar o isolamento topográfico como uma etapa *anterior* da análise funcional, pois a função já interfere no isolamento topográfico. É justamente nesse ponto que entra o conceito de interpretação: a descrição dos eventos comportamentais é interpretativa, pois quem isola topograficamente esses eventos o faz a partir da atribuição de uma certa função.

Portanto, o isolamento dos eventos comportamentais não segue “fissuras naturais”, mas sim uma interpretação funcional de quem os descreve. Com isso, a separação total entre topografia e função dos eventos comportamentais é desde o início impraticável – a inter-relação entre essas duas características é *conditio sine qua non* para o isolamento dos eventos comportamentais.

A interpretação prévia dos eventos comportamentais embasa-se na teoria de que há uma certa relação entre movimentos de um organismo e aspectos do ambiente. Nesse ponto nossa análise aproxima-se da definição de comportamento proposta por Maturana e Varela (1984/2002) como “mudanças de postura ou posição de um ser vivo, que um *observador* descreve como movimentos ou ações em relação a um determinado ambiente” (p. 152, grifo meu). Assim, o observador destaca do conjunto de alterações da superfície de um organismo a topografia de um evento comportamental, através da

atribuição de uma função – relacionando certos movimentos com certos eventos ambientais antecedentes e conseqüentes.

Esse caráter interpretativo da descrição dos eventos comportamentais é também responsável pela relação inextrincável entre eventos comportamentais e eventos ambientais, pois na constituição dos eventos comportamentais a relação com eventos ambientais já é pressuposta. O que deve ficar claro nessa afirmação é que os eventos ambientais em questão (que dirigem os “cortes” topográficos) são parte do mundo do observador, que acredita que tais eventos participam do ambiente daquele que é observado se comportando.

A mediação do mundo do observador na descrição do comportamento também é um assunto tratado por Köhler (1929/1970), que usa a expressão “comportamento tal como é percebido”, para indicar tal mediação. Entretanto, segundo esse autor, o fato de o “comportamento físico” nunca ser diretamente acessado, não retira o caráter *objetivo* do comportamento percebido (Köhler). *Mutatis mutandis* podemos dizer o mesmo em relação à descrição dos eventos comportamentais no behaviorismo radical. Toda observação do comportamento é interpretação de um observador, seja ele um leigo ou um cientista. A diferença é que no primeiro caso a interpretação é menos rigorosa, ou seja, não há uma comunidade científica organizada que visa minimizar as discrepâncias entre o mundo do observador e o ambiente de quem se comporta.

Com isso, é possível notar que o caráter interpretativo da explicação do comportamento já está presente na descrição de eventos comportamentais. As respostas que serão analisadas são construídas a partir do mundo do observador, e o nível de discrepância entre esse mundo e o ambiente depende do rigor de uma comunidade verbal que mantém esse mundo.

Dessa forma, a explicação funcional do comportamento tem como objetivo relacionar os eventos comportamentais (respostas) com eventos ambientais (estímulos e conseqüências), o que é feito com a mediação do mundo do observador. Para esse tipo de explicação, explicar é sinônimo de propor uma relação entre função e topografia, o que “constrói” respostas como unidades de análise do comportamento. Tal proposta pode ser colocada à prova, através da manipulação de eventos ambientais.

Explicação disposicional do comportamento

Depois que isolamos as respostas como unidades de análise podemos partir para uma próxima etapa da explicação do comportamento. Como indica Skinner (1953), “não importa quão acurada ou quantitativa possa ser, a descrição de um caso particular é apenas um passo preliminar. O próximo passo é descobrir algum tipo de *uniformidade*” (p. 15). Essa uniformidade é encontrada no conjunto de respostas emitidas por um organismo, que quando analisadas a partir de sua função, podem ser agrupadas em um certo padrão – certas respostas têm a mesma função.

Os estados comportamentais são interpretações construídas a partir desse padrão comportamental – um padrão de resposta é considerado como indicativo da operação de determinado estado comportamental. Vale ressaltar que na análise do comportamento o principal estado comportamental envolvido na explicação do comportamento é *operante*. No entanto, parece inegável que estados *reflexos* e *liberados* também devem participar de uma explicação completa do comportamento.

Essa ênfase no estado operante pode ser atribuída aos objetivos estabelecidos pela análise do comportamento skinneriana: *previsão* e *controle*. Se considerarmos que uma ciência do comportamento tem como objetivo a compreensão, ou pelo menos a

privilegie em relação a previsão e controle, deveríamos considerar a participação dos três tipos de estados comportamentais.

Voltando à explicação disposicional do comportamento, podemos definir essa etapa como a descrição de estados comportamentais, cuja operação explica as respostas atuais, passadas e futuras, através da identificação de similaridades funcionais entre essas respostas. No caso das respostas futuras, a explicação é possível porque o estado comportamental é uma disposição, e, portanto, sua identificação possibilita a previsão. No caso das respostas passadas e atuais, a explicação é possível porque os estados comportamentais são abertos, impedindo sua identificação com um conjunto determinado de respostas emitidas pelo organismo (o estado comportamental é “maior” do que o conjunto de respostas emitidas¹.)

No entanto, a explicação por parte de estados comportamentais só é possível depois de uma explicação funcional. Em outras palavras, a explicação disposicional depende de uma explicação funcional bem sucedida. Isso porque a confirmação de uma explicação disposicional é, em última instância, dada pela emissão de eventos comportamentais.

Isso se fundamenta na impossibilidade de existir um estado comportamental não atualizado. Em outras palavras, se por um lado toda resposta é atualização de um estado, por outro é *necessário* que um estado comportamental seja, em algum momento, atualizado por eventos comportamentais. Além disso, como admitimos que o estado comportamental é uma disposição, sua atualização deve ser razoavelmente freqüente. Caso isso não ocorra, a explicação disposicional é considerada falha.

¹ Quando consideramos os estados comportamentais como conceitos abertos afastamos a possibilidade de uma interpretação positivista lógica das disposições. Segundo essa interpretação toda disposição esgotar-se-ia no conjunto determinado de respostas emitidas (Carnap, 1931-32/1965).

Explicação dinâmica do comportamento

Estabelecidos os estados comportamentais podemos partir para uma explicação dinâmica do comportamento, que consiste no levantamento dos determinantes desses estados. Esses determinantes são os processos comportamentais ou contingências². Como já vimos no primeiro capítulo, os processos comportamentais atuam a partir da organização sistemática entre eventos ambientais e comportamentais mantida no tempo, e têm como resultado a alteração no responder de um organismo e, conseqüentemente, nos estados comportamentais.

Dessa forma, a explicação dinâmica do comportamento sobrepõe-se aos outros dois tipos de explicação, explicando tanto os estados comportamentais, quanto as respostas através de sua função. Se quisermos criar, manter ou eliminar um estado comportamental, organizamos os eventos ambientais em relação à emissão ou não de certas respostas consideradas como atualizações do estado alvo. Assim, a explicação dinâmica do comportamento pressupõe a explicação disposicional, que, por sua vez, só é possível graças a uma explicação funcional das respostas de um organismo.

A qualificação *dinâmica* desse último tipo de explicação do comportamento tem o intuito de frisar a importância do tempo. Não é a apresentação de um único evento ambiental, relacionado com um evento comportamental que altera um estado comportamental (o que identificaria a explicação dinâmica com a explicação funcional), mas é a repetição sistemática da organização *estímulo-resposta-conseqüência*, por um certo tempo.

Uma outra importante característica desse tipo de explicação do comportamento é que através dele explicamos o *fluxo comportamental*, ou seja, a relação inicial entre

² Podemos dizer que outras variáveis participam da determinação dos estados comportamentais, como por exemplo, as variáveis emocionais, ou a privação. Mas essas variáveis também se constituem a partir contingências e, portanto, parece ser legítimo afirmar que a determinação de estados repousa nas contingências.

organismo e ambiente, da qual partimos para chegar até aqui. Assim, podemos dizer que a análise do comportamento tem como objetivo explicar o fluxo comportamental, o que só é possível através da relação entre eventos comportamentais, eventos ambientais, estados comportamentais e processos comportamentais. Além disso, é preciso levar em consideração que essa relação se dá no tempo, seguindo uma certa organização. Em suma, a análise do comportamento busca uma explicação dinâmica do comportamento.

A teoria de eventos privados

Definido o conceito de explicação no behaviorismo radical e na análise do comportamento, podemos agora examinar a teoria de eventos privados para, então, julgar seu papel em uma explicação behaviorista radical do comportamento humano.

O que quer dizer o termo *evento privado*? Em relação ao termo *evento*, já sabemos que o behaviorismo radical considera a existência de dois tipos: *eventos comportamentais* (respostas) e *eventos ambientais* (estímulos discriminativos e conseqüências). Já o adjetivo *privado*, para cada um desses eventos, merece uma discussão mais cuidadosa.

O termo *privado* pode ser definido em contraste com *público*, como “aquilo que ocorre secretamente, sem testemunhas”, “o que é restrito a uma pessoa”, ou ainda “o que é interior ou íntimo de uma pessoa”³. Essa última acepção, geralmente, fundamenta a defesa da existência de uma vida interior (intimidade), no sentido de que se “parte do universo está encerrada dentro da própria pele do organismo (...) uma pequena parte do universo é *privada*” (Skinner, 1953, p 257).

³ As mudanças de sentido dos termos *público* e *privado*, no decorrer da história, é um assunto tratado com detalhes por Sennett (1974/1995). Não poderemos reproduzir, aqui, toda essa história. No entanto, é interessante mencionar que embora o emprego do termo *privado*, em várias línguas (como inglês, francês e português), date do século XIV, o sentido de “vida interior” é uma acepção bastante (data de meados do século XIX).

Assim, os termos *público* e *privado* são empregados no contexto da teoria skinneriana como indicadores da *acessibilidade* a eventos. Eventos privados seriam aqueles que não podem ser diretamente acessados por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, e públicos os que podem ser acessados por todos ou pelo menos por mais de uma pessoa. Chamaremos o conjunto de questões levantadas por esse tipo de concepção de *problemática da acessibilidade*. Analisemos, brevemente, a origem da influência dessa concepção no behaviorismo radical.

A problemática da acessibilidade e o Behaviorismo

Watson e a origem do Behaviorismo

No início do século XX, a psicologia científica experimental tinha como um de seus principais representantes, nos Estados Unidos, Edward Bradford Titchener (1867-1927), fundador da Nova Psicologia ou Introspeccionismo. Segundo essa escola, a psicologia deveria ser entendida como o estudo sistemático (experimental) da experiência consciente, e para tanto, o método empregado era a *introspecção-experimental-analítica*⁴.

Podemos situar o Behaviorismo como um movimento que surge com o intuito de criticar essa concepção de psicologia. Segundo Watson (1913/1998), considerado o fundador do Behaviorismo nos Estados Unidos, a psicologia deveria ser um ramo das ciências naturais e, para que isso fosse possível, era imprescindível a substituição do objeto de estudo da psicologia. O comportamento foi considerado o melhor candidato para esse cargo, por pelo menos quatro motivos: era *objetivo*, e por isso poderia ser estudado em laboratório por um experimentador *externo* ao sistema observado; era *quantificável*, permitindo uma análise científica dos dados obtidos; graças à influência

⁴ Para um exemplo do emprego desse método cf. o tópico ‘*Uma breve história*’, no capítulo II do presente trabalho (Percepção).

darwinista, possibilitava o *emprego de animais infra-humanos*, o que era muito útil para certas pesquisas; por último, e talvez o mais importante para a aceitação do behaviorismo no Estados Unidos, proporcionava *aplicações tecnológicas evidentes*, característica de suma importância para o “espírito” norte-americano.

Evidentemente, Watson estava sujeito à crítica de que sua psicologia deixava de lado o mais importante, os eventos mentais. Embora o chamado “conteúdo mental”, aparentemente, não se adequasse ao modelo de ciência natural, ninguém questionava que o assunto teria que receber um tratamento em qualquer sistema psicológico. O viés fisicalista de Watson fez com que ele adotasse uma posição *eliminativista*, ou seja, ele traduziu em termos fisicalistas o que entendia por alguns termos mentais (emoções, hábito, pensamento)⁵, e o que não foi capaz de traduzir eliminou ontologicamente. Assim, a existência de eventos mentais foi negada com a justificativa de que se não eram físicos, não passavam de ficções.

Behaviorismo metodológico e positivismo lógico

No behaviorismo metodológico⁶ o problema da acessibilidade a eventos mentais foi colocado de modo mais contundente. Depois que a empresa watsoniana não foi capaz de dar conta de alguns conceitos mentais – que poucas pessoas consideravam passível de serem ficções –, a questão sobre como estudar tais eventos voltou à tona. Dessa forma, a existência de eventos mentais, não-físicos, passou a ser admitida. Mas não tardou para que o estudo de tais eventos fosse banido também dessa psicologia.

⁵ Emoções foram interpretadas como respostas de glândulas e da musculatura lisa, o hábito foi explicado através do processo de condicionamento e o pensamento considerado como fala subvocal (Watson, 1924/1930).

⁶ Consideramos *behaviorismo metodológico* a posição defendida por autores como: Boring (1945): “Todo dado científico é público. A ciência não considera dados privados” (p. 244); e Feigl (1945): “Um enunciado é cientificamente significativo apenas se for intersubjetivamente testável” (p. 257).

De acordo com o “*critério de verdade por consenso*”, herdado do positivismo lógico, uma ciência só poderia adotar um objeto de estudo passível de ser *acessado* por mais de um observador ao mesmo tempo – o julgamento acerca da verdade de uma proposição só é possível mediante consenso entre dois ou mais observadores (uma proposição será verdadeira quando dois ou mais observadores concordarem com o que observaram, e falsa quando não houver concordância). É evidente que os eventos mentais estavam longe de satisfazer esse critério.

A solução para o problema dos eventos mentais, adotada pelo behaviorismo metodológico, foi admitir que tais eventos eram “externos” à relação comportamental (*epifenômenos*) e, portanto, seriam como sombras que perseguem o comportamento, sem interferir em seu funcionamento. Com isso, a negação da possibilidade de um estudo científico de eventos acessados apenas pela própria pessoa, não afetava o desenvolvimento da psicologia.

O que devemos notar, aqui, é que há uma pequena diferença, que muitas vezes é ignorada, entre o behaviorismo de Watson e o behaviorismo metodológico. No primeiro caso, temos um *fisicalismo ontológico*, que não lida com eventos mentais porque acredita que só existam eventos físicos. No segundo, temos um *dualismo*, o qual aceita a existência de eventos mentais, mas como esses não têm eficácia causal (*epifenômenos*), podem ser deixados de lado sem nenhum prejuízo para a explicação do comportamento humano⁷.

⁷ Como sugere Heidbreder, (1933/1975) podemos admitir que o fisicalismo ontológico de Watson é em certa medida derivado de uma posição dualista – parte-se do dualismo para então negar um dos termos. No entanto, isso não elimina a diferença entre Watson e behaviorismo metodológico. Cometendo um anacronismo, podemos dizer que a posição watsoniana é uma espécie de desdobramento do behaviorismo metodológico.

Behaviorismo Radical

Colocada dessa maneira, é evidente que a “solução” do behaviorismo metodológico soa como insatisfatória. A hipótese aqui levantada é que soou dessa forma para Skinner (1945/1984a). No entanto, podemos agora perceber que a problemática da acessibilidade se construiu em um panorama teórico bem distinto da metafísica relacional. São basicamente duas características do discurso que deram origem ao problema da acessibilidade: 1) o dualismo (e o fisicalismo) e 2) o positivismo lógico.

No caso do dualismo é indiferente se o aceitamos integralmente, como no behaviorismo metodológico, ou se partimos do dualismo para negar uma das substâncias, como fez Watson (1913/1998). Tanto em um caso como no outro, estamos comprometidos com a tradição incompatível com a metafísica relacional.

No caso do positivismo lógico não é diferente. Como no behaviorismo radical a descrição do comportamento não é “ingênua”, é sempre uma *interpretação* (independente do nível explicativo⁸), não podemos aceitar o caráter empirista do positivismo lógico. O positivismo lógico parte da possibilidade de uma observação “pura” do mundo, sendo a verdade estabelecida através da correspondência entre o que uma teoria diz e o que é observado. Já na posição, aqui, defendida (seguindo uma metafísica relacional), não existe observação sem teoria; toda observação é dirigida, e na medida em que observar é selecionar alguns fatos, podemos dizer que observar é interpretar.

Um pequeno exemplo pode deixar isso mais claro. Levemos ao laboratório um leigo em análise do comportamento para *observar* um pombo comportando-se sob um complexo esquema de reforço, envolvendo discriminação de cores e sons. Em seguida, peçamos para que essa pessoa relate o que viu. Possivelmente, ela dirá que viu um

⁸ Os níveis explicativos são os três tipos de explicação descritos no começo do presente capítulo: 1) explicação funcional, 2) explicação disposicional, e 3) explicação dinâmica.

pombo que, de vez em quando, bicava uma janela na parede da caixa experimental, algumas luzes que acendiam e apagavam, ouviu alguns sons, mas que não vê *relação* entre tudo isso. Evidentemente a observação dessa pessoa é muito diferente do que a de um cientista do comportamento. Podemos explicar isso dizendo que a “teoria” dessa pessoa não foi suficiente para a observação da “totalidade” daquela situação, o que fez com que ela visse apenas alguns eventos desconexos.

Assim, sempre que tentamos explicar o comportamento, partimos de uma teoria que dirige nosso olhar selecionando certos aspectos da situação observada. É claro que alguém pode argumentar que isso só acontece em casos complexos, e que no mínimo todos os que estavam no laboratório viram um pombo, dentro de uma caixa, fazendo certos movimentos, luzes que acendiam, etc. Duas respostas podem ser dadas a essa contestação. Em primeiro lugar, não podemos nos esquecer que são justamente as relações não “vistas” pelo leigo que interessam para uma ciência do comportamento. Como já mencionamos, a explicação científica do comportamento visa o fluxo comportamental, no qual encontramos uma complexa relação entre eventos, estados e processos. Nesse sentido, para a ciência do comportamento, de nada adiante ver objetos isolados.

A segunda possível resposta à contestação de que os “objetos isolados” podem ser vistos sem uma teoria, pode ser encontrada nos textos da psicologia da *Gestalt*. Segundo essa teoria, a visão de uma unidade segregada (*coisa*), como um pombo, por exemplo, é produto de uma certa “interpretação”, pois o mosaico de estímulos encontrado em nossa retina tem muito pouco a ver com o que é visto (Köhler, 1929/1970; Koffka, 1935). Obviamente, não é o caso de detalhar, aqui, essa concepção,

bastando que apontemos que se ela for considerada, mesmo a visão de “objetos isolados”⁹ depende de um certo tipo de interpretação de nossos órgãos dos sentidos¹⁰.

Voltemos à influência do positivismo lógico. É possível perceber, agora, que na raiz do “critério de verdade por consenso” – adotado pelo behaviorismo metodológico por influência do positivismo lógico –, está o *empirismo*. O que garante a não-discrepância entre dois observadores diferentes é a crença de que se eles estão expostos à mesma estimulação, eles verão a mesma coisa¹¹.

Na metafísica relacional a exposição à mesma estimulação não é sequer possível, pois se o estímulo se constitui na relação comportamental, e cada organismo individual participa de *sua* relação, cada situação de estímulo é a princípio única. No entanto, levando isso às últimas conseqüências parece que somos conduzidos a uma impossibilidade explicativa: se cada pessoa vê de uma maneira, como construir uma visão universal sobre o fenômeno observado? É nesse ponto que entram as comunidades verbais.

A regulação das diferentes interpretações se dá no nível das comunidades verbais, ou seja, cada comunidade verbal tenta manter uma coerência interna de interpretações. Dessa forma, a comunidade de cientistas do comportamento, por exemplo, impede a inclusão de um discurso que empregue uma substância mental na explicação do comportamento.

No entanto, é importante ressaltar que se tratando de uma comunidade científica, a busca pela coerência interna não deve ser confundida com hermetismo. Isso

⁹ Ainda seguindo a *Gestalttheorie*, parece não ser correto empregar o termo *objeto isolado*, pois todo objeto é produto de uma relação entre figura e fundo. O objeto é segregado ou destacado do fundo e caracteriza-se, entre outras coisas, pela presença de um contorno bem definido.

¹⁰ Nesse sentido concordamos, aqui, com Popper (1977/1995) quando afirma que “não há órgão do sentido no qual teorias antecipatórias não estejam geneticamente incorporadas”, e por isso, “eles [nossos órgãos dos sentidos] podem ser considerados como teorias” (p. 176).

¹¹ A tese de uma mesma estimulação produz sempre a mesma sensação é conhecida na história da psicologia como “princípio de constância”. Segundo Foulquié & Deledalle (1951/1965), a negação desse princípio pode ser considerada como uma das principais características da psicologia da *Gestalt*.

quer dizer que um sistema científico deve ser aberto. Em outras palavras, ele deve ser capaz de assimilar certas variações.

Podemos abandonar a teoria de eventos privados?

Com esse panorama construído pela história da problemática da acessibilidade parece que encontramos um motivo para o abandono da teoria de eventos privados. A problemática que dá origem a essa teoria não pertence à metafísica do behaviorismo radical. Em outras palavras, o problema da acessibilidade surge no bojo de tradições como o dualismo, fisicalismo, empirismo, positivismo lógico, mas não se coloca desde o início em uma metafísica relacional. O behaviorismo radical situa-se fora dessa discussão, não aceitando as distinções entre acesso direto e indireto, entre o observado e o inferido (construído), entre descrição e interpretação, e assim por diante.

Se isso for plausível, podemos abandonar a teoria de eventos privados sem prejuízo para o behaviorismo radical. No entanto, cabe ainda perguntar, por que o tema *eventos privados* é tão recorrente na literatura de behavioristas radicais? Por que cientistas e teóricos do comportamento não só aceitaram a teoria de eventos privados de Skinner, como passaram anos escrevendo sobre ela, com o intuito de aperfeiçoá-la? O que controla o comportamento desses autores que sacrificam a coerência conceitual em favor de uma teoria alheia a seu *background* teórico? Podemos levantar algumas hipóteses para tentar responder a essas questões.

Privacidade

A pergunta que temos de perseguir é: em que contexto a teoria de eventos privados, quando aplicada, produz resultados que satisfazem cientistas e teóricos do comportamento? Já sabemos que independente da resposta, temos que ser capazes de

propor uma nova interpretação condizente com a nossa proposta, ou seja, que exclua a teoria de eventos privados.

O contexto para que a teoria de eventos privados floresça surge quando uma comunidade verbal desconsidera as contingências que controlam o comportamento de uma pessoa. Isso se dá por, basicamente, dois motivos: ou a comunidade em questão é mentalista e, portanto, não reconhece a relação entre comportamento a ser explicado e contingências; ou essa comunidade é incapaz de considerar determinadas contingências. No que concerne à primeira opção, não há muito que dizer, uma comunidade que não admite que o comportamento é função de contingências, já deu o primeiro passo para a criação de explicações espúrias (envolvendo uma substância mental, uma vida interna, etc.). Já em relação ao segundo caso, temos que nos ater um pouco mais.

Possivelmente, o episódio mais comum em que uma comunidade não é capaz de estabelecer uma relação entre comportamento e contingências, é aquele do qual participam feelings. Já mencionamos, no capítulo anterior, que as respostas envolvidas no ato de sentir são respostas do organismo como um todo. Sendo assim, poderíamos dizer, usando termos pouco usuais no behaviorismo radical, que sentir é uma *atitude* ou *posicionamento* da pessoa em relação ao seu corpo. Portanto, do ponto de vista do behaviorismo radical, atribuir uma *interioridade* ou *privacidade* aos feelings não constitui uma boa interpretação do assunto. Sentir, enquanto ato, é comportamento e, como tal, não pode ser classificado nem como interno, nem como externo e, sobretudo, deve ser explicado por contingências de reforço.

Assim, a defesa da privacidade ocorre em dois contextos. O primeiro surge quando uma comunidade cria explicações do comportamento que desconsideram o papel das contingências, postulando, por exemplo, um “eu” substancializado e iniciador do comportamento. O segundo caso se dá quando uma comunidade considera o ato de

sentir como interioridade, criando assim uma “vida privada” em contraste com a vida que pode ser publicamente observada. Sem dúvida, esse segundo caso está intimamente relacionado com a problemática da acessibilidade, descrita anteriormente. Dessa forma, a vida pública seria externa, observável, diretamente acessada por todos e, portanto, objetiva. Já a vida privada seria interna, inferida, diretamente acessada apenas pelo sujeito e, por isso, subjetiva¹².

Com isso, encontramos uma justificativa adicional para abandonarmos a teoria de eventos privados no behaviorismo radical. Deixando de nos comprometer com a problemática da acessibilidade não estamos apenas sendo coerentes com o projeto filosófico do behaviorismo radical, mas também operamos uma espécie de limpeza conceitual, pois junto com a teoria de eventos privados, abandonamos também a duplicação da vida, bem como todas as dicotomias que estão envolvidas. O behaviorismo radical não é nem internalista, nem externalista – partimos de uma relação entre organismo e ambiente, que não permite classificações como interna e externa, ou pública e privada.

Comportamento encoberto

Mas se abandonarmos a teoria de eventos privados, como lidamos com o conceito de *comportamento encoberto*? Visto que nos textos skinnerianos (Skinner, 1945/1984a, 1953, 1957, 1968, 1969, 1974, 1989, 1990) o comportamento encoberto é parte da teoria de eventos privados, será, que devemos abandonar também esse conceito?

Uma possibilidade de manter o conceito de comportamento encoberto seria considerar os termos *aberto* e *encoberto* como indicadores do grau de “sutileza” dos

¹² Fica evidente aqui que internalismo e externalismo são as duas faces da mesma moeda. O externalismo cria a “vida privada” ou privacidade e depois, tenta encontrar meios de invadi-la buscando relações entre o interno e o externo.

estímulos percebidos produzidos pelo comportamento a ser explicado. Assim, o adjetivo *encoberto* é empregado para definir comportamentos que envolvem eventos comportamentais (respostas) cuja emissão produz estímulos sentidos e estímulos percebidos “sutis”.

Mas como tratar de um comportamento que se torna encoberto, sem falar de privacidade? Novamente a resposta pode ser buscada nas contingências. Dizer que um comportamento tornou-se encoberto não é afirmar que ele agora adentrou em um lugar obscuro e por isso deixou de ser observável. O comportamento como coordenação sensório-motora não pode entrar ou sair da mente do organismo ou de qualquer outro “lugar”. Comportamento é movimento coordenado, e quando dizemos que ele é encoberto, estamos dizendo que esse movimento (que continua a ser coordenado) ocorre de modo sutil. Assim, o comportamento encoberto é um comportamento que exige mais cuidado e atenção por parte de quem pretende explicá-lo. (Obviamente, esse cuidado e atenção nada mais é que uma interpretação mais complexa exigida durante as etapas explicativas.)

O que temos de ressaltar, aqui, é que a explicação dinâmica do comportamento encoberto, assim como de qualquer outro comportamento, reside nas contingências. A diferença é que uma explicação dinâmica do comportamento encoberto envolve também o levantamento das contingências responsáveis por esse comportamento *estar* encoberto – é preciso descrever *por que* o comportamento tornou-se encoberto (ou sutil).

Teríamos assim uma explicação dinâmica do comportamento, na qual encontramos um fluxo comportamental constituído tanto por comportamentos abertos, quanto por encobertos, mas todos eles, em última análise, submetidos a contingências. Sendo assim, a partir da descrição das contingências que estão operando podemos não

só explicar a ocorrência de comportamentos encobertos, como também manipulando essas contingências podemos tornar o encoberto aberto, e o aberto encoberto.

Corpo e eventos privados

Uma maneira de evitar a problemática da acessibilidade, bem como a atribuição de *interioridade* ou *privacidade* a uma pessoa, fundamenta-se no conceito de corpo. No capítulo anterior definimos *corpo* como um complexo multideterminado, formado através de um conjunto de estímulos, que ocorrem ao mesmo tempo, em um mesmo “lugar”. Nesse sentido, o corpo estrutura-se como um todo coeso, que, por esse motivo, não pode ser dividido.

A teoria de eventos privados faz justamente isso. Considera que os tipos de estímulos envolvidos na constituição do corpo podem ser separados uns dos outros, estabelecendo um limite para o interno e externo, e, conseqüentemente destruindo o corpo como um todo. O corpo, tal como o definimos aqui, não é apenas *sentido*, é também *percebido*, e, por esse motivo, não pode ser dotado de uma parte interna e uma parte externa.

A atribuição de uma privacidade ao corpo fundamenta-se em uma falácia. Como só podemos ver o corpo de outra pessoa (uma afirmação que não é de todo correta, pois o que vemos é o comportamento), inferimos que essa pessoa sente seu próprio corpo. Isso é legítimo, mas não podemos por isso considerar que o corpo dessa pessoa só é sentido. A atribuição do pronome *meu* para designar um corpo, fundamenta-se na coordenação sensório-motora: a pessoa sente e percebe *seu* corpo ao mesmo tempo, à medida que se comporta.

A tentativa de classificar o corpo diante da dicotomia *público-privado* não só destrói a unidade do corpo, como desconsidera seu processo de constituição. O fato de

estímulos percebidos e sentidos estarem envolvidos na construção do corpo não legitima a separação desses estímulos como modos distintos de entrar em contato com o corpo. Responder ao corpo é responder ao todo, não a um conjunto de estímulos desconectados.

*Os discursos em primeira e terceira pessoa*¹³

A possibilidade de uma ciência do comportamento está calcada, entre outras coisas, no fato de que as respostas, além de produzirem conseqüências que modificam a probabilidade de emissão de uma resposta similar no futuro, produzem também estímulos, que afetam tanto a própria pessoa que se comporta (auto-estimulação), quanto outras pessoas que observam esse comportamento.

Quando a pessoa é tanto observador quanto objeto de observação – quando ela observa e descreve seu próprio comportamento – pode suscitar algumas dúvidas. Isso porque, nesse caso, a descrição dos eventos comportamentais depende tanto do *corpo* quanto do *mundo* do observador. Em um primeiro momento pode parecer que a objetividade dessa descrição está comprometida, mas uma análise mais detalhada revela que não deve haver tanta diferença entre as descrições em primeira e terceira pessoa. Um dos responsáveis pela similaridade entre discursos de primeira e terceira pessoa é o fato de que ser a comunidade verbal quem ensina a pessoa a descrever seu próprio comportamento.

Quando o comportamento a ser descrito é aberto, e o observador que ensina essa descrição à pessoa não é mentalista, o que ocorre é o seguinte: o observador parte de estímulos de seu mundo, considerando que esses estímulos participam do ambiente de quem se comporta. Além disso, se o observador considerar o corpo como um todo, a

¹³ O termo *discurso* é empregado nesse capítulo como sinônimo de interpretações apresentadas. Essa apresentação envolve a retórica, que se define como o *modo* de apresentação de uma interpretação.

descrição dos estímulos sentidos por quem se comporta será diretamente ensinada (têm a mesma função dos estímulos percebidos pelo observador). Assim, mesmo se o comportamento regredir ao nível encoberto, não haverá grandes discrepâncias entre os discursos de primeira e terceira pessoa.

O problema surge quando o observador ensina uma pessoa a descrever seu comportamento de modo *mentalista* ou *externalista*. No caso do mentalismo não é preciso uma análise muito detalhada, uma comunidade que ensina a pessoa a explicar seu comportamento em função de eventos fantasmagóricos cria uma privacidade impossível de ser conhecida e uma evidente discrepância entre os discursos de primeira e terceira pessoa.

No caso do externalismo, o observador ensina a pessoa sob controle *exclusivo* de estímulos percebidos, ou seja, desconsiderando que o corpo de quem se comporta possa ter alguma importância na explicação do comportamento. No entanto, a auto-estimulação (percebida e sentida) tem origem em contingências naturais, o que quer dizer que a pessoa sente mesmo antes da comunidade verbal ensinar a descrição do sentir. Dessa forma, quando o comportamento regride, o observador não encontra mais estímulos em seu mundo que possam fundamentar a afirmação de que a pessoa observada está se comportando, mas a pessoa continua a sentir, e pode agora relatar seu comportamento sob controle *exclusivo* da auto-estimulação – reduzindo, indevidamente, o comportamento encoberto ao que é sentido.

A crítica que podemos extrair dessa última situação é que tanto no caso daquele que ensina, quando no caso da pessoa que relata, temos um controle restrito de estímulos – o mundo no caso do observador, e o corpo para quem se comporta. A proposta, então, é ampliar a possibilidade de controle na explicação do comportamento. Com isso, o discurso em primeira pessoa é legitimado, embora não se torne, por isso,

mais verdadeiro que o de terceira pessoa. (A verdade não é encontrada nem no mundo do observador, nem no corpo de quem se comporta, mas é construída no diálogo entre eles. Dessa forma, o relato em primeira pessoa pode ser capaz de falsificar a relação entre eventos do mundo do observador e do ambiente de quem se comporta proposta por um discurso em terceira pessoa.)

A importância da introspecção no behaviorismo radical pode ser encontrada na relação entre os eventos ambientais constitutivos do corpo da pessoa, com eventos comportamentais dessa pessoa, ou seja, na descrição das condições corporais envolvidas com o comportar-se. Por outro lado, o reconhecimento da importância da introspecção na descrição do comportamento não deve servir para deslegitimar o discurso em terceira pessoa. Uma explicação completa do comportamento passa pelos dois discursos, sem que haja prioridade por parte de qualquer um deles – o diálogo cria um terceiro discurso mais completo que os anteriores.

Tudo o que foi dito até aqui pode fazer com que se conclua que não há discrepância alguma entre os discursos em primeira e terceira pessoa, quando a explicação do comportamento não é externalista ou mentalista. Não é esse o intuito. Há discrepâncias nos discursos quando empreendemos uma explicação behaviorista radical, mas elas são comunicáveis, ou seja, em nenhum momento um dos discursos impede o outro. Por esse motivo a explicação proposta por um discurso pode ser complementada ou corrigida pelo outro. Não há de início um discurso mais verdadeiro que o outro.

Uma última colocação pode ser feita a respeito dos diferentes discursos. Mesmo quando a relação entre discursos se dá entre um cientista do comportamento e um leigo, ainda assim o esquema proposto deve ser válido. A postura do analista do comportamento não deve ser a de detentor da verdade, mesmo quando comparado ao leigo. Quando o analista do comportamento tenta negar o discurso do leigo, justificando

que nesse discurso encontramos a presença de *termos mentais*, ele pode estar confundindo a topografia das respostas verbais com sua função. Um leigo pode ser capaz de explicar seu comportamento através de certas contingências, sem empregar termos técnicos e, nesse caso, o analista do comportamento talvez tenha mais a aprender do que ensinar a essa pessoa.

Conclusão

Com este capítulo estabelecemos um conceito de explicação compatível com o behaviorismo radical. A explicação do comportamento se dá a partir de três níveis explicativos. O primeiro deles é a explicação funcional e consiste na atribuição da função a uma topografia isolada do fluxo comportamental; o segundo, a explicação disposicional, é o levantamento de estados comportamentais que explicam regularidades funcionais, bem como respostas singulares (atuais, passadas e futuras); e o terceiro é a explicação dinâmica, que consiste na descrição dos processos comportamentais que operam sobre os estados comportamentais, possibilitando a explicação desses estados, de regularidades funcionais e de casos singulares, ou seja, do fluxo comportamental.

Todos esses tipos de explicação começam com interpretações, conduzidas por uma teoria científica, e por hipóteses iniciais formuladas por quem vai explicar o comportamento. Mesmo no caso do senso comum, quando tenta explicar o comportamento de alguém tem como uma interpretação como ponto de partida, e uma comunidade verbal que “regula” essa interpretação.

Assim, ao contrário do que sugere Skinner (1953, 1957) não podemos desvincular descrição de explicação, e muito menos, explicação de interpretação. Todos os níveis explicativos têm em comum o fato de serem descritivos e interpretativos. Além disso, outra importante característica do modelo de explicação do comportamento,

proposto por este trabalho, é que ele não é *causal*. Assim, em nenhum momento nos comprometemos com a *problemática da causalidade* (Hume, 1739/2000, 1748/1980)¹⁴. Na explicação do comportamento estamos interessados em compreender a inter-relação entre eventos comportamentais (respostas), eventos ambientais (estímulos e conseqüências), estados comportamentais (probabilidade de responder) e processos comportamentais (contingências), o que pode nos levar a prever e a controlar a dinâmica do fluxo comportamental.

Além disso, a discussão levantada por este capítulo nos conduz à possibilidade de abandonarmos a teoria de eventos privados. Isso se justifica pelo fato de encontrarmos na raiz dessa teoria a *problemática da acessibilidade*, que chega ao behaviorismo radical através do dualismo, fisicalismo, empirismo e positivismo lógico. Como o behaviorismo radical situa-se fora de todas essas tradições, a *problemática da acessibilidade* não se coloca a essa filosofia.

Uma vantagem no abandono da teoria de eventos privados são os numerosos problemas e dicotomias que perpassam a questão sobre a acessibilidade. Renunciando a essa *problemática*, operamos uma limpeza conceitual no behaviorismo radical – abandonando as dicotomias e percebendo que as questões envolvidas não passam de pseudoproblemas.

Outra importante conclusão diz respeito ao contexto do surgimento da privacidade e, conseqüentemente da fundamentação do emprego da teoria de eventos privados. Levantamos aqui a hipótese de que o emprego acrítico da teoria de eventos privados se dá por influência do mentalismo ou do externalismo. Nos dois casos ocorre a instituição da privacidade como algo inacessível a outras pessoas. A diferença é que

¹⁴ Chamamos de *problemática da causalidade* um conjunto de questões que devem ser enfrentadas quando se adota um modelo causal de explicação. Dentre essas questões destacam-se a *definição de causa*, a *justificativa da atribuição de relações causais*, e a *viabilidade do conhecimento empirico de relações causais*.

enquanto no mentalismo a privacidade é produto de uma explicação espúria do comportamento (que envolve um eu iniciador, uma mente substancializada, etc.), no caso do externalismo, a privacidade se fundamenta na dificuldade de compreender a participação do organismo como um todo no ato de sentir, bem como o conceito de corpo. Assim, ironicamente, a concepção externalista cria uma “vida interior”, ou privacidade, que depois tenta “externalizar”. (A teoria de eventos privados pode ser considerada como uma dessas tentativas.)

A discussão sobre a articulação entre discursos de primeira e terceira pessoa também consta dentre os assuntos deste capítulo. Com o abandono da teoria de eventos privados, passamos a aceitar o discurso em primeira pessoa, mostrando que se, por um lado, a descrição dos estímulos sentidos deve participar da explicação do comportamento, por outro, ela não esgota o assunto. A explicação do comportamento se dá através da descrição da relação entre eventos comportamentais, eventos ambientais, estados comportamentais e processos comportamentais. Quem observa outra pessoa comportando-se o faz através de seu mundo (certos eventos ambientais), mas deve considerar também o corpo de quem se comporta (outros eventos ambientais).

Quando falamos de corpo e de mundo temos que considerar que esses “pertencem” ou são próprios de um sujeito, e nesse caso a sugestão é que empreguemos o termo *subjetivo* para designá-lo. No entanto, ao estabelecer que existem coisas que são próprias de um sujeito, automaticamente, nos perguntamos por esse sujeito. Não podemos empreender um estudo da subjetividade sem estudar o sujeito. Esse é o problema que agora se coloca: como seria uma teoria do sujeito nos moldes do behaviorismo radical? Respondida essa questão, podemos, então, estabelecer a distinção mais nítida entre a teoria de eventos privados e uma teoria da subjetividade, abandonando, a primeira em detrimento da segunda.

V

SELF

Vimos no capítulo anterior que a discussão sobre acessibilidade a eventos, que fundamenta a teoria de eventos privados, tem uma origem incompatível com o behaviorismo radical. Por esse motivo, sugerimos que a teoria de eventos privados pode ser abandonada sem prejuízos para essa filosofia da ciência do comportamento. Por outro lado, quando falamos de *mundo* e de *corpo*, nos comprometemos, mesmo que implicitamente, com a existência de um sujeito. Isso porque empregamos pronomes possessivos para designar esses objetos (*seu* mundo, *meu* corpo, e assim por diante). É nesse momento que adentramos ao campo da subjetividade, propriamente dita. Admitimos a existência de “coisas” próprias de um sujeito, sem que com isso nos comprometamos com a problemática da acessibilidade.

Diante disso, torna-se evidente que o estudo da subjetividade exige a instituição de uma teoria do self. Em outras palavras, se afirmamos que há mundo e corpo que são de um sujeito, temos de explicar o que é, ou como é, esse sujeito.

Uma teoria do self tem que cumprir pelo menos duas tarefas: definir ontologicamente o sujeito, e estabelecer o modo como esse sujeito pode ser conhecido por ele mesmo (autoconhecimento), e por outras pessoas (compreensão social). Nesse capítulo, buscaremos um encaminhamento para a primeira tarefa de uma teoria do self do behaviorismo radical, ou seja, tentaremos encontrar um fundamento ontológico para o sujeito do comportamento.

Desde já é importante que fique claro que com uma teoria do self não temos a pretensão de buscar um fundamento para todo o conhecimento, tal como fizeram Descartes (1641/1979) e Kant (1781/1997). Ou seja, não queremos aqui construir uma metafísica, no sentido de uma filosofia primeira. Nosso objetivo é bem mais modesto.

Trata-se, apenas, de tentar estabelecer um estudo da subjetividade no behaviorismo radical, o que passa pelo conceito de sujeito. Portanto, nossa pretensão é analisar o que o behaviorismo radical, enquanto filosofia da ciência do comportamento, pode dizer sobre o self.

A importância do estudo do self na psicologia há muito foi assinalada. Mach (1885/1959) distinguiu a psicologia, da física, dizendo que a primeira incluía o eu (ego) como parte do sistema estudado. James (1890/1955) dizia que o pior que uma psicologia pode fazer é negligenciar o valor do self¹. A psicologia da *Gestalt* defendeu explicitamente a realidade do eu (ego), criticando Titchener por não ter feito o mesmo (Koffka, 1935). Assim, enquanto filosofia da ciência do comportamento, parece que o behaviorismo radical não pode se abster da problemática do self.

Um esclarecimento preliminar

Antes de começarmos a esboçar nossa proposta de uma teoria do self compatível com o behaviorismo radical, é preciso fazer alguns esclarecimentos terminológicos. Se analisarmos com cuidado os textos filosóficos, e psicológicos, que envolvem a discussão do self descobriremos que, muitas vezes, é difícil confrontar diferentes pontos de vista. Isso se deve em grande medida a uma polissemia (assumida ou não) da maioria dos conceitos que perpassam a problemática do self.

Dessa forma, parece que um bom começo é justamente definir os conceitos (no sentido de limitar seu uso) que iremos empregar durante a nossa análise. A primeira observação que deve ser feita diz respeito à expressão *problemática do self*. Empregamos, aqui, tal expressão como sinônimo do conjunto de questionamentos e discussões que uma teoria, filosófica ou psicológica, se depara ao tratar desse assunto. O

¹ “O pior que uma psicologia pode fazer é interpretar a natureza desses selves roubando-lhes o seu valor” (James, 1890/1955, p. 147).

que é o sujeito? Existe um sujeito ou muitos sujeitos? No caso de uma pluralidade de sujeitos, como eles se relacionam (se é que eles têm relação)? Como se explica a identidade pessoal? O sujeito pode se conhecer? Nesse caso, quem conhece, e quem é conhecido? Essas são algumas das questões que definem a problemática do self e que, portanto, teremos que dar conta daqui para frente.

Continuando com a tentativa de um esclarecimento terminológico, podemos encontrar pelo menos três conceitos que, geralmente, são tratados como sinônimos: *sujeito*, *ego* e *self*. Tentaremos limitar o uso desses conceitos criando uma definição específica para cada um deles. Se por um lado esse procedimento tem a desvantagem de ferir o uso oferecido por alguns autores, por outro tem a vantagem de sabermos o que estamos querendo dizer com cada um deles. Assim, teremos uma maior facilidade de dialogar com outras teorias do self, sendo inclusive mais fácil dizer em que medida elas aproximam-se, ou afastam-se, de nossa proposta.

Sujeito

O conceito de sujeito faz parte da discussão sobre a “relação sujeito-objeto”. Dentro da história da filosofia podemos agrupar, esquematicamente, pelo menos três encaminhamentos dessa relação. O primeiro é o *realismo*, que defende a prioridade dos objetos sobre o sujeito que “lida” com eles; em outras palavras, os objetos existem independentemente do sujeito que os percebe. O segundo tratamento da relação sujeito-objeto é o *idealismo*, que, ao contrário do realismo, defende uma prioridade do sujeito sobre os objetos, de modo que o sujeito, em um certo sentido, “cria” os objetos. Por fim, a terceira possibilidade é a concepção que chamamos aqui de relacional e consiste em não priorizar nem sujeito, nem objeto, mas a relação entre eles.

Tendo em vista o que foi discutido nos capítulos anteriores, o posicionamento relacional é mais coerente com nossa proposta. Mas se tratando da relação sujeito-objeto temos que fazer uma observação. Nesse caso específico, dois encaminhamentos são possíveis dentro de uma concepção relacional. O primeiro é o *relacionismo conciliador*, que consiste na aceitação simultânea do realismo e idealismo (o mundo em si existe, mas só podemos conhecer aquilo que foi “construído” por nós). O segundo tipo pode ser designado como *relacionismo primordial* ou radical, que caminhando no sentido de desconstruir os discursos sobre realismo e idealismo, coloca a categoria da relação como primordial. Assumiremos, aqui, essa segunda posição, o *relacionismo radical*, defendendo, portanto, uma *simultaneidade* na relação entre sujeito e objeto – não há sujeito sem objeto, nem objeto sem sujeito; partimos de uma relação entre eles, o que nos distancia tanto do realismo, quanto do idealismo.

Ego

Ego pode ser entendido como o sujeito deslocado da relação com o objeto. Por conta disso, o termo é empregado, geralmente, por filosofias que defendem a primazia do sujeito, ou pelas chamadas “psicologias do ego”. O que equivale dizer, seguindo os encaminhamentos da relação sujeito-objeto apresentados anteriormente, que o ego pertence a um discurso idealista².

Uma vez que, estamos dispostos a defender o relacionismo primordial o termo *ego* não pode participar de nossa teoria do self. Como veremos adiante, essa incompatibilidade fundamenta um dos principais motivos de por que não podemos aceitar nem substancialismo, nem transcendentalismo.

² Vale ressaltar, novamente, a possibilidade do relacionismo conciliador. Um bom exemplo pode ser encontrado em Koffka (1935), que parece aceitar ao mesmo tempo realismo e idealismo. Admitimos, assim, que o ego não é empregado apenas pelo “idealismo puro”, mas também pelo relacionismo conciliador.

Self

Por fim, encontramos o termo que denota o *télos* de toda nossa discussão. O *Cambridge International Dictionary of English* (1999) fornece como um dos sentidos da palavra *self* (quando empregada sozinha, e como substantivo) “o conjunto de características de alguém, tais como personalidade e habilidades, que não são físicas, e tornam aquela pessoa diferente de outra” (p. 1286). Já quando *self* é empregado em formas compostas (como substantivo ou adjetivo), tem um sentido marcadamente reflexivo, sendo considerado como derivado do pronome reflexivo *yourself*.

Esses dois sentidos para o termo *self* nos conduzem a duas etapas que teremos de enfrentar durante nosso estudo do self. A primeira diz respeito à identidade pessoal, ou seja, o que faz com que o sujeito seja considerado singular. A segunda diz respeito ao autoconhecimento, ou seja, como o sujeito é capaz de reconhecer essa singularidade.

Um dos modos de diferenciar os dois sentidos de self é através da participação do comportamento verbal. Tentaremos mostrar no decorrer desse capítulo, que a identidade pessoal não depende exclusivamente do comportamento verbal, o que equivale a dizer que já no nível pré-verbal há algum grau de identidade pessoal. Por outro lado, o autoconhecimento fundamenta-se em contingências verbais e, portanto, só é possível no nível verbal.

Comportamento e self

Visto que a maioria dos conceitos que perpassam a discussão filosófica do self são interpretados pelo behaviorismo radical em termos de comportamento (Skinner, 1953, 1969, 1974), nada mais coerente do que começarmos nossa discussão do self, perguntando pela relação entre comportamento e sujeito. Nesse ponto, pelo menos dois encaminhamentos são possíveis. O primeiro consiste em defender que o comportamento

é subordinado ao sujeito. Nesse caso, o sujeito é primordial ou anterior ao comportamento, ou seja, é impossível falar de comportamento sem assumir *a priori* um sujeito. Uma segunda possibilidade é inverter essa hierarquia, defendendo que o sujeito é derivado do comportamento, ou que o sujeito pode ser descrito em termos comportamentais.

Parece evidente que nossa discussão nos encaminha para esse segundo posicionamento. Quando nos comprometemos com a metafísica relacional, admitimos que o comportamento deve ser considerado como primordial, o que é contraditório com a defesa da prioridade do sujeito.

No entanto, quando aceitamos que o comportamento é anterior ao sujeito, somos obrigados a explicitar duas coisas. Primeiro, o processo que faz com que o sujeito “apareça” e se mantenha. Explicitado esse processo estaremos aptos a rejeitar a identificação do sujeito do comportamento como *condição de possibilidade* para o comportamento.

Isso nos conduz à segunda explicitação. Se o comportamento é anterior ao sujeito, temos que no limite admitir a possibilidade de que na ausência dos processos que “criam” o sujeito, ele simplesmente não existe. Sendo assim, temos que dar conta dessa possibilidade citando exemplos de quando o comportamento ocorre na ausência de sujeito.

No entanto, uma observação deve ser feita de antemão. O fato de assumirmos que o sujeito é subordinado ao comportamento, não deve ser interpretado como pretexto para o abandono da teoria do self. Na posição aqui adotada, a problemática do self persiste, o sujeito continua a existir, embora não seja primordial – uma teoria do self é viável, embora subordinada a uma teoria do comportamento.

O campo comportamental

No último capítulo chegamos à conclusão de que a explicação no behaviorismo radical identifica-se com a descrição do “funcionamento” do *campo comportamental*; em outras palavras, explicar o comportamento é descrever a relação entre eventos ambientais, eventos comportamentais, estados comportamentais e processos comportamentais. Considerando essa conclusão, e somando-a ao fato de que o comportamento deve ser considerado primordial em relação ao sujeito, parece razoável supor que uma explicação da subjetividade no behaviorismo radical deve ser construída a partir do campo comportamental.

No entanto, há um aspecto do campo comportamental, que embora já tenha sido mencionado, deve ser analisado com mais cuidado. O campo comportamental *está* no tempo, é dinâmico e, por isso, identifica-se com um *fluxo comportamental*. A fluidez com que o campo comportamental se apresenta torna evidente uma de suas principais características: estar em constante mudança³.

Esse caráter dinâmico do campo comportamental foi também assinalado por Skinner (1953), quando definiu comportamento como “mutável, fluido e evanescente” (p. 15). É importante ressaltar que, no que diz respeito à explicação do comportamento, o fluxo comportamental (mutável e evanescente) é ao mesmo tempo nosso ponto de partida e de chegada: partimos do fluxo “natural” e através da descrição de eventos, estados e processos envolvidos, chegamos a um fluxo explicado (ou descrito). Parece, portanto, evidente que não se trata de um itinerário propriamente circular, pois embora os pontos de partida e chegada coincidam (o fluxo comportamental), eles não são os

³ Um leitor mais atento pode perceber que a partir desse ponto começaremos a estabelecer certas relações entre o fluxo comportamental e o fluxo do pensamento de James (1890/1955). Embora a inspiração jamesiana seja inegável, não temos a intenção, aqui, de estabelecer qualquer tipo de *comparação sistemática* entre o texto jamesiano e o behaviorismo radical.

mesmos (o fluxo ao qual chegamos é mais “rico” do que partimos, no sentido de que ele agora está organizado como um campo comportamental)⁴.

A natureza do self

Mas como podemos identificar o self dentro desse campo comportamental? Começemos com o sujeito. O sujeito pode ser identificado com um estado comportamental duradouro. Isso quer dizer que embora o *estado-sujeito* esteja inserido no fluxo (que tem como característica estar em constante mudança), ele se mantém no tempo. Essa estabilidade relativa do sujeito delimita outra importante característica do fluxo comportamental: sua continuidade.

Portanto, se por um lado, o fluxo comportamental é dinâmico, e por isso está em constante mudança, por outro lado, a presença do estado-sujeito, revela que dentro desse fluxo de mudanças há uma *continuidade*. Dessa forma, se quisermos entender o “funcionamento” do campo comportamental no tempo, temos que ser capazes de conciliar duas características aparentemente antagônicas: a mudança, com a continuidade. Em outras palavras, temos que explicar por que a mudança do fluxo comportamental não faz com que o sujeito perca sua *identidade*.

Mas como se dá essa articulação entre mudança e identidade? Dentro da história da filosofia podemos encontrar pelo menos três teorias que tentam resolver esse problema (James, 1890/1955): o substancialismo, o transcendentalismo e o associacionismo. Analisemos brevemente a proposta de cada um desses posicionamentos.

⁴ Parece, portanto, que uma melhor classificação é considerar nosso itinerário na explicação do comportamento como uma espiral.

O tratamento da identidade pessoal na filosofia

O ego cogito cartesiano

Embora a discussão sobre o self, remonte à filosofia antiga, foi Descartes (1641/1979) quem sistematizou e apontou a importância do assunto para a filosofia, bem como para as ciências (Husserl, 1950/2001).

Em suas *Meditações Metafísicas*, Descartes (1641/1979) empreende uma busca por fundamentos confiáveis do conhecimento. Isso se mostra necessário à medida que percebe que muitas das convicções que temos no dia-a-dia, e que acabam por fundamentar as ciências, são enganadoras ou ilusórias. Assim, para alcançar os alicerces que sustentariam de modo confiável todas as ciências, Descartes adota o método da “dúvida hiperbólica”: passa a duvidar da existência de tudo que seja passível de dúvida. Como resultado, ficam em suspenso, os dados dos sentidos, o mundo físico, o “meu” corpo, e até mesmo as, até então consideradas, *verdades matemáticas*. Evidentemente, a partir desse quadro, nenhuma ciência se sustenta.

É nesse ponto, onde parece que nenhuma certeza é possível, que Descartes (1641/1979) encontra o ponto arquimediano do qual pode partir para fundamentar todo o conhecimento confiável (Husserl, 1950/2001). Se posso duvidar de praticamente tudo, automaticamente constato que há pelo menos uma coisa inquestionável: que *eu* duvido. Assim, a primeira certeza cartesiana será que se *sou eu* quem duvida, eu existo. Aqui, institui-se a famosa frase *cogito, ergo sum*, que se torna ponto de partida para praticamente todo o tratamento subsequente do self⁵.

A partir da certeza da existência do eu (*ego cogito*), Descartes (1641/1979) empreende uma busca pela natureza desse eu (*ego*). Se eu duvido, então sou uma coisa que duvida, e na medida em que duvidar é um modo de pensar, eu sou uma coisa que

⁵ A frase *cogito, ergo sum* pertence ao *Discurso do Método*, enquanto que nas *Meditações* a frase encontrada é *cogito, sum*. Desprezaremos, aqui, possíveis diferenças, admitindo que as duas frases são intercambiáveis.

pensa⁶. Mas o que é essa *coisa* pensante? Descartes (1641/1979) chega à conclusão de que esse eu (ego) é a alma, considerada como a *essência* do ser humano.

Para compreender o que é essa essência podemos retomar o argumento cartesiano do pedaço de cera (Descartes, 1641/1979). Tomemos um pedaço de cera de uma colméia. Ela guardará consigo o gosto do mel, bem como cheiro e forma característicos. Mas, se aproximarmos esse pedaço de cera de uma fonte calor, ele perderá todas essas propriedades (o gosto do mel dará lugar a um gosto amargo, seu cheiro tornar-se-á outro, ele derreterá, perdendo sua forma original, etc.). No entanto, mesmo com todas as mudanças físicas a cera não deixa de existir. Fazendo uma analogia, se a essência da cera não depende das suas propriedades físicas, o mesmo deve acontecer com o homem. A essência do homem não se identifica com os atributos de seu corpo, que mudam com o tempo. A essência do homem é algo que permanece imutável diante das várias mudanças que o corpo pode sofrer. O eu (ego) é, portanto, essa essência; é a alma substancial: incorruptível, imutável, única.

Nesse ponto fica nítido como é o encaminhamento da problemática da identidade pessoal no substancialismo cartesiano: explica-se a continuidade do ego identificando-o com uma substância, que por definição é imutável, incorruptível, e independente das mudanças do corpo. A alma transcendente é, portanto, a continuidade que se mantém independente das mudanças do corpo empírico.

O ego puro kantiano

A teoria transcendental do self pode ser considerada como uma espécie de “aperfeiçoamento” do cogito cartesiano (Husserl, 1950/2001) . A principal diferença

⁶ Segundo Descartes (1641/1979), duvidar, conceber, afirmar, negar, imaginar, querer, sentir são modalidades do pensar e, portanto, diferentes atributos da substância pensante.

entre as duas posições está na discussão sobre o que é essa *coisa* pensante, ou seja, sobre a natureza do eu (ego).

Segundo o transcendentalismo, o eu (ego) não deve ser considerado como a essência do homem, mas como uma condição *a priori* para o conhecimento (Kant, 1781/1997). O eu transcendental continua sendo único, imutável, mas ao contrário do cogito cartesiano, não é substancial – não pode mais ser considerado como *coisa* pensante (*substantia cogitans*). Por isso, o eu transcendental é *ego puro*, que passa a ser admitido na medida em que para haver conhecimento, deve haver *alguém* que conhece: é fundamento *a priori* do conhecimento, impossível, por esse motivo, de ser conhecido.

Assim, estabelece-se uma das grandes diferenças entre o cartesianismo e o transcendentalismo, no que diz respeito à problemática da identidade pessoal. No primeiro caso a estabilidade e continuidade do eu no tempo se deve ao fato de que esse eu é a essência do homem (Descartes, 1641/1979). Já, no transcendentalismo, a continuidade do sujeito é explicada através de sua identificação com um ego puro (Kant, 1781/1997). Segundo Descartes (1641/1979) a essência do homem, a alma, não só é mais fácil de conhecer do que o corpo, como é o conhecimento mais confiável que podemos ter em relação a nós mesmos. Em contrapartida, para Kant, (1781/1997), o ego transcendental é condição para o conhecimento, e como tal, é impossível de ser conhecido. (O eu transcendental é *sempre* conhecedor, e por isso mesmo *nunca* pode ser conhecido.)

O não-sujeito humeano

David Hume (1711-1776), um dos mais importantes representantes do empirismo inglês, apresenta um terceiro encaminhamento da problemática da identidade pessoal. O empirismo inglês, entre outras coisas, caracteriza-se pela crítica dirigida ao

racionalismo cartesiano no que concerne à origem do conhecimento válido, ou seja, do conhecimento confiável. Enquanto, Descartes (1641/1979) defende que a razão é a principal fonte para o conhecimento confiável, pois apenas o conhecimento proveniente de tal fonte é inquestionavelmente verdadeiro (por isso o nome *racionalismo*), Hume (1748/1998) considera que o conhecimento confiável é aquele que se apóia na experiência (por isso o nome *empirismo*).

O posicionamento cartesiano fica evidente durante as *Meditações*, quando o método da dúvida alcança facilmente a experiência sensível, e a razão é apontada como a verdadeira fonte do conhecimento confiável: “só concebemos os corpos pela faculdade de entender em nós existentes e não pela imaginação nem pelos *sentidos*, e (...) não os conhecemos pelo fato de os ver ou de tocá-los, mas somente por os conceber pelo *pensamento*” (Descartes, 1641/1979, p. 106, grifos meus).

Já no caso de Hume (1748/1998), as sensações, ou percepções, são consideradas como o ponto de partida do conhecimento das questões de fato, o que inclui todas as ciências empíricas. Segundo esse autor, a razão não é capaz de decidir sobre o valor de verdade de proposições no campo das questões de fato, pois “o contrário de toda questão de fato é ainda possível, porque jamais pode implicar uma contradição, e é concedido pela mente com a mesma facilidade e nitidez” (p. 32). Com isso, os raciocínios sobre as questões de fato dependem da experiência: é só através da experiência que podemos escolher entre duas alternativas antagônicas que se apresentam à razão como totalmente possíveis.

Mas se Descartes (1641/1979) responde à problemática da identidade pessoal através de suas *Meditações*, chegando à essência do homem (alma), como será possível para Hume (1739/2000) explicar a continuidade do sujeito sem transcender a experiência? A resposta de Hume é que tal continuidade é apenas aparente. O

mecanismo responsável por essa ilusão é o hábito, que faz com que partamos de um fluxo de sensações discretas, e terminemos acreditando que há algo imutável chamado eu:

“Afiml, elas [nossas percepções] são todas diferentes, distinguíveis e separadas entre si, podem ser consideradas separadamente, sem necessitar de algo que sustente sua existência. De que maneira, portanto, pertenceriam ao eu, e como estariam conectadas com ele? De minha parte, quando penetro mais intimamente naquilo que denomino *meu eu* sempre deparo com uma ou outra percepção particular, de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Nunca apreendo a *mim mesmo*, em momento algum, sem uma percepção, e nunca consigo observar nada que não seja uma percepção” (Hume, 1739/2000 p. 284).

Segundo Hume (1739/2000), se admitirmos o caráter fluido das sensações, que se reflete em uma constante mudança, teremos também de aceitar que não há nada além de um fluxo de mudanças discretas e episódicas. Portanto, para Hume, a defesa de uma identidade que perpassa esse fluxo é inviável do ponto de vista *empírico*. Em outras palavras, só poderíamos fazer tal defesa *transcendendo* a própria experiência, fazendo metafísica, o que segundo Hume (1748/1998), nos colocaria em uma situação de indiferença em relação à escolha de uma proposição (na metafísica transcendente não há critério para aceitar uma proposição e negar outra, pois essa “disciplina” não leva em consideração a experiência).

Empirismo, transcendentalismo, substancialismo e behaviorismo radical

Antes de tentar propor um encaminhamento da questão da identidade pessoal no behaviorismo radical temos que fazer alguns comentários em relação às três teorias tradicionais do self. A primeira observação diz respeito ao tipo de sujeito analisado em

cada uma das teorias. Tanto no substancialismo, quanto no transcendentalismo não estamos lidando com o *sujeito psicológico* (tudo aquilo que conhecemos sobre nós mesmos como, nome, idade, história de vida, família, amigos, emoções, necessidades, etc., que, em nossa terminologia, identifica-se com o sentido reflexivo de self).

No substancialismo, o sujeito psicológico é barrado pelo método da dúvida, pois é possível que tudo que sabemos sobre nós seja falso, seja um sonho, ou produto da atividade de um gênio maligno que nos impõe falsas memórias (Descartes, 1641/1979). No caso do transcendentalismo, o sujeito psicológico não pode fundamentar o conhecimento porque já é produto do conhecimento (é o que conhecemos). Já no associacionismo, se por um lado estamos impedidos de transcender a experiência, sob a pena de não poder decidir entre verdadeiro e falso, por outro lado, a inspeção do fluxo de percepções não revela nenhum eu, ou seja, não existe sujeito psicológico, propriamente dito.

Assim, o posicionamento que adotaremos – considerado compatível com os pressupostos do behaviorismo radical – será o de defender a realidade do sujeito psicológico, e de dentro de seus limites construir uma teoria do self imanente ao comportamento.

Portanto, se estamos interessados em construir uma teoria comportamental imanentista, não estamos dispostos a *transcender* o comportamento para explicar o self, o que impede a afiliação do behaviorismo radical ao substancialismo. Por outro lado, não podemos também aceitar o empirismo, tal como defendia Hume (1739/2000, 1748/1998). Isso porque o campo comportamental – que estamos interessados em descrever o funcionamento –, não é totalmente empírico: os estados comportamentais, por exemplo, são *construídos* a partir de eventos comportamentais e, mesmo as contingências, ou processos comportamentais, não se adéquam inteiramente a uma

definição empírica⁷. Os estados, os processos, e até mesmo os eventos, devem ser considerados como “ferramentas conceituais” que estão a serviço dos objetivos da ciência do comportamento⁸ e, nesse sentido, embora estados e processos não possam ser considerados empíricos, isso não quer dizer que pertençam a uma realidade transcendente – que está por *detrás* do que é observado.

Sendo assim, o posicionamento do behaviorismo radical frente ao debate empirismo *versus* substancialismo é não aceitar nenhum dos dois. Não se aceita a posição transcendente porque estamos dispostos a construir uma explicação imanente do comportamento; e não se aceita o empirismo porque o campo comportamental (o qual não transcendemos durante a explicação do comportamento) não é inteiramente empírico-observável.

Por fim, em relação ao transcendentalismo, a subordinação do sujeito ao comportamento parece impedir a defesa de um eu transcendental, ou seja, de um ego puro que seja *condição de possibilidade* para o comportamento e que tenha de ser aceito de antemão. Assim, no behaviorismo radical, o ego puro parece não participar da discussão sobre o self. Mesmo o organismo, que alguém poderia insistir em interpretar como condição de possibilidade para o comportamento, só é definido a partir da relação comportamental. (Não há organismo sem ambiente, nem ambiente sem organismo, e essa relação identifica-se com o próprio comportamento.)⁹

⁷ Mesmo os eventos comportamentais são produtos de uma interpretação. Para compreender essa afirmação, basta lembrar que o primeiro passo na explicação do comportamento é o *isolamento dos eventos comportamentais*, que estabelece os “recortes” no fluxo comportamental. Ora, esses “recortes” só são possíveis a partir de uma teoria, e, portanto, não parece correto atribuir um caráter empírico nem mesmo a eventos comportamentais.

⁸ É nesse sentido que a explicação do comportamento no behaviorismo radical parece se aproximar de um *instrumentalismo científico* (Nagel, 1961).

⁹ Pelo que foi discutido até aqui, não está claro se podemos rejeitar a participação do sujeito transcendental no conhecimento. Podemos, portanto, perguntar: quem percebe e sente o corpo é o sujeito transcendental ou psicológico? A discussão desse assunto será tratada no próximo capítulo, quando falarmos do autoconhecimento.

A continuidade do fluxo comportamental

Mas se não podemos aceitar nenhuma das três teorias tradicionais do self, como pode ser o encaminhamento para a questão da identidade pessoal no behaviorismo radical? A primeira diferença no tratamento do behaviorismo radical é o conceito de estado. Comparemos esse tratamento que conta com a participação do conceito de estado, com o do empirismo de Hume (1739/2000).

Nos dois casos partimos de um fluxo (de sensações, ou percepções, no caso de Hume (1739/2000), e comportamental, no caso do behaviorismo radical). No entanto, o “funcionamento” desses dois fluxos é bem diferente. No caso humeano, as sensações, que compõem o fluxo, são eventos e como tais, são discretos. Dessa forma, o fluxo de sensações (ou de percepções) é, em sua gênese, composto por “átomos” isolados e independentes entre si; é só com a experiência (e, principalmente, através do mecanismo do hábito), que esses elementos associam-se. Portanto, no caso de Hume, há uma diferença entre o fluxo tal como ele *é* (discreto), e tal como ele *parece ser* (contínuo): ele é uma sucessão de sensações independentes, mas dada a operação do hábito, parece ser uma continuidade.

Já no behaviorismo radical, o fluxo comportamental é desde o início composto de eventos, estados e processos e essa não é uma diferença meramente quantitativa. A temporalidade envolvida em cada uma dessas formas torna o fluxo comportamental “fluido e evanescente”. Embora, os eventos comportamentais participem do fluxo, eles não o esgotam. Os eventos pertencem a estados e, dessa forma, não os vemos como independentes entre si, mas sim funcionalmente interdependentes (não partimos de

eventos separados, que então se relacionam, partimos de eventos inter-relacionados). Dessa forma, a mudança no fluxo não é vista como discreta, mas contínua¹⁰.

Além disso, geralmente encontramos uma série de estados operando ao mesmo tempo, e desde que não se trate de estados antagônicos, um evento comportamental particular pode participar de mais de um estado. O mesmo pode ser dito dos processos. O fluxo comportamental é “regulado” por uma série de processos que operam ao mesmo tempo. Se dois processos são antagônicos, apenas um deles pode operar de cada vez, mas se não houver esse tipo de conflito, dois ou mais processos podem operar ao mesmo tempo, mantendo diferentes estados. Essa complexidade na determinação do fluxo faz com que não haja rupturas bruscas (“saltos”) e que o fluxo seja *de fato* contínuo. Assim, no caso do fluxo comportamental não há diferença entre o que ele *é*, e o que *parece ser*: o fluxo é contínuo e estável ao mesmo tempo, e em momento algum ele parece ser de outra maneira¹¹.

Mas ainda não respondemos o que é o estado-sujeito que está no fluxo comportamental contínuo. Em outras palavras como podemos identificar esse estado “especial” no behaviorismo radical? Para responder temos que recorrer a um importante conceito do behaviorismo radical, bem como da análise do comportamento: o repertório comportamental.

Repertório comportamental

O repertório comportamental pode ser considerado como um conceito disposicional (Lopes, 2003). Isso quer dizer que o repertório é um estado e, como tal,

¹⁰ Nesse ponto é possível perceber que a teoria comportamental de Watson (1924/1930) tem mais afinidades com o empirismo inglês, do que com o behaviorismo radical. Pois em Watson o fluxo comportamental identifica-se um fluxo de eventos (estímulos e respostas).

¹¹ Essa discrepância pode aparecer se não empreendermos uma explicação dinâmica do comportamento. Se pararmos em uma explicação funcional, ou mesmo disposicional, corremos o risco de ver “saltos” no fluxo comportamental.

não pode ser considerado como *causa* do comportamento, como um *evento* fisiológico ou psíquico e, tampouco, como um “depósito” de comportamentos (Skinner, 1953, 1974). Atribuir certo repertório a alguém é o mesmo que dizer que esse alguém *pode* emitir certa resposta, ou ainda que há uma certa *tendência* ou *probabilidade* de que ele o faça. Assim, o conceito de repertório não diz que a “pessoa está fazendo algo, mas sim que ela tem a capacidade de fazer” (Lopes, 2003, p. 85).

Uma confusão em relação à explicação do comportamento pode surgir porque o conceito de repertório comportamental permite apenas uma explicação disposicional do comportamento, mas nunca uma explicação dinâmica. Isso quer dizer que o repertório pode explicar ocorrências comportamentais, desde que ele seja explicado pelas contingências envolvidas na sua instalação e manutenção (o conceito de repertório na explicação do comportamento é meio, não fim).

O conceito de repertório comportamental identifica-se, em certa medida, com o estado-sujeito, que descrevemos anteriormente. O próprio Skinner (1974) nos conduz a essa conclusão: “um self ou personalidade é na melhor das hipóteses um repertório de comportamento dado por um conjunto organizado de contingências” (p. 149).

Como essa citação deixa claro, ao identificarmos a participação de um estado (repertório) no conceito de self, temos que admitir que esse estado é instalado e mantido por um conjunto de contingências, e que, além disso, há também eventos comportamentais (respostas) que atualizam esse estado-sujeito. Tais eventos, que participam do self, não são respostas independentes entre si, mas sim um “*sistema de respostas funcionalmente unificadas*” (Skinner, 1953, p. 285).

Dessa forma, o self não se identifica apenas com o estado-sujeito. No self incluímos um conjunto de contingências, que criam e mantêm o estado-sujeito, e um sistema de respostas funcionalmente unificadas, atualizações desse estado. Definimos,

portanto, self como um “conjunto funcional” composto pelo estado-sujeito, contingências estáveis e um sistema de respostas, todos inter-relacionados.

Mas, diante dessa definição cabe perguntar se todas as respostas de uma pessoa podem ser consideradas como atualizações de um único estado-sujeito. Ou seja, será que todas as respostas emitidas são respostas *do* sujeito? Antes de responder a essa questão temos que introduzir um outro conceito em nossa discussão.

Pessoa

Há, ainda, um último conceito que participa do tratamento da problemática do self no behaviorismo radical. Trata-se do conceito de *pessoa*. Duas distinções devem ser feitas em relação a esse conceito. Em primeiro lugar, pessoa não se identifica com organismo. É Skinner (1974) quem fornece essa distinção: “Em uma análise comportamental uma pessoa é um organismo, membro da espécie humana, que adquiriu um repertório de comportamento. Continua sendo um organismo para o anatomista e fisiologista, mas é uma pessoa para aqueles que dão importância a seu comportamento” (p. 167). Em um outro momento, Skinner (1989) relaciona o nível de seleção pelas conseqüências para distinguir pessoa de organismo, e os dois de self: “a seleção natural nos dá o *organismo*, o condicionamento operante nos dá a *pessoa*, e (...) a evolução da cultura nos dá o *self*” (p. 28).

Em segundo lugar, temos que diferenciar *pessoa* de *self*. O próprio Skinner (1989) admite que o emprego indiscriminado desses termos pode criar confusão e propõe uma distinção: “uma pessoa, como repertório de comportamento, pode ser observada por outros; o self, como um conjunto de estados internos colaterais [*accompanying internal states*], é observado apenas através do feeling ou introspecção” (p. 28). Uma interpretação possível desse trecho é dizer que se trata da indicação da

importância da teoria de eventos privados para o estudo do self. Com isso, teríamos que novamente nos comprometer com a dicotomia público-privado e com a problemática da acessibilidade, voltando a identificar privacidade com subjetividade. Sendo assim, se essa interpretação for plausível, é evidente que não poderemos concordar com esse trecho.

Por outro lado, seguindo nossa interpretação, podemos notar que esse trecho ao invés de apontar a importância da teoria de eventos privados, serve para evidenciar sua fragilidade. A primeira falha é considerar o repertório comportamental como *público*, no sentido de observável. Se o repertório é um estado, não podemos classificá-lo como observável. O caráter observacional pertence à lógica das ocorrências e, portanto, empregá-lo na classificação de estados é cometer um erro categorial (Ryle, 1949/1980).

O segundo comentário que podemos tecer sobre a citação anterior diz respeito ao papel do ato de sentir no conceito de self. De acordo com Skinner, o self só pode ser acessado pela pessoa através da introspecção ou ato de sentir (*feeling*). No entanto, se considerarmos a participação do corpo na constituição do self, perceberemos que o self – pelo menos em sua gênese –, não é apenas sentido, mas é também percebido.

Dessa forma, a distinção entre pessoa e self não equivale à dicotomia observável-sentido. Tanto pessoa quanto self estão submetidos a contingências, e, sendo assim, o conhecimento acerca deles é produto de interpretações, que visam, em última instância, descrever as contingências às quais o organismo como um todo está submetido naquele momento.

A diferença está no fato de que self envolve a identidade pessoal, e pessoa identidade social. Em outras palavras, no self a própria pessoa se percebe como a mesma; já no caso da pessoa, e na ausência do self, ela é considerada por *outros* como a mesma (identidade social), sem que ela própria perceba essa identidade. O fato de ser

destacado é que a identidade pessoal depende em grande parte da identidade social. Voltaremos a essa relação no próximo capítulo.

Podemos agora voltar a nossa pergunta inicial. Será que todas as respostas emitidas podem ser consideradas como respostas *do* sujeito?

A resposta é não. As respostas de uma pessoa não são, necessariamente, atualizações de um mesmo estado-sujeito. Assim, podemos ter respostas de uma pessoa que atualizam um estado-sujeito (identidade pessoal) e respostas de uma pessoa, que atualizam um estado, que não é sujeito (identidade social). Isso quer dizer que não há total identificação entre repertório e estado-sujeito. Pode haver partes do repertório de uma pessoa que não participam da identidade pessoal.

Mas mesmo considerando os momentos em que o estado-sujeito se identifica com o repertório comportamental, ainda assim temos de admitir que o estado-sujeito não pode ser sempre o mesmo de momento a momento. Há sem dúvida mudanças no repertório durante a vida de uma pessoa, o que equivale dizer que, em diferentes momentos da vida da pessoa, há diferentes estados-sujeitos. Acontece que como a mudança entre esses estados é gradual e contínua, a identidade entre eles é mantida no tempo. Voltaremos a esse ponto quando falarmos do autoconhecimento.

Mas, desprezando por enquanto as mudanças de repertório, que acarretam em mudanças no estado-sujeito, o fato de se tratar de um estado, faz com que a manutenção do sujeito dependa de contingências ou processos comportamentais e, portanto, um estado-sujeito estável pede contingências estáveis. De modo que, se formos capazes de mudar as contingências que mantêm a estabilidade do sujeito, esse estado deixará de existir, ou pelo menos dará lugar a outro.

Assim, nossa primeira tarefa será descrever quais as contingências envolvidas na estabilidade desse estado-sujeito. Em seguida podemos, então, discutir a viabilidade de uma aniquilação do sujeito através do arranjo alternativo de contingências.

Processos envolvidos na formação do sujeito

Quando assumimos a subordinação da problemática do self ao comportamento, estamos defendendo que o sujeito só aparece a partir do comportamento. Uma vez que o comportamento define-se através do campo comportamental (da relação entre eventos, estados e processos) o sujeito tem também que se estabelecer “dentro” do campo. Mas como se dá esse processo?

Considerando a explicação dinâmica do comportamento, se o sujeito é um estado sua gênese deve ser buscada nas contingências. É Skinner (1971) quem descreve tal processo:

“Uma importante parte das contingências às quais uma criança é exposta, é que seu próprio corpo é a única parte do ambiente que permanece a mesma (*idem*) de momento a momento e dia após dia (...) Ela [a criança] aprende isso muito antes que a comunidade a ensine a nomear as coisas e a distinguir ‘mim’ de ‘isso’ ou de ‘você’” (pp. 198-199)¹².

Assim, o surgimento do estado-sujeito, parece que ocorre muito cedo, graças a contingências naturais, que se fundamentam principalmente no corpo, entendido como a parte mais estável do ambiente. É claro que essa estabilidade é relativa, e se fundamenta no fato do corpo ser um todo coeso, sendo percebido e sentido sempre no mesmo

¹² Nesse trecho, Skinner (1971) parece adotar um conceito de corpo bastante compatível com a proposta apresentada aqui. No entanto, em outros momentos, Skinner (1990) parece usar o termo *corpo* como sinônimo de organismo, distanciando-se, assim, do conceito defendido pelo presente trabalho.

“lugar”. Dessa forma, desde o início o comportamento se dá *com* o corpo – à medida que nos comportamos percebemos e sentimos o corpo agindo. (Essa vinculação entre corpo e comportar-se é a responsável pelo corpo ser considerado *meu* corpo¹³.)

Somado à estabilidade do corpo, uma outra classe de contingências naturais é responsável pela manutenção do estado-sujeito. Como já mencionamos, o corpo é *sentido e percebido* ao mesmo tempo, enquanto que outras partes do ambiente são apenas *percebidas* (James, 1890/1955; Köhler, 1929/1970). Essa diferença constitui uma contingência discriminativa, que também contribui para a distinção entre eu e não-eu (sujeito e objetos).

Além das contingências naturais, contingências arranjadas pela comunidade verbal também contribuem para a manutenção do sujeito. O fato de uma pessoa receber um nome próprio e ser reforçada por responder a esse nome, independente de variações ambientais, faz com que supostas diferenças corporais sejam desprezadas, tornando o estado-sujeito ainda mais estável.

No entanto, admitir que a criança é exposta desde muito cedo às contingências naturais, que criam o estado-sujeito não é o mesmo que dizer que esse estado é inato. Há, possivelmente, um período inicial em que o estado-sujeito ainda não está constituído. Existem autores que compartilham dessa opinião: “poderíamos considerar, hipoteticamente, que o espaço de vida de um recém-nascido apresenta um grau de homogeneidade (não-diferenciação) tão grande que nem sequer permite sua diferenciação entre pessoa e meio. Em outras palavras, um recém-nascido não é capaz de distinguir entre o eu e o não-eu” (Garcia-Roza, 1972, p. 196). Veremos adiante que uma das principais condições para a segregação do eu é justamente a relação com o não-

¹³ Nesse sentido, talvez seja mais adequado corrigir Skinner (1971) dizendo que o corpo é *ele mesmo* (*ipse*) dia após dia, e não *o mesmo* (*idem*).

eu. Sendo assim, se o recém-nascido se comporta em um ambiente homogêneo, ele o faz na ausência do eu.

Comportamento sem sujeito

Teoricamente, mudanças nas contingências que mantêm o estado-sujeito são suficientes para o aniquilar. No entanto, como a estabilidade do sujeito deve-se, sobretudo, a contingências naturais, que começam a operar já no nível pré-verbal (Skinner, 1971), parece que é bastante difícil alterar experimentalmente a estabilidade do estado-sujeito.

Por outro lado, o método experimental não é a única possibilidade. Se analisarmos casos patológicos, que têm como resultado a alteração das contingências naturais responsáveis pela manutenção do estado-sujeito, talvez encontraremos situações de comportamento sem sujeito.

Mas quais as conseqüências da perda de estabilidade do sujeito? Primeiramente o campo comportamental deixará de incluir esse estado estável e, conseqüentemente, todo o resto do campo que depende dessa estabilidade (tudo aquilo que é considerado *do* sujeito) desestruturar-se-á. Por fim, não haveria mais a separação entre *eu* e *não-eu*. Supostamente, essa desestabilização do sujeito pode seguir pelo menos dois caminhos: ou o corpo e, conseqüentemente o sujeito, deixam de existir; ou o corpo e o sujeito ampliam-se de tal maneira que acabam por abarcar todo o ambiente, suprimindo o não-eu.

Um caso intimamente relacionado com a perda do sujeito é descrito por Sacks (1970/1987). Trata-se da história de uma mulher, que por conta de uma polineuropatia¹⁴ sensorial, perde completamente a capacidade de propriocepção. Uma vez que o corpo é

¹⁴ Trata-se de um processo inflamatório ou degenerativo do sistema nervoso.

definido como um todo coeso, percebido e sentido, a perda da propriocepção acarreta na perda do corpo¹⁵. Se há uma perda do corpo, pela nossa descrição, a contingência natural que mantém a estabilidade do sujeito deixará de operar, e, conseqüentemente, devemos esperar que haja uma perturbação na identidade pessoal, ou seja, na continuidade do sujeito. É justamente essa a conclusão descrita pelo autor:

“Ela *está* ‘desmedulada’, sem corpo, é uma espécie de alma penada. Junto com seu sentido de propriocepção, ela perdeu as amarras orgânicas fundamentais da identidade – pelo menos aquelas da identidade corpórea, ou ‘ego corporal’, que Freud considera a base da identidade: ‘O ego é, primeiro e antes de tudo, um ego corporal’. Algumas dessas despersonalizações ou despercepções ocorrem sempre que há profundas perturbações da percepção corporal ou imagem corporal” (p. 58).

Ainda na descrição desse mesmo caso, Sacks (1970/1987) cita como exemplo o relato muito acurado de um paciente de Weir Mitchell, George Dedlow, que sofria de um mal similar:

“Descobri, horrorizado, que às vezes eu estava menos consciente de mim mesmo, de minha própria existência, do que costumava ser o caso. Esta sensação era tão insólita que, a princípio, me deixou bastante perplexo. Eu tinha vontade de perguntar constantemente se eu era mesmo George Dedlow ou não...” (p. 58).

No entanto, podemos perceber que tanto no caso da “dama sem corpo”, quanto no de George Dedlow, a participação do sujeito não é totalmente nula, embora seja aparentemente episódica. Esse era um fato que já devíamos esperar, pois a manutenção

¹⁵ Essa é também a opinião de Sacks (1970/1987), que intitula o caso de “A dama sem corpo”.

do sujeito envolve contingências sociais, que nos dois casos continuaram a operar. Dessa forma, em nenhum dos casos há uma perda total do sujeito. Isso fica evidente no relato de Dedlow, quando esse usa o pronome *eu*. Assim, poderíamos dizer que o problema nesses dois casos está na incapacidade do sujeito se “re-conhecer” no tempo, ou seja, sentir a continuidade do sujeito no fluxo comportamental.

Essa possibilidade nos conduz a uma interessante conclusão. Se é possível que uma pessoa perca sua *identidade* no tempo, sem que o sujeito desapareça por completo, parece razoável supor que não é um único estado que se mantém no tempo, ou seja, há uma pluralidade de estados (um fluxo de sujeitos) que, por algum motivo, são percebidos como uma *unidade*. A conciliação da mudança de estados no tempo, com uma unidade mais ou menos invariável é a chave para compreendermos a *identidade pessoal* – o princípio que faz com que uma pessoa se reconheça como a mesma em diferentes momentos.

A identidade pessoal no behaviorismo radical

Temos agora que dar conta de como o estado-sujeito se mantém no tempo, sem que para isso tenhamos que identificá-lo com uma substância ou com um ego puro. A análise dos casos patológicos nos revelou que possivelmente não há um único estado-sujeito que se mantém no tempo, mas vários estados-sujeitos que, por algum motivo, resultam em uma *continuidade sentida* do fluxo comportamental. Mas o que faz com que os diferentes estados não sejam sentidos como uma *descontinuidade* do fluxo?

A resposta deve ser buscada na participação do corpo. O corpo é o responsável pela *continuidade sentida* do fluxo. Como já mencionamos, o corpo é a parte mais estável do ambiente (Skinner, 1971), e nessa estabilidade a participação dos feelings é fundamental, principalmente dos estímulos continuamente sentidos no mesmo “lugar”.

Além disso, as mudanças “naturais” do corpo (principalmente no que vemos do nosso corpo) são extremamente lentas, sendo, por esse motivo, difíceis de serem percebidas como discretas. E, mesmo quando as mudanças são bruscas, a ponto de serem percebidas como tais, a continuidade da estimulação sentida impede que consideremos nosso corpo, como diferente do que era antes da mudança. Portanto, para a continuidade do fluxo e, conseqüentemente, para a identidade pessoal, é mais importante sentir, que perceber, ou em outras palavras, na identidade pessoal o sentir prevalece sobre o perceber.

Essa prevalência do sentir sobre o perceber se deve ao fato de que os estímulos sentidos são de fato constante. Estímulos sentidos estão sempre presentes, e por isso participam, de qualquer que seja o comportamento. Essa insistência dos estímulos sentidos tem também como resultado o fato de que dificilmente temos consciência de sua atuação, embora seja inquestionável, que isso ocorra. É justamente por considerar o papel dos estímulos sentidos na identidade pessoal, que estamos falando, desde o início, de uma *continuidade sentida*.

Nos casos descritos por Sacks (1970/1987), a exigência para que os pacientes continuem a ter alguma identidade pessoal é que aprendam a dar mais importância ao que percebem de seus organismos¹⁶ (uma vez que não podem mais senti-lo). É claro que isso além de demandar um certo tempo de treinamento, e exigir uma grande atenção por parte do paciente, nunca vai substituir perfeitamente a estimulação sentida. Sendo assim, os pacientes mantêm um estado-sujeito temporário, que possibilita o emprego do

¹⁶ Falamos de organismo porque de acordo com nossa definição esses pacientes não possuem corpo. O corpo é um *todo* percebido e sentido, e por isso a retirada dos estímulos sentidos desintegra o todo. Portanto, não consideramos correto afirmar que esses pacientes têm “corpo percebido”.

pronome *eu* no presente, mas a ausência da *continuidade sentida*, dificulta que ele considere que o estado-sujeito de agora é o mesmo do passado¹⁷.

Dessa forma, os estímulos sentidos, que participam da contingência que mantém o self são responsáveis por outra importante característica do fluxo comportamental: ser *sensivelmente contínuo*. Isso quer dizer que embora o fluxo comportamental tenha como característica a constante mudança, essa é sentida como pertencente a uma continuidade.

Portanto, o fluxo não muda em estados discretos, mas muda através da transição de estados, de modo que acompanhando essa mudança, geralmente, não somos capazes de identificar quando um estado-sujeito dá lugar a outro. A estimulação sentida mantém a coerência entre os estados, fazendo com que sintamos um único e mesmo estado, que se mantém no tempo. (Isso quer dizer que embora os estados responsáveis pela estabilidade, e identidade, do self não sejam propriamente os mesmos, há algo de comum a todos eles: os estímulos corporais sentidos.)

O sujeito como polarização do ambiente

Estabelecido o sujeito como um estado estável do campo comportamental, esse estado torna-se “ponto de referência” para todo o campo. Isso quer dizer que a estabilidade do sujeito acaba sendo responsável pela estabilidade do campo comportamental como um todo.

Desse modo, a estabilidade do estado-sujeito cria uma divisão do ambiente em dois pólos: o *eu*, que inclui as coisas estáveis que percebo e sinto, e que sempre acompanham o meu comportar-se; e de outro lado o *não-eu*, que contém tudo aquilo

¹⁷ O tempo é, aqui, uma variável importantíssima. Com o arranjo de certas contingências o estado-sujeito pode ser mais ou menos duradouro, mas basta que o paciente se engaje em uma atividade que deixa de exigir a participação daquele estado, para que outro estado passe a operar e a dificuldade na identidade surja novamente.

que percebo, mas não sinto. Essa divisão do ambiente, entre outras coisas, é responsável pela localização espacial tanto do eu, quanto do não-eu: o eu é um *ponto* que sinto localizado entre o que percebo como acima e abaixo, direita e esquerda, frente e atrás de mim. Em outras palavras, o eu passa a ser considerado como o ponto de referência para os objetos com os quais *me* relaciono (Koffka, 1935).

Mas por que essa separação do ambiente em *eu* e *não-eu* pode ser considerada uma polarização? Ou seja, por que dissemos que eu e não-eu são pólos do ambiente? Aqui temos que retomar por um instante a história do comportamento, mais precisamente no momento em que surge a diferenciação entre órgãos motores e sensoriais (Capítulo III). Como já vimos anteriormente, antes da diferenciação dos órgãos o organismo responde exclusivamente ao ambiente sentido. (A ampliação do ambiente, que inclui agora estímulos percebidos, só foi possível depois do surgimento de atividades fisiológicas localizadas.)

Em um ambiente composto exclusivamente de estímulos sentidos não há sujeito. Isso porque como já indicamos o estado-sujeito surge, entre outras coisas, por uma contingência discriminativa entre sujeito e objetos (aquilo que percebo e sinto de um lado, e aquilo que só percebo de outro). Dessa forma, fica evidente que em um ambiente puramente sentido tudo é objeto¹⁸.

Por outro lado, em um *ambiente heterogêneo*, em que encontramos mais de um “tipo” de estímulo, uma contingência discriminativa facilmente opera, separando o ambiente em dois pólos: o eu e o não-eu (ou sujeito e objetos). Portanto, depois de estabelecido esses pólos do ambiente, os estímulos serão “atraídos” por cada um desses pólos, sendo que tudo que estiver do lado do pólo do eu será considerado como parte do eu, ou pelo menos como *meu*.

¹⁸ Podemos perceber que nesse ambiente homogêneo também não há corpo. Portanto, mesmo a contingência natural mais primitiva da formação do sujeito não está operando.

Os limites do self

Como já mencionamos o estado-sujeito é mantido por um conjunto de contingências (naturais e sociais), o que reflete a complexidade do self em sua relação com processos. Com os eventos envolvidos não é diferente. O estado-sujeito relaciona-se com vários padrões de respostas, ou como Skinner (1953) prefere denominar com um “*sistema de respostas funcionalmente unificadas*” (p. 285).

Em vista dessa complexidade do self (envolve diferentes contingências, diferentes respostas, e diferentes estímulos) parece razoável concluir, com Koffka (1935), que os limites do self

“Poderão variar de caso para caso, e em uma mesma pessoa em diferentes situações. Há condições que contrairão seus limites, como no caso de uma grande melancolia ou de um cruel desapontamento, e há outras que os expandirão, até abarcar praticamente todo o mundo, como nos estados de verdadeiro êxtase” (p. 321).

Isso quer dizer que, em última análise, os limites do self dependem das contingências que estiverem operando em um determinado momento. Mas qual é o limite dessa dinâmica?

Um “teste” para encontrar os limites do self é buscar os modos pelos quais uma pessoa pode ser ofendida, elogiada ou criticada (James, 1890/1955; Koffka, 1935). Como já apontamos, a “segregação” do self começa por uma contingência discriminativa que envolve o corpo em contraste com os demais objetos do ambiente. A estabilidade do corpo, e a continuidade sentida, somada a contingências arranjadas pela comunidade verbal, produzem uma identificação entre sujeito e corpo. Nesse caso, podemos identificar a pele como o limite do primeiro subsistema do self. Empregando

nosso teste, quando criticamos a aparência de uma pessoa, se ela sentir-se ofendida, a pele deve ser considerada como um dos limites do seu self.

Podemos também ofender uma pessoa, criticando suas roupas, o que, de acordo com nosso critério, faz com que admitamos que as roupas também podem participar do self. No entanto, uma pessoa pode não se sentir ofendida se criticarmos suas vestimentas, mas irá enfurecer-se quando seus amigos, familiares ou mesmo seu partido político forem depreciados, de onde concluímos que, nesse caso, os amigos, familiares e partido político participam do seu self. Um monge, supostamente, não se importa com suas roupas ou outros bens materiais, mas não abre mão de suas convicções religiosas, indicando que para ele suas crenças são parte fundamental do self.

Diante dessa diversidade, torna-se evidente que o self constitui-se por um conjunto de subsistemas, mais ou menos estáveis (Koffka, 1935). Cada subsistema do self tem seu próprio limite, que é estabelecido a partir de seus componentes (James, 1890/1955). Começando com o corpo, encontramos o *sujeito corpóreo*; os bens materiais compõem o *sujeito material*; as convicções morais e religiosas são o *sujeito espiritual*; e, por último, os relacionamentos sociais de uma pessoa constituem o *sujeito social*.

Dessa forma, alcançamos uma conclusão similar à de James (1890/1955) que afirma que “no sentido mais amplo possível, o self de um homem é a soma total de tudo aquilo que pode ser chamado de seu, não apenas seu corpo e suas capacidades físicas, mas suas roupas e sua casa, sua esposa e seus filhos, seus ancestrais e seus amigos, sua reputação e seu trabalho, suas terras e seu cavalo, seu iate e sua conta bancária” (p. 188).

Conflito entre diferentes selves

Embora o self tenha toda essa plasticidade em relação aos seus limites, isso não quer dizer que todos os subsistemas coexistam em harmonia. Assim, se de um lado temos uma certa coesão entre os diferentes subsistemas, de outro temos um conflito que pode operar durante toda a vida da pessoa. Em um relato quase literário James (1890/1955) descreve esse conflito entre os diferentes subsistemas, bem como a impossibilidade, quase lógica, de que alguns deles existam ao mesmo tempo:

“Eu freqüentemente me defronto com a necessidade de me fixar em um de meus selves empíricos rejeitando todo o resto. Não que eu não quisesse, se pudesse, ser ao mesmo tempo belo, gordo e bem vestido, ser um grande atleta e ganhar um milhão por ano, ser espirituoso, *bom-vivant*, e conquistador, bem como ser um filósofo; ser um filantropo, estadista, guerreiro, e poder explorar a África, bem como ser um poeta e um santo. Mas isso é simplesmente impossível. O trabalho do milionário é incompatível com o do santo; o *bom-vivant* e o filantropo não poderiam viajar juntos; o filósofo e o conquistador não seriam capazes de viver na mesma casa” (pp. 199-200).

O que define um monge, um milionário ou um filantropo é a prioridade de um ou mais subsistemas em relação aos demais. Novamente a gênese dessa prioridade deve ser buscada nas contingências as quais essa pessoa foi exposta. Sendo assim, não deveríamos nos surpreender com o fato de que em diferentes contextos, encontramos diferentes personalidades¹⁹. Isso fica evidente quando tratamos do sujeito social.

¹⁹ Personalidade é tratada aqui como sinônimo de repertório comportamental. Assim, contingências consistentes criam personalidades consistentes, do mesmo modo que contingências conflitantes criam personalidades conflitantes (Skinner, 1953).

Geralmente, o repertório exigido por um grupo social específico, mostra-se inadequado a um outro grupo. O comportamento reforçado no contexto familiar, por exemplo, pode ser punido no trabalho, ou no círculo de amizades. Se esses contextos conflitantes não se comunicam (nunca encontro os amigos quando estou com a família, e vice-versa) dois ou mais selves podem coexistir por uma vida toda²⁰.

O problema surge quando os contextos conflitantes subitamente entram em contato (quando encontro os amigos estando acompanhado da família). Nesse caso, as contingências mais amenas, em relação à probabilidade de produzir conseqüências aversivas, acabam perdendo a disputa, e o self gerado pelas contingências “ameaçadoras” se sobressai.

A coerência que James (1890/1955) parece exigir entre os subsistemas é em última instância uma questão ética. A princípio não é impossível que uma pessoa seja um empresário inescrupuloso durante a semana e um religioso aos domingos (Skinner, 1953). É apenas do ponto de vista ético, que não admitimos (ou pelo menos reprovamos) essa compatibilidade de caracteres. Essa discussão nos encaminha para a relação entre sujeito psicológico e sujeito moral, assunto que não podemos tratar agora.

Um possível conceito de objeto no behaviorismo radical

Como já mencionamos, a relação sujeito-objeto, entendida como polarização do ambiente, pode ser interpretada através de duas classes de “coisas”, que constituem dois pólos do ambiente: *eu* (sujeito), e *não-eu* (objetos). Quando consideramos que tanto sujeito, quanto objeto são *coisas*, temos que de um lado aceitar que ambos têm características comuns e de outro diferenças específicas. Já sabemos quais são as peculiaridades do sujeito: é estável, sempre está presente, e além de ser percebido é

²⁰ É possível, inclusive, que esses selves conflitantes não se conheçam, pois as contingências que propiciam o autoconhecimento em cada um desses contextos podem também não ter comunicação (Skinner, 1953). Voltaremos a esse assunto no próximo capítulo.

também sentido. Mas, quando dizemos que o sujeito é uma *coisa* estamos dizendo que independentemente dessas peculiaridades, os processos envolvidos na gênese do sujeito são os mesmos que “criam” os demais objetos.

Dito isso, fica evidente que a definição de self nos possibilita analisar o conceito de objeto no behaviorismo radical. O conceito de objeto tem grande destaque na história da psicologia e, muitas vezes, está vinculado a uma metafísica substancialista (James, 1890/1955). Como a metafísica relacional impede tal vinculação, a primeira exigência de uma definição de objeto, compatível com o behaviorismo radical, é que ela não pode incorrer no substancialismo.

O ponto de partida para estabelecermos o conceito de objeto no behaviorismo radical pode ser encontrado na análise que Koffka (1935) faz de *coisa* (*thing*). Segundo esse autor, as coisas possuem três características: 1) contornos bem definidos, 2) propriedades dinâmicas e 3) constância. Em contrapartida, as não-coisas (*not-things*) não possuem nenhuma dessas três características, caracterizando-se como o que está ao redor, ou entorno das coisas. Coisas e não-coisas estão em relação obrigatória – a coisa está “dentro” da não-coisa e, portanto, uma depende da outra²¹.

Consideraremos aqui que a relação sujeito-objeto situa-se dentro do campo das coisas. Em outras palavras, tanto sujeito, quanto objeto são coisas. Em vista disso, tanto sujeito quanto objeto devem apresentar as três características das coisas.

Contornos bem definidos

É a própria relação entre coisa e não-coisa (figura-fundo) que fundamenta a primeira característica dos objetos: possuir contornos bem definidos. O contorno é o limite entre coisa e não-coisa. A constituição do contorno de um objeto (ou segregação

²¹ Isso se popularizou como a relação figura-fundo da psicologia da *Gestalt*.

do objeto) é amplamente explorada pela psicologia da *Gestalt*, através das leis da organização (Koffka, 1935). Não cabe aqui explicitar cada uma dessas leis, bem como discutir sua fundamentação, basta, para nossos propósitos, deixar claro que a *segregação* de objetos só é possível em um ambiente não homogêneo. Em outras palavras, as coisas só existem em relação com não-coisas – é o “contraste” entre coisa e não-coisa que define os contornos das coisas.

Transpondo essa conclusão à problemática do self, nos deparamos com a afirmação do posicionamento relacional da relação sujeito-objeto: não há sujeito sem objeto, ou não há *eu* sem *não-eu*. A segregação do sujeito só é possível em um ambiente heterogêneo e, portanto, em um ambiente homogêneo o comportamento ocorre na ausência do sujeito (o ambiente se reduz a objetos).

Propriedades dinâmicas

As coisas não são *neutras* em relação a quem se comporta. Em outras palavras, as coisas possuem uma função estabelecida, que, segundo o behaviorismo radical, se deve às contingências²². Assim, as coisas (que junto com as não-coisas compõem o ambiente), “têm algo a nos dizer” e, portanto, não faz sentido defender que o ambiente é passivo ou que não passa de um cenário para o comportamento.

Agora, dizer que as coisas possuem propriedades dinâmicas, é o mesmo que defender que a função das coisas é variável. Em outras palavras, as coisas só se mantêm como tais na medida em que participam de certas contingências – quando precisamos tomar água em uma fonte, nossa mão pode se converter em um ótimo copo, da mesma forma que quando queremos abrir uma garrafa um pedaço de madeira torna-se um

²² No caso da psicologia da *Gestalt* as propriedades dinâmicas são mais do que isso. A característica dinâmica dos sistemas (o que inclui os sistemas vivos, que chamamos organismos) não pode ser atribuída à aprendizagem, tal como faz o behaviorismo radical. Trata-se de uma característica “natural” do mundo, ou seja, uma explicação de porque os sistemas são dinâmicos é do mesmo tipo da que tenta explicar porque o rio corre morro abaixo (Koffka, 1935; Köhler, 1929/1970; Köhler, 1960/1978b).

abridor. Além disso, a dinamicidade das coisas reside no fato de que contingências são capazes de converter coisas em não-coisas e vice-versa – uma pessoa que se interessa por arte pode perceber de imediato um quadro pendurado na parede de uma sala de espera, enquanto outra pessoa pode deixar a sala depois de muito tempo sem sequer perceber que havia um quadro ali.

Se admitirmos que tanto sujeito, quanto objeto são coisas temos também que aceitar que ambos possuem propriedades dinâmicas. No caso do sujeito, essa dinamicidade pode ser encontrada nos limites do self. Embora o sujeito, enquanto coisa, possua contornos bem definidos, nem por isso eles são imutáveis. Isso quer dizer que a relação sujeito-objeto é uma relação dinâmica de modo que o que em um momento é objeto em outro pode tornar-se sujeito, e vice-versa. Isso é o que James (1890/1955) quer dizer quando afirma que no estudo do self “estamos lidando com um material flutuante. Sendo que o mesmo objeto algumas vezes é tratado como uma parte do me, e outras simplesmente como meu” (p. 188). Voltaremos a discutir essa conclusão no próximo capítulo.

Constância

Em relação à constância das coisas, temos que nos demorar um pouco mais. A constância é a característica que fornece a “materialidade” ou aparente substancialidade das coisas. Isso quer dizer que através da constância, explicamos por que o mundo *parece* ser composto por substâncias, e por que o self foi, muitas vezes, identificado com uma alma substancial.

Uma interessante resposta nos é dada por Borges (1969/1976), no conto *Funes, o memorioso*. Irineu Funes era um jovem que após sofrer um acidente, se vê dotado de uma impressionante memória. Ele torna-se capaz de lembrar de cada um dos detalhes de

um dia anterior, com tamanha precisão que essa lembrança lhe custa um outro dia inteiro. Essa precisão fazia com que Funes achasse muito estranho que pessoas, animais ou objetos fossem consideradas os mesmos em momentos diferentes. Ou seja, Funes não apenas “custava compreender (...) que o símbolo genérico *cão* abrangesse tantos indivíduos dispares de diversos tamanhos e diversas formas; aborrecia-o que o cão das três e quatorze (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cão das três e quatro (visto de frente).” (p. 96). Para Funes tudo se passava como se cada uma dessas aparições devesse ter um nome próprio, pois as particularidades de cada caso eram impossíveis de serem desprezadas.

Embora se trate de uma ficção²³, o caso de Funes nos auxilia a construir uma explicação da “materialidade” do mundo, sem recorrer ao conceito de substância. Aprendemos desde muito cedo, por contingências naturais, a abstrair as pequenas variações do ambiente. A discriminação envolvida na percepção (capítulo II) opera juntamente com a generalização. Isso quer dizer que aprendemos a discriminar ou a perceber ignorando diferenças. E, portanto, teoricamente poderíamos, arranjando contingências, chegar a um caso próximo ao de Funes.

É evidente que alguém como Funes teria muitas dificuldades de se relacionar com o mundo, que nesse caso não passaria de um interminável fluxo, sem nenhuma estabilidade (mais ou menos como defendia Hume (1739/2000)). Isso aponta para o fato de que nossa abstração das diferenças está, em certa medida, fundamentada em contingências de sobrevivência.

Outra justificativa para a aparente substancialidade do mundo é a estabilidade das contingências. Boa parte das contingências a que estamos expostos no dia-a-dia é bastante estável, o que possivelmente fundamenta a defesa da imutabilidade dos objetos

²³ Oliver Sacks (1970/1987), em uma nota de rodapé, diz não estar totalmente convencido de que Funes não tenha sido escrito a partir de um caso real.

por parte do substancialismo. Mas também nesse caso, o arranjo de contingências alternativas pode “desestabilizar” o mundo. Exemplos desse desequilíbrio podem ser encontrados nos famosos experimentos de reversão figura-fundo da psicologia da *Gestalt*, e nas discussões sobre percepção como função da aprendizagem, levantadas pelo estruturalismo titcheneriano (Köhler, 1929/1970). Além disso, alterações na estrutura fisiológica do organismo podem também ter um efeito desestabilizador, como nos casos de agnosia severa, relatados por Sacks (1970/1987).

Podemos levantar, como último motivo para a crença de que as coisas são substâncias, o uso da linguagem. A estrutura da língua portuguesa prevê o uso de *substantivos* na construção de suas frases, o que é, muitas vezes, responsável pela defesa da existência de entidades substanciais. Isso de certa forma fundamenta não apenas o substancialismo, como também uma visão-de-mundo realista²⁴ – a estabilidade dos objetos fundamenta a crença de que eles possuem uma existência independente, de que eles continuam a existir de modo imutável. Isso se aplica tanto do lado dos objetos, quanto do sujeito. A estabilidade das contingências, que estabelece a constância dos objetos do mundo, bem como a estabilidade e continuidade do self, constitui uma alternativa a explicações que defendem a existência das substâncias extensa (corpo) e inextensa (alma ou mente).

Dessa forma, podemos definir objeto como uma coisa percebida como contínua (a mesma) no tempo. Empregando termos mais familiares ao behaviorismo radical, um objeto é um estímulo discriminativo percebido, cuja função é mantida estável graças a contingências naturais e sociais estáveis.

²⁴ Cabe aqui uma ressalva. O fato do uso da língua induzir ao substancialismo, não quer dizer que o senso comum seja substancialista. Possivelmente, a melhor posição a ser assumida em relação a esse ponto é que o senso comum não se compromete com uma ontologia específica, ou pelo menos com uma ontologia organizada. Na medida em que podemos encontrar uma infinidade de ontologias (muitas vezes contraditórias) dentro do discurso do senso comum, não faz sentido defender que ele possui uma ontologia.

Conclusão

Neste capítulo esboçamos o início de um estudo da subjetividade no behaviorismo radical. Para tanto circunscrevemos a subjetividade no campo comportamental, que considerado no tempo identifica-se com o fluxo comportamental. Alcançamos, assim, uma definição positiva de self respeitando a prioridade do comportamento, ou seja, defendemos que só faz sentido falar de self de dentro do fluxo comportamental, o que impede sua identificação com uma substância, ou mesmo com uma condição de possibilidade para o comportamento. Sendo assim, defendemos a viabilidade de uma teoria do self no behaviorismo radical levando em consideração as críticas que Skinner (1953, 1974, 1989) dirige ao conceito de self.

Entendemos que self pode ser definido como um “conjunto funcional” que inclui estados-sujeitos, contingências naturais e sociais estáveis, e um conjunto de respostas funcionalmente unificadas. Dito isso, uma vez que o self inclui as três formas de comportamento, que descrevemos no primeiro capítulo, podemos concluir que self é comportamento. Resta então perguntar que “tipo” de comportamento é o self? Ou ainda, o que o diferencia de outros comportamentos? Isso nos encaminha ao assunto do próximo capítulo, principalmente o autoconhecimento, que conta com a participação de uma comunidade verbal e tem como resultado um “comportamento reflexivo”.

Outra importante conclusão alcançada no capítulo advém do diálogo com Koffka (1935). Se buscarmos nos textos skinnerianos uma definição positiva de ambiente, possivelmente, não ficaremos satisfeitos com “qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo” (Skinner, 1953, p. 257). Mas de acordo com o que foi discutido durante o presente capítulo, o ambiente deixa de ser essa massa amorfa. Já sabemos, pelo menos, que ele é composto pela relação entre *coisas* e *não-coisas*, e que do lado das coisas encontramos sujeito e objetos. Além disso, a relação entre esses componentes

revela que o ambiente é *dinâmico*. Essa dinamicidade do ambiente reflete-se no fato de que as coisas têm um *significado*, que é sua função, construída e mantida a partir de contingências naturais, sociais e de sobrevivência. Portanto, a depender das contingências que estão operando no momento, determinada coisa pode adquirir uma nova função ou até mesmo deixar de existir (perder completamente sua função). Por fim, não podemos nos esquecer que esse ambiente complexo e dinâmico está em relação com o organismo, sendo essa relação quem constitui o campo comportamental e instaura o ponto de partida para a análise do comportamento.

Além disso, temos agora uma definição de objeto compatível com o behaviorismo radical e, conseqüentemente, bem distante do substancialismo. Os objetos são estímulos discriminativos percebidos que têm uma função estável, produto de contingências naturais e sociais estáveis. Dessa forma, alcançamos um conceito de objeto subordinado ao de contingências que, como tal, não pode ser entendido de modo substancialista.

VI

AUTOCONHECIMENTO E CONHECIMENTO SOCIAL

No capítulo anterior chegamos à conclusão de que o sujeito é um estado estável, mantido por um conjunto de contingências estáveis (naturais e sociais), e atualizado por um sistema unificado de respostas (Skinner, 1953, 1974). Dessa forma, podemos identificar self com esse “todo funcional” constituído pela relação entre eventos, estados e processos comportamentais. Em outras palavras, self é comportamento.

Resta agora investigar como esse self pode ser conhecido (e reconhecido) como tal, pela própria pessoa (autoconhecimento) e por outras pessoas (conhecimento social). Para tanto, devemos ser capazes de definir *conhecimento* no behaviorismo radical, bem como avaliar a participação do comportamento verbal nesse conceito.

Com isso, tentaremos responder a algumas das questões formuladas por Skinner (1953), quando trata desse mesmo assunto:

“Quando dizemos que ele [um homem] conhece a si mesmo, precisamos também distinguir entre o sujeito e objeto do verbo. Evidentemente, os selves são múltiplos e, assim, não podem ser identificados com o organismo biológico. Mas sendo assim, quais são eles? Quais são suas dimensões em uma ciência do comportamento? Em que medida um self é uma personalidade integrada ou um organismo? Como um self pode agir sobre outro?” (p. 229).

Conhecimento

Parece razoável começar a discussão do autoconhecimento e conhecimento social pelo conceito de *conhecimento*. Isso se justifica não só pelo fato do *conhecimento* ser um evidente pré-requisito para a discussão desses assuntos, mas também porque na análise do conhecimento incluímos o exame do *sujeito do conhecimento*.

Nesse sentido, ao discutirmos o conceito de conhecimento, devemos ser capazes de definir não só o conhecer e o conhecimento, mas também *quem é* o sujeito do conhecimento, ou *quem* conhece. E, mais especificamente no caso do autoconhecimento, quem conhece, e quem é conhecido.

Conhecer e conhecimento

Muitos dos conceitos psicológicos surgem através de um processo de substantivação de verbos. Ao ignorar esse fato, psicólogos e filósofos passam a procurar por supostas entidades (*substâncias*) descritas por esses conceitos (Ryle, 1931-32/1967). Esse parece ser, também, o caso do conhecimento. Parte-se do verbo *conhecer*, que diz respeito à emissão atual de determinadas respostas, chegando ao substantivo *conhecimento*, que em teorias mentalistas passa a ser interpretado como uma faculdade mental que explica o comportamento (Ryle, 1949/1980; Skinner, 1974).

Ao considerar conhecimento como faculdade mental, teorias mentalistas têm dois possíveis caminhos a percorrer. Se defenderem a possibilidade de uma explicação com base em uma faculdade mental obscura, que de fato depende do comportamento para ser postulada, recairão em uma explicação circular. Se, por outro lado, considerarem que a faculdade mental não explica enquanto não for explicada, abrirão caminho para um regresso ao infinito, na medida em que uma nova faculdade é postulada para explicar a primeira, mas que, por sua vez, precisa de uma terceira para ser explicada, e assim por diante (Ryle, 1949/1980).

Um modo de evitar esses constrangimentos é admitir que o substantivo *conhecimento* diz respeito a um estado comportamental (Ryle, 1949/1980; Skinner, 1974; Lopes, 2003). Dessa forma, possuir conhecimento é sinônimo de possuir um repertório comportamental (Skinner, 1974). Uma vez que o repertório comportamental

descreve o que uma pessoa é *capaz* de fazer, e não o que está fazendo agora, ter *conhecimento* é apresentar uma tendência, probabilidade, ou disposição para comportar-se de uma dada maneira (Lopes, 2003).

Por outro lado, o verbo *conhecer*, do qual deriva o conhecimento, pode ser entendido como “comportar-se de acordo com o repertório”, ou como “expressar conhecimento”. Empregando outros termos, “conhecer” é considerado como evento comportamental, que atualiza o estado comportamental “conhecimento”.

Esse modo de tratar o conhecimento – como um estado comportamental – é compatível com o behaviorismo radical na medida em que é imanente ao comportamento (Lopes, 2003). Em outras palavras, não precisamos *transcender* o comportamento para explicar o conhecimento. A afirmação de que alguém conhece, ou sabe¹, baseia-se *diretamente* no comportamento. Quando dizemos que alguém sabe jogar xadrez, por exemplo, isso quer dizer que essa pessoa joga seguindo as regras e eventualmente vence, ou ainda que é capaz de descrever as regras, ou mesmo ensinar outra pessoa a jogar².

Dessa forma, tanto no caso de um relato em terceira pessoa (quando alguém diz que determinada pessoa sabe jogar xadrez), quanto em primeira pessoa (quando a própria pessoa afirma que sabe jogar xadrez), o que controla esse relato (supondo que se

¹ Diferentemente do inglês, na língua portuguesa distinguimos *conhecer* de *saber*. Embora, na maioria das vezes, os dois termos sejam empregados com o mesmo sentido, no caso da substantivação pode ser possível, em alguns casos, uma distinção. *Sabedoria* algumas vezes está mais ligada ao sentido de faculdade ou qualidade mental, enquanto que *conhecimento* guarda uma maior afinidade com o comportar-se. Em outras palavras, poderíamos dizer que *conhecimento* é mais empregado no sentido ativo, como disposição para uma determinada ação, enquanto que *sabedoria* tem um sentido mais contemplativo e, portanto, geralmente descolado da ação. No entanto, essa distinção não é obrigatória, e mesmo no caso dos substantivos, as acepções, geralmente, são comuns aos dois termos. Em todo caso, voltaremos a discutir mais adiante o sentido contemplativo de conhecimento.

² Essa diversidade de eventos comportamentais envolvidos na atualização do conhecimento é uma característica desse estado. Trata-se de uma disposição aberta (ou determinável), que é atualizada por mais de um tipo de evento comportamental. Por outro lado, uma disposição fechada (ou determinada) é aquela atualizada *exclusivamente* por um evento comportamental específico, como por exemplo, a propriedade ‘fumante’, que é atualizada apenas pelo ato de fumar (Ryle, 1949/1980). Ao defendermos a participação de disposições determináveis (abertas), nos afastamos da interpretação positivista lógica, que só aceita a existência de disposições determinadas (fechadas) (Carnap, 1932-33/1965).

trata de um tacto) são os eventos comportamentais, que atualizam o estado “saber jogar xadrez”.

A função cognitiva do comportamento

Quando dizemos que o conhecimento é imanente ao comportamento assumimos que o conhecimento depende do comportamento. No entanto, uma vez que consideramos que o comportamento identifica-se com um fluxo comportamental, temos de admitir que o conhecimento está em constante mudança, ou seja, está sempre sendo construído, é um processo e não uma coisa.

Em outras palavras, o exercício do conhecimento (a emissão de respostas pertencentes ao repertório comportamental), altera o próprio conhecimento. Isso porque a depender das conseqüências produzidas pela emissão das respostas (atualizações), as contingências responsáveis pela manutenção do repertório comportamental podem ser alteradas, o que em última instância altera o próprio repertório³.

Dessa forma, temos que, *conhecimento*, enquanto estado, expressa a *continuidade* do fluxo. Por outro lado, *conhecer*, entendido como uma diversidade de respostas (que atualizam o conhecimento), nos revela o caráter *mutável* do fluxo. Assim, a articulação entre conhecimento e conhecer expressa o *modus operandi* do fluxo comportamental, a saber, a coexistência entre estabilidade e mudança. Sintetizando essa conclusão, diremos a partir de agora que o fluxo comportamental desempenha uma função cognitiva.

Antes de prosseguirmos nossa análise, cabe, aqui, um pequeno parêntese em relação ao termo *cognitivo*. Embora etimologicamente a palavra latina *cognitio* possa ser traduzida como “ação de conhecer”, na psicologia o termo *cognição* é muitas vezes

³ Essa fluidez impede que conhecimento seja identificado com a aquisição da verdade. O conhecimento é um processo no sentido de que, graças às conseqüências e às contingências, está em constante mudança.

interpretado como uma faculdade mental. A defesa de uma faculdade cognitiva não só separa cognição de comportamento, como, em alguns casos, culmina na defesa de que o comportamento deve ser explicado pela cognição (Skinner, 1974).

Esse tipo de privilégio da cognição não pode ser aceito pelo behaviorismo radical, pelo menos não enquanto defendermos o caráter primordial do comportamento. Dessa forma, seguindo os pressupostos do behaviorismo radical (e da metafísica relacional), encontraremos dois possíveis encaminhamentos para a cognição. Podemos continuar a defender a existência da cognição, mas essa deve ser subordinada ao comportamento; ou podemos admitir que a cognição não passa de uma ficção e, portanto, pode ser abandonada sem nenhum tipo de prejuízo.

Ao dizermos que o fluxo comportamental tem função cognitiva, estamos adotando, aqui, a primeira opção, ou seja, estamos admitindo que o termo *cognição* pode ter um emprego legítimo no behaviorismo radical. Em outras palavras, defendemos que é possível explicar a cognição em termos de comportamento (cognição é uma propriedade do fluxo comportamental).

Embora isso possa parecer insensato a behavioristas mais ortodoxos, uma atitude como essa tem a vantagem, entre outras coisas, de possibilitar um diálogo mais produtivo entre o behaviorismo radical e a chamada psicologia cognitiva⁴.

Conhecimento e consciência

É importante deixar claro que conhecimento, tal como foi definido até aqui, prescinde da consciência. Ou nos termos colocados anteriormente, a cognição não é necessariamente consciente. Essa afirmação se justifica uma vez que estamos adotando, aqui, a definição skinneriana de consciência, que a identifica com discriminação verbal

⁴ Assim, consideramos que a diferença entre *cognitivismo* e *behaviorismo radical* não está no fato de que apenas o primeiro trata da cognição. O que os diferencia é que enquanto o cognitivismo considera a cognição como primordial, o behaviorismo radical trata a cognição em termos de comportamento.

que envolve o tacto (Skinner, 1957). Nesse sentido, podemos afirmar que o comportar-se não depende da consciência, mas estar consciente depende de um modo específico de comportamento, o comportamento verbal.

Esse tipo de afirmação pode soar como absurda para a maioria das psicologias ou filosofias da consciência⁵. No entanto, ela tem a vantagem de evitar o emprego indiscriminado do termo *consciência*⁶. O que muitas dessas teorias chamam de consciência é tratado, aqui, através do conceito de *sensing*. A vantagem é que podemos dizer que um organismo primitivo, como uma ameba, apresenta *sensing* sem o constrangimento que, possivelmente, teríamos de enfrentar ao considerar a consciência de uma ameba. Além disso, defendemos que o *sensing* sempre participa de uma coordenação com o movimento (coordenação sensório-motora), o que evita problemas suplementares, que podem surgir quando a consciência é identificada com uma *experiência* separada e anterior ao movimento.

Voltando à função cognitiva do comportamento, podemos dizer que conhecer (ou saber) é simplesmente comportar-se, de um modo específico, em um dado contexto ou, simplesmente, que *conhecer é agir*. Uma vez que a diferença do conhecimento consciente encontra-se na participação do comportamento verbal, não precisamos alterar nossa definição para dar conta desse “tipo” de conhecimento. O conhecer consciente é comportar-se *de modo verbal*.

Em poucas palavras, podemos dizer que a participação do comportamento verbal abre uma nova possibilidade de atualização do estado *conhecimento*: o “falar sobre”.

⁵ É importante registrar que há mais de um uso do termo *consciente*. Talvez o sentido mais lato (que não é o que adotaremos aqui) seja como sinônimo de desperto, acordado ou não desmaiado. É claro que nesse sentido todo conhecimento é consciente.

⁶ A psicologia da *Gestalt* também evita usar o termo *consciência*, substituindo-o por *experiência imediata* (Köhler (1929/1970). Segundo Koffka (1935), até poderíamos admitir que experiência imediata é sinônimo de consciência, desde que aceitemos o fato de que chimpanzês e, até mesmo galinhas, têm consciência.

Portanto, é comum que quando ouvimos uma pessoa contando a história da produção dos melhores vinhos do mundo, consideramos que essa pessoa *conhece* vinhos⁷.

Conhecimento e comportamento verbal

Mas o que há de especial na participação do comportamento verbal? Quais as conseqüências da participação desse tipo de comportamento para o conhecimento? O que diferencia conhecimento verbal de conhecimento não-verbal? Ou ainda, qual o sentido do termo *consciente* quando se afirma que estar consciente é agir verbalmente?

Podemos começar a investigar as peculiaridades do comportamento verbal a partir da definição de comportamento proposta no decorrer do presente trabalho. Isso nos leva a investigar a participação de eventos, estados e processos no conceito de *comportamento verbal*.

Em relação aos eventos comportamentais envolvidos no conceito de comportamento verbal é, razoavelmente, evidente que se tratam de respostas verbais, que não são necessariamente vocais (Skinner, 1957). Vale lembrar que a definição de resposta verbal (assim como a de resposta não-verbal) segue um critério *funcional*. Assim sendo, uma resposta verbal é definida a partir da função que desempenha em um episódio verbal completo (na relação entre ouvinte e falante). Por isso, uma mesma resposta, do ponto de vista topográfico, pode ser ora verbal, ora não-verbal.

Já no caso dos eventos ambientais que participam do comportamento verbal, sua função, muitas vezes, é de origem social. Em outras palavras, a constituição dos estímulos discriminativos e das conseqüências relacionados com respostas verbais é, geralmente, mediada por uma comunidade verbal. No caso do tacto, por exemplo, a

⁷ A distinção entre conhecimento verbal e não-verbal é muitas vezes tratada como conhecimento teórico e prático, respectivamente. Não trataremos, aqui, desse tipo de distinção; basta assinalar que independente desse tipo de classificação, o conhecimento sempre deve ser considerado como um conceito disposicional, que pode ser atualizado tanto por ocorrências verbais, como não-verbais.

função do estímulo discriminativo é construída pela comunidade durante o ensino da discriminação verbal. Portanto, o estímulo discriminativo, que controla a resposta verbal, não existe enquanto tal antes da relação comportamental. Da mesma forma, a consequência fornecida pela comunidade verbal, no caso do tacto, é um reforçador generalizado, produto de um processo de condicionamento arranjado pela comunidade.

No que diz respeito aos processos comportamentais envolvidos na constituição e manutenção do comportamento verbal, já os mencionamos em outros momentos. Tratam-se das contingências sociais, arranjadas e mantidas por uma comunidade verbal, e que são responsáveis pela instalação e manutenção dos diferentes operantes verbais (Skinner, 1957).

Por fim, encontramos os estados comportamentais, que se identificam com os diferentes operantes verbais. Essa afirmação pode parecer intrigante na medida em que para serem considerados estados comportamentais, os operantes verbais devem ser distinguidos das respostas verbais, que os atualizam. Nesse sentido, os operantes verbais devem ser entendidos como probabilidades de responder de uma certa maneira, em uma dada ocasião, o que parece ser defendido pelo próprio Skinner (1986/1987b):

“Como uma mera probabilidade de responder um tacto tem o mesmo status dos outros três tipos de operantes verbais (...). Um é o ecóico (devemos estar mais dispostos a dizer ‘pescar’, quando alguém diz ‘pesca’). Outro é o textual (devemos estar mais dispostos a dizer ‘pescar’, se há uma placa na parede escrito PESCA); e um terceiro é o intraverbal (devemos estar mais dispostos a dizer ‘pescar’, se lemos ou ouvimos uma palavra que freqüentemente ocorreu em proximidade com *pescar*)” (pp. 83-84).

Mais adiante, no mesmo texto, Skinner, ao comparar tacto e mando, também considera este último como uma probabilidade de responder:

“Como a mera probabilidade de responder sob o controle de um estímulo, um tacto evoluiu como um produto de muitas instâncias em que uma resposta de uma dada forma foi reforçada na presença de um dado estímulo, em muitos diferentes estados de privação ou estimulação aversiva. (...) Um mando é também um subproduto de muitas instâncias, nas quais a variável controladora é um estado de privação ou estimulação aversiva” (p. 84).

Mas se a análise de eventos, estados e processos revela que o conceito de comportamento verbal é legítimo, nosso problema permanece. Se o comportamento verbal guarda grandes semelhanças estruturais com o comportamento não-verbal, ainda temos que nos perguntar por sua peculiaridade.

Buscando por essa característica primordial, Skinner (1957) conclui que ela reside no fato de o comportamento verbal (de modo mais evidente o comportamento verbal vocal) envolver uma ação não-mecânica em relação ao ambiente físico⁸. Em outras palavras, o ambiente físico não pode ser *diretamente* alterado pelo comportamento verbal. Nas palavras de Skinner (1957): “é característica desse tipo de comportamento ser impotente em relação ao mundo físico. Raramente nossos gritos derrubam as muralhas de Jericó, ou somos bem sucedidos ao ordenar ao sol para que não se mova, ou para as ondas que se acalmem” (pp. 01-02).

Essa particularidade do comportamento verbal faz com que Skinner (1957) o defina (pelo menos de modo preliminar) como um “comportamento reforçado através

⁸ De modo algum o termo *físico* deve ser entendido como uma vinculação a uma ontologia fisicalista, ou mesmo realista. *Ambiente físico*, no presente contexto, é empregado como antônimo de ambiente social. Enquanto o primeiro é composto por objetos, o segundo conta com a presença de pessoas.

da mediação de outras pessoas” (p. 02). Portanto, podemos dizer que a ação do comportamento verbal sobre o ambiente físico se dá através da mediação de um ambiente social.

Como consequência disso, na ausência de um ambiente social o comportamento verbal não pode nem sequer ser instalado. E, uma vez instalado, na ausência do “outro”, a emissão do comportamento verbal é “inútil” em relação ao ambiente físico. É justamente por conta dessa impotência do comportamento verbal que emerge a consciência.

Suponhamos que uma pessoa que já possui um repertório verbal esteja submetida a determinado estado motivacional (privação ou estimulação aversiva), mas sozinha (na ausência do “outro”). Em um caso como esse, é provável que essa pessoa torne-se ouvinte dela mesma, que desempenhe o papel do “outro”. Se, nesse exemplo, o operante verbal envolvido for o tacto, podemos dizer que a pessoa torna-se consciente do que foi tactado. Por exemplo, se a pessoa olhar ao seu redor, e ao fazer isso emitir as respostas verbais específicas sob controle do que vir, ela estará consciente de seu comportamento de ver.

Vale lembrar que a discriminação verbal do comportamento de ver constitui o mundo de uma pessoa. Em outras palavras, quando uma pessoa tem consciência de seu comportamento perceptivo, ou seja, quando ela emite uma resposta verbal discriminativa sob controle dos estímulos discriminativos percebidos, dizemos que ela passa a ficar sob controle de seu mundo. (Voltaremos a discutir a participação do conceito de mundo, mais adiante, quando tratarmos do autoconhecimento.)

Conhecimento e self: O sujeito do conhecimento

Para finalizar a análise do conhecimento falta tratarmos de sua articulação com o conceito de self. Em outras palavras, temos que nos perguntar pelo *sujeito do conhecimento*.

A primeira constatação que encontramos sobre esse assunto é a de que se o conhecimento é imanente ao comportamento, ou seja, se conhecer é uma propriedade do fluxo comportamental, não faz sentido procurarmos por um sujeito do conhecimento transcendente (*res cogitans*), ou mesmo transcendental (ego puro). Em suma, ao afirmar que o fluxo comportamental tem uma função cognitiva, somos conduzidos à conclusão de que *quem* conhece é o próprio fluxo e, portanto, o sujeito do conhecimento é o próprio comportamento.

Isso vale tanto para o conhecimento não-verbal (prático), quanto para o conhecimento exclusivamente verbal (teórico ou contemplativo). A única diferença é que no segundo caso (conhecimento verbal) quem conhece, “o conhecedor”, é o comportamento verbal.

Autoconhecimento

Podemos agora partir para a análise do *autoconhecimento*. Como o próprio termo sugere, estamos diante de um tipo específico de conhecimento. Por outro lado, se nossa análise se sustenta, todo conhecimento tem como sujeito o comportamento e, portanto, o prefixo *auto* não deve designar a participação de algum tipo especial de sujeito. Mas, então, qual é a especificidade do autoconhecimento?

No entanto, antes de tentarmos responder a essa questão, vale a pena recordar, brevemente, o argumento que defende a necessidade do sujeito transcendental no exame

do autoconhecimento, para que possamos avaliar se podemos ou não abandonar o ego puro em nossa teoria do self.

Autoconhecimento e sujeito transcendental

A primeira observação que pode ser feita em relação ao autoconhecimento, é terminológica. O termo *autoconhecimento* sugere que, nesse caso, o sujeito é também objeto do conhecimento. Tal constatação, segundo o transcendentalismo, fundamenta o argumento da necessidade do sujeito transcendental.

Se não podemos sair da relação entre sujeito e objeto (sempre há um sujeito que conhece, e um objeto que é conhecido), para que, no caso do autoconhecimento, o sujeito torne-se objeto, somos obrigados a postular a existência de um outro sujeito que conhece esse primeiro, convertendo-o em objeto. Mas, se esse segundo sujeito, por sua vez, também puder ser conhecido, temos que considerar a existência de um terceiro sujeito, e assim por diante. Dessa maneira, a defesa do autoconhecimento nos conduziria a um regresso ao infinito.

Segundo o transcendentalismo, isso seria um problema, que pode ser evitado distinguindo-se subjetividade empírica (psicológica) de subjetividade transcendental (Husserl, 1950/2001). Na medida em que o sujeito empírico pode ser conhecido, ele é objeto do conhecimento. Por outro lado, quem conhece, *o conhecedor*, sempre é o sujeito transcendental. Tudo que é conhecido, incluindo o sujeito empírico, é conhecido pelo sujeito transcendental. Esse, por sua vez, nunca pode ser conhecido, o que o caracteriza como um ego puro.

Colocado dessa forma parece que não há outra saída, a não ser aceitar a subjetividade transcendental como limite de uma teoria psicológica do self. No entanto, ao identificarmos o sujeito do conhecimento com o fluxo comportamental, demos o

primeiro passo para contornar o argumento transcendental. A temporalidade característica do fluxo impede a necessidade de aceitarmos o ego puro – o fluxo comportamental está em constante mudança, enquanto que o ego puro é atemporal. (Voltaremos a discutir esse ponto mais adiante.)

No entanto, para evitarmos o argumento transcendental é preciso ainda considerar que o autoconhecimento é um tipo de conhecimento, o que, então, nos remete a perguntar por suas peculiaridades. Se admitirmos que mesmo no caso do autoconhecimento, *quem* conhece é o fluxo comportamental, a diferença só pode estar *naquilo* que é conhecido.

Enquanto no conhecimento, propriamente dito, conhecemos os objetos do ambiente, no autoconhecimento o que é conhecido é próprio comportamento que interage com esses objetos. Nesse sentido, adentramos ao campo do autoconhecimento quando temos consciência do corpo (dos estímulos percebidos e sentidos durante o comportar-se).

Mas, o comportamento que conhece o corpo, será que ele também pode ser conhecido? Responder de forma negativa a essa pergunta não é o mesmo que dar outro nome ao sujeito transcendental? Por outro lado, ao defender que o sujeito do conhecimento pode ser conhecido, não estaríamos aceitando um regresso ao infinito? Para responder a essas questões temos que diferenciar *eu* de *me*⁹.

'Eu' e 'me'

Em termos gramaticais, embora *eu* e *me* sejam pronomes pessoais, eles podem ser distinguidos na medida em que *eu* é um pronome do caso reto, e *me* um pronome do caso oblíquo. Isso quer dizer que *eu* tem função *subjativa* (é empregado como sujeito),

⁹ Essa é uma distinção inicialmente proposta por James (1890/1955), mas que acabou sendo absorvida por boa parte da literatura sobre o self.

enquanto que *me* tem função *objetiva* (é empregado como objeto ou complemento). Além disso, o pronome *me*, por ser oblíquo, pode desempenhar uma função *reflexiva*, quando, então, *me* é simultaneamente sujeito e objeto (a ação do verbo recai sobre o próprio sujeito).

Mas o que essa breve análise gramatical tem a ver com a problemática do self? Podemos partir do nível gramatical em direção a uma discussão ontológica dos termos *eu* e *me* (James, 1890/1955). Se fizermos isso, identificaremos dois tipos de selves: um objetivo (*me*), e outro subjetivo (*eu*).

Quando, no capítulo anterior, falamos do corpo como um dos principais fundamentos do self, estávamos em um nível pré-verbal, no qual ainda não há separação entre *eu* e *me*. Na ausência do comportamento verbal o corpo é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Dessa forma, parece legítimo afirmar que se a função exclusivamente subjetiva do self só surge no comportamento verbal, o estudo da subjetividade, propriamente dita, começa com a participação do comportamento verbal.

É certo que no nível pré-verbal já encontramos um certo grau de autoconhecimento. Podemos dizer que esse *autoconhecimento primitivo*, parte da identidade pessoal fundamentada exclusivamente no corpo. Como, nesse caso, não há a participação do comportamento verbal, esse tipo de autoconhecimento é exclusivamente prático (sempre envolve uma ação prática). Além disso, como não há separação entre *eu* e *me*, o autoconhecimento primitivo consiste no *agir-com-o-corpo*, sem a participação da consciência¹⁰.

Quando o comportamento verbal entra em cena, o autoconhecimento é notadamente alterado. A primeira mudança é o distanciamento em relação à ação

¹⁰ Isso quer dizer que mesmo antes da participação do comportamento verbal, o fluxo comportamental já é discriminado como comportamento do corpo, ou mais especificamente como *meu* comportamento. É claro que enquanto não houver a participação do comportamento verbal, esse *meu* é indissociável de uma ação prática. Mas, o fato a ser destacado é que uma vez que haja constituição do corpo, o comportamento já é pessoal (já é comportamento de alguém).

prática. Com o comportamento verbal, surge a consciência do *meu* corpo e, conseqüentemente, a viabilidade de *contemplar* a atividade desse corpo. Esse distanciamento entre conhecer (comportamento verbal), e o fazer (comportamento não-verbal), desidentifica self e corpo, possibilitando o que James (1890/1955) denomina consciência do self. É justamente com essa desvinculação que surge a distinção entre *eu* e *me*.

O *eu* é o comportamento verbal que conhece, entre outras coisas, o corpo, que na relação com o *eu* torna-se parte do *me*. O autoconhecimento surge com a possibilidade de que o comportamento verbal (*eu*) conheça os diferentes subsistemas do self (*me*). Na medida em que esses subsistemas que compõem o *me* são objetos, podemos dizer que o *me* identifica-se com o mundo e, conseqüentemente, o *eu* conhece o mundo. Como resultado disso, o mundo passa a ser considerado *do eu* (*meu* mundo).

Vale ressaltar que o próprio Skinner (1957), em alguma medida, parece reiterar essa dinâmica entre *eu* e *me*:

“Parte do comportamento de um organismo torna-se uma das variáveis controladoras de outra parte. Existe pelo menos dois sistemas de respostas, um baseado no outro. O de nível superior só pode ser entendido em termos de suas relações com o de nível inferior. A noção de um self interno representa um esforço para representar o fato de que quando o comportamento é composto desse modo, o sistema superior parece guiar ou alterar o inferior” (p. 313).

No entanto, quando consideramos que o conceito de self é imanente ao comportamento, evitamos a noção de self interior, e passamos a tratar a relação entre os sistemas de resposta superior e inferior, como uma relação comportamental. Assim, tanto *eu* (sistema superior), quanto *me* (sistema inferior), é explicado em termos de

comportamento. A vantagem de nossa proposta está no fato de considerar o *eu* como comportamento, o que também é sugerido por Skinner (1957): “o sistema controlador também é em si mesmo comportamento” (p. 313).

Além disso, não podemos nos esquecer que um sistema de respostas pertence a um estado comportamental, que por sua vez é controlado por determinadas contingências. Somado a isso, o *eu* está submetido a outros tipos de variáveis que o determinam e o caracterizam enquanto tal, de momento a momento, como variáveis motivacionais e emocionais. Por conta da conjunção desses muitos fatores em um único ponto, concordamos com Skinner (1957) quando esse caracteriza o falante (que aqui chamamos de *eu*) como um lócus: “um lugar no qual um certo número de variáveis se reúne em uma confluência única, produzindo um acontecimento igualmente único” (p. 313).

Mas dado que essa confluência única de variáveis, se dá no tempo (é parte de um fluxo comportamental), temos de admitir que o *eu* de agora, em algum momento, será substituído por outro *eu*. Em outras palavras, na medida em que a confluência de variáveis é dinâmica, o *eu*, resultante dessa confluência, não será sempre o mesmo. A pergunta que resta é porque essa mudança entre “*eus*” não é percebida enquanto tal? Ou seja, por que há identidade pessoal embora haja um fluxo de “*eus*”?

A resposta é que quando um *eu* é substituído por outro, algumas das variáveis são mantidas, o que tem como resultado o fato do *eu* atual conhecer não só o *me* conhecido pelo *eu* anterior, mas também o próprio *eu* anterior.

Admitindo que o *eu* atual é capaz de conhecer o *eu* que o antecedeu, temos a constituição de um fluxo de “*eus*”, onde o *eu* atual não pode ser conhecido agora, mas o poderá quando for substituído pelo próximo (quando se tornar parte do *me*). Assim, o

comportamento verbal, na medida em que está submetido à temporalidade do fluxo, passa de “conhecedor” a “conhecido”, de sujeito a objeto.

Essa dinâmica nos conduz à interessante conclusão de que o comportamento verbal atual (*eu*) é sempre conhecedor. No entanto, ele não é único. Assim, como no transcendentalismo, defendemos que o *eu* (atual) não pode ser conhecido, mas diferente dele, isso não nos leva a postular a existência de um ego puro. O *eu* situa-se no fluxo comportamental e, por isso, é sempre substituído por outro *eu*, que devido à manutenção de determinadas variáveis, é reconhecido como o mesmo.

Como vimos no capítulo anterior, a estimulação sentida é uma das variáveis que se mantém constante durante o fluxo, fazendo com que o self seja reconhecido como o mesmo, independente de outras mudanças. Além disso, temos a participação de contingências sociais estáveis que mantêm uma certa coerência entre os “eus”. Para analisarmos o papel dessas contingências sociais, temos que adentrar ao campo do conhecimento social.

Conhecimento social

Até aqui analisamos como a pessoa pode se conhecer, o que fizemos através da articulação entre *eu* e *me*. No entanto, para que haja continuidade no fluxo de “eus” é necessária também a participação do conhecimento social, ou seja, o modo como a pessoa é conhecida e reconhecida por outras pessoas.

O conhecimento social, entre outras coisas, é responsável pelo arranjo de contingências sociais que contribui para a constituição e manutenção da identidade pessoal. Em outras palavras, a identidade pessoal (a continuidade do self percebida e sentida no tempo) depende, em certa medida, da constituição de uma identidade social (a continuidade do self percebida por outras pessoas).

Como já mencionamos no capítulo anterior, o conceito de pessoa é social, no sentido de que é construído por uma comunidade verbal. Em outras palavras, para que um organismo seja considerado pessoa, ele deve ter uma identidade reconhecida por uma comunidade verbal.

Dessa forma, na medida em que o autoconhecimento é verbal, temos que admitir que em sua gênese está o conhecimento social¹¹. O que devemos analisar agora é como se dá o conhecimento social e, conseqüentemente, como ele cria a possibilidade de autoconhecimento.

A gênese da identidade social

Perguntar pela identidade social é perguntar como a continuidade do self pode ser reconhecida por outras pessoas. Um dos responsáveis por isso é a percepção da manutenção das qualidades físicas do organismo. Em outras palavras, a aparência de uma pessoa se mantém razoavelmente estável dia após dia, e mesmo as mudanças “naturais”, atribuídas ao desenvolvimento biológico do organismo, são extremamente graduais, se acompanhadas sem grandes intervalos de tempo.

No entanto, as qualidades físicas do organismo não podem ser o único motivo do reconhecimento da identidade social da pessoa, pois se esse fosse o caso, bastaria que a pessoa mudasse o corte de cabelo, deixasse a barba, ou mesmo engordasse, para que ela deixasse de ser considerada como sendo a mesma pessoa. O que controla de forma mais acentuada o reconhecimento social da identidade de uma pessoa é seu padrão comportamental.

O reconhecimento de um padrão comportamental possibilita, por exemplo, que distingamos dois gêmeos idênticos (embora, nesse caso, os atributos físicos dos

¹¹ Não estamos afirmando aqui que o autoconhecimento depende única e exclusivamente do conhecimento social. Já sabemos que o corpo é também um importante fundamento para a identidade pessoal e, conseqüentemente, para o autoconhecimento.

organismos sejam idênticos, a diferença comportamental nos permite falar em duas pessoas singulares).

Contudo, a singularidade da pessoa é relativa. Encontramos a participação de padrões comportamentais duradouros e estáveis, mas também de padrões eventuais e transitórios. Dessa forma, o estabelecimento da identidade social, embora não despreze os estados comportamentais transitórios, está fundamentado nos estados estáveis, responsáveis pela caracterização da personalidade de uma pessoa.

A identificação de estados comportamentais estáveis é, geralmente, descrita através dos *traços de caráter* (Skinner, 1953). Assim, é comum que uma pessoa seja classificada como bem-humorada, melancólica, alegre, ingênua, preguiçosa, e assim por diante. Todos esses termos designam uma probabilidade (disposição) para determinado comportamento, e não algum atributo interno e obscuro. Quando empregamos palavras desse tipo para descrever uma pessoa estamos, simplesmente, dizendo que ela geralmente se comporta de uma determinada maneira.

Por outro lado, a mudança em um padrão comportamental estável pode ser suficiente para que a pessoa deixe de ser reconhecida como a mesma. Uma pessoa socialmente caracterizada como melancólica, e que, por algum motivo, passa a apresentar um padrão comportamental incompatível com essa classificação, pode ser considerada como “outra pessoa”. O reconhecimento dessa mudança, geralmente, repercute no autoconhecimento, de modo que essa pessoa pode dizer que “se sente como se fosse outra pessoa”¹².

¹² O contrário também é verdadeiro. Alguém que altera seu padrão comportamental (por exemplo, por influência de um processo terapêutico), sem que isso seja acompanhado de reconhecimento social (supondo, por exemplo, que se trate de uma mudança muito sutil, do ponto de vista social), pode não discriminar a mudança, e achar que “tudo continua da mesma forma”. Isso sugere que um processo terapêutico tem maior probabilidade de ser bem sucedido se levar em consideração a importância do reconhecimento social da mudança comportamental almejada.

Dessa forma, a identidade social é construída a partir da observação de padrões comportamentais estáveis. Podemos especular que a gênese desses padrões estáveis está na própria comunidade verbal. Nesse sentido, a comunidade não opera apenas selecionando padrões estáveis já existentes, mas também os criando. Com isso, não corremos o risco de ter que defender a existência de um “temperamento” totalmente inato, que seja responsável pelos padrões comportamentais próprios de cada indivíduo¹³. (Se quem instala e mantém os padrões comportamentais é a própria comunidade verbal, é razoável afirmar que a identidade social depende exclusivamente da comunidade verbal.)

Conhecimento social e feelings

Podemos agora tratar, brevemente, de uma questão que geralmente perpassa a discussão do conhecimento social. Como é possível conhecer (ou mesmo reconhecer) aquilo que outra pessoa está sentindo? Em outras palavras, como podemos lidar com os feelings de outras pessoas na construção da identidade social?

Na tentativa de encontrar uma resposta a essas questões, Köhler (1929/1970) critica dois modos tradicionais de lidar com o problema. O primeiro deles diz respeito à concepção adotada pelos filósofos, e consiste em admitir que, embora não percebamos *diretamente* as “experiências subjetivas”¹⁴ de outras pessoas, podemos partir do conhecimento da conexão entre o que sinto e como me comporto, construindo uma inferência por analogia: observando as mudanças que ocorrem na superfície do organismo, posso inferir a existência de uma experiência similar a que eu teria na mesma situação.

¹³ É claro que podemos considerar a possibilidade de disposições filogeneticamente selecionadas. Mas mesmo nesse caso sua manutenção depende das consequências reforçadoras produzidas na ontogênese. Em outras palavras, a determinação do “temperamento” de um organismo é tanto filogenética, quanto ontogenética.

¹⁴ Essa expressão é empregada por Köhler (1929/1970).

A segunda tentativa de resolver o problema do conhecimento social do que é sentido é atribuída por Köhler (1929/1970) aos psicólogos. Esses partem da mesma premissa – de que o conhecimento das “experiências subjetivas” de outras pessoas é *indireto* –, mas defendem que a inferência se dá a partir de um processo de *associação* entre o que é percebido e o que é sentido em nós mesmos. Desse modo, quando nos deparamos com a percepção das mudanças na superfície de um organismo, automaticamente, nos lembramos de como nos sentimos em uma situação similar. Trata-se, portanto, de uma forma de *assimilação* (Köhler).

Segundo Köhler (1929/1970), tanto filósofos, quanto psicólogos partem de uma premissa falsa: de que o conhecimento social do que é sentido é um processo indireto. A proposta de Köhler fundamenta-se no fato de haver importantes *semelhanças formais* entre feelings e o comportamento percebido. Não podemos fazer, aqui, uma análise exaustiva dessas semelhanças, bastando, portanto, mencionar um exemplo citado por Köhler:

“Em minha presença dois cientistas russos estão conversando, em seu idioma, sobre uma questão da qual têm uma longa discordância. (...) Por um momento a cena é calma. Subitamente, contudo, a cabeça do homem da esquerda se move para trás, como se tivesse sido atingida por algo, e a partir desse momento tanto o tom de sua voz, como a expressão de seu rosto, passa a exibir certa dureza. Em seguida, o comportamento do outro homem também muda; sou tentado a aplicar-lhe o termo musical *crescendo*. O mesmo fenômeno começa agora a aparecer no homem da esquerda. Ele também fala e age com mais e mais intensidade, de modo que toda a cena se aproxima de um grande estado de agitação” (p. 228).

Nesse exemplo podemos perceber alguns termos que, geralmente, descrevem propriedades perceptuais objetivas (dureza, crescendo, agitação) são empregados para descrever experiências subjetivas. Segundo Köhler (1929/1970), isso não é uma coincidência. O sucesso desse emprego, bem como a alta frequência com que isso acontece no nosso cotidiano (e em, praticamente, todos os idiomas), se deve ao fato de que objetos percebidos e feelings têm traços *idênticos*. Assim como descrevemos uma corda esticada como *tensa*, podemos *legitimamente* dizer que determinada experiência subjetiva é *tensa*. Da mesma forma, é também legítimo empregar adjetivos como *calmo*, *tranqüilo*, *sombrio*, e *melancólico* a um quadro, ou mesmo a uma paisagem, visto que podemos encontrar as mesmas características responsáveis por tais classificações, tanto em organismos, quanto em objetos inanimados (Koffka, 1935).

Como resultado desse fato, é possível concluir que o comportamento, tal como o percebemos, tem um sentido imanente: sua função. Além disso, os estímulos sentidos têm a mesma função dos estímulos percebidos durante o comportamento. Portanto, se compreendermos o sentido (função) do comportamento observado, estaremos compreendendo *diretamente* o sentido dos feelings (Köhler, 1929/1970).

Essa intrigante conclusão nos remete à discussão do sentido do comportamento no behaviorismo radical. Em termos técnicos, quando, no behaviorismo radical, falamos do sentido (ou função) de um comportamento, estamos falando das variáveis que controlam esse comportamento. Assim, podemos concordar com Köhler (1929/1970) dizendo que se conhecermos as contingências envolvidas com determinado comportamento, saberemos como a pessoa se comporta, bem como ela se sente.

Uma última importante decorrência do fato do comportamento ter um sentido imanente é que se torna inviável, e até mesmo desnecessário, ambicionar uma descrição do comportamento isenta desse sentido. Até mesmo Watson, que defendia a necessidade

de tal isenção, nem sempre foi capaz de alcançá-la. Por exemplo, ao descrever o comportamento de uma criança em um de seus experimentos, esse autor diz:

“Ele *estendeu o braço para* tocar a cabeça do animal com o dedo indicador da mão esquerda, mas afastou-o subitamente antes do contato. [Lã foi apresentada para criança em um papel de embrulho] (...) Ele, então, começou a brincar com o papel, *evitando a própria lã*” (*apud* Köhler, 1929/1970, p. 233, grifos meus).

Quando Watson fala que a criança “estendeu o braço para”, ou que essa brinca “evitando a lã”, ele está sob controle do sentido imanente do comportamento observado. “Estender o braço para” é sinônimo de “ter a intenção de”, e isso não quer dizer que ao empregar essas expressões estamos inferindo uma experiência interna e anterior ao comportamento. Na medida que todo comportamento tem uma função, o comportamento é, em si mesmo, intencional¹⁵.

Self e cultura

Com base na discussão anterior, podemos construir uma interessante conclusão. Alguém que está exposto às mesmas contingências sociais (cultura¹⁶) durante toda sua vida, apresentará, possivelmente, pouca discrepância entre os diferentes “eus” de seu fluxo comportamental. Isso porque qualquer “desvio” do padrão comportamental pode ser punido e, conseqüentemente, extinto. Como resultado disso, o self dessa pessoa será razoavelmente simples (no sentido de que os “eus” que se sucedem são praticamente idênticos) e bastante dependente de contingências sociais.

¹⁵ Essa mesma conclusão pode ser encontrada em Tolman (1932/1967), que defende o propósito como uma das características do comportamento molar. No entanto, tentar estabelecer um diálogo entre o behaviorismo de Tolman e o behaviorismo radical é tarefa para um outro trabalho.

¹⁶ Skinner (1971) define cultura como um conjunto de contingências sociais.

Por outro lado, alguém que foi exposto a diferentes contingências sociais (a diferentes culturas) apresentará uma pluralidade de “*eus*”, alguns compatíveis entre si, outros nem tanto. Nessa situação, o self é complexo e emerge da compatibilidade entre os diferentes “*eus*”, tornando-se, por esse motivo, razoavelmente, independente da cultura na qual esse *eu* está, atualmente, inserido.

A compatibilidade, ou mais precisamente a coerência, entre a pluralidade de “*eus*” nos remete à pergunta: o que promove tal coerência? Ao tentar responder a essa questão, adentramos ao campo da ética. Isso porque, ainda que admitamos a possibilidade de uma coexistência de “*eus*” incoerentes, do ponto de vista ético, isso não é desejável.

Esse self complexo e coerente é o último passo de uma teoria do self. Diz respeito à constituição de um sujeito moral que, de acordo com a ética skinneriana, é um sujeito que se comporta em função do bem dos outros e, principalmente, do bem das culturas (Skinner, 1971). Em outras palavras, um sujeito moral é aquele que se relacionar com outros sujeitos, sem convertê-los em objetos; é aquele sujeito que em suas relações sociais se pauta pelo respeito ao outro; é um sujeito que não impõe seu self sobre os outros.

Dessa forma, podemos dizer que um estudo da subjetividade no behaviorismo radical, tal como foi delineado por este trabalho, culmina em um desafio: como promover um self que inclua um sujeito moral, entendido como o “regulador” dos demais subsistemas? Uma resposta a essa questão só pode ser dada por uma teoria ética, o que ultrapassa os limites deste trabalho.

Conclusão

Neste capítulo chegamos a interessantes conclusões no que diz respeito ao conceito de conhecimento. A primeira delas é que se trata de um conceito disposicional. Isso quer dizer que o conhecimento deve ser entendido como a descrição da atuação de determinado estado comportamental.

Seguindo essa conclusão, admitimos que o estado comportamental *conhecimento* é uma *disposição aberta* o que afasta uma interpretação positivista lógica dos estados comportamentais. Além disso, admitindo a natureza determinável do conhecimento, aceitamos que esse estado pode ser atualizado por eventos comportamentais distintos, incluindo respostas verbais. Quando esse for o caso nos deparamos com o chamado conhecimento teórico.

A participação do comportamento verbal no conhecimento é responsável pela emergência da consciência. Assim, conhecimento teórico identifica-se com conhecimento consciente. Além disso, como vimos em capítulos anteriores, ter consciência do que percebemos é ter consciência de como percebemos, o que nos remete ao conceito de mundo. Nesse sentido, na medida em que o conhecimento verbal (consciente) é conhecimento do *nosso* mundo, já se trata de autoconhecimento.

As discussões levantadas neste capítulo, também foram responsáveis por uma melhor compreensão do conceito de self. Enquanto no nível pré-verbal self identifica-se com *corpo que age*, com a participação do comportamento verbal self passa a ter uma parte subjetiva (*eu*), e outra objetiva (*me*). Subjetividade, nesse sentido, está relacionada à discussão do *eu*, que por ser parte do fluxo comportamental, com o tempo torna-se *me*.

Um dos fatores responsáveis pela manutenção da identidade pessoal no transcorrer do fluxo comportamental são as contingências sociais. A identidade pessoal, bem como o autoconhecimento, dependem da identidade social, que por fundamentar-se

na observação do comportamento, deve ser considerada como um processo *direto*. Isso quer dizer que o conhecimento social (como uma pessoa conhece o self de outra) não se identifica com um processo de inferência, que parte do comportamento em direção a uma mente transcendente, ou a um self interno. Conhecer uma pessoa é conhecer seu comportamento.

Além disso, empregando conceitos anteriormente apresentados, podemos dizer que o *eu* com o passar do tempo torna-se parte do mundo, fazendo com que esse mundo torne-se pessoal (mundo de alguém). Dessa forma, o *eu* é o comportamento verbal que é “proprietário” tanto do corpo, quanto do mundo (o *eu* fala de *seu* corpo, e de *seu* mundo). Assim, o *eu* muda mantendo sua identidade, graças a uma identidade social preservada por contingências sociais estáveis, bem como à manutenção da estabilidade e à constância da estimulação corpórea sentida.

Por conta disso, se resgatarmos o conceito de pessoa, apresentado no capítulo anterior, chegaremos a uma conclusão bem similar a de James (1890/1955); de que “a personalidade implica na incessante presença de dois elementos: uma pessoa objetiva conhecida por um Pensamento subjetivo passageiro, reconhecido como contínuo no tempo” (p. 239).

CONCLUSÃO

Começamos este trabalho levantando a hipótese de que era viável empreender um estudo da subjetividade no behaviorismo radical, prescindindo da teoria de eventos privados. Percorrido todo um itinerário temos, agora, que nos voltar para esse objetivo e avaliar em que medida ele foi alcançado.

No entanto, antes de analisar os resultados, é preciso mencionar as peculiaridades da interpretação do behaviorismo radical adotada neste trabalho. Essa prioridade justifica-se pelo fato de partimos da tese de que qualquer teoria (científica ou não) é organizada e dirigida por uma visão-de-mundo (que chamamos, aqui, de metafísica) (Burt, 1932/1983). No entanto, nem sempre (para não dizer nunca) uma teoria adota uma metafísica totalmente coerente. Assim, a teoria acaba por apresentar algumas partes incoerentes entre si. É a partir desse fato que uma mesma teoria passa a admitir mais de uma interpretação possível.

De acordo com essa proposta, a explicitação dos pressupostos filosóficos de uma teoria é uma etapa indispensável para sua interpretação. Dessa forma, uma das preocupações do presente trabalho foi explicitar, desde o início, a metafísica que foi adotada na interpretação do behaviorismo radical. No entanto, é preciso deixar claro que, ao fazer isso, estamos apenas delimitando os contornos de nossa interpretação e, em momento algum, estamos preocupados com o valor de *verdade* dessa interpretação. O critério de verdade não se aplica na escolha de uma metafísica. A escolha de uma metafísica para interpretar determinada teoria pauta-se nos resultados dessa escolha como, por exemplo, a possibilidade de diálogo com outras teorias, o delineamento de afinidades e influências, e a compreensão dos conceitos propostos pela teoria a ser interpretada¹.

¹ No presente trabalho encontramos praticamente todos esses resultados. Promovemos o diálogo do behaviorismo radical com a filosofia analítica de Ryle (1949/1980), com a psicologia de James

Assim, a interpretação do behaviorismo radical defendida aqui se embasa em uma metafísica que, por priorizar a categoria *relação*, chamamos de relacional. Trata-se de uma metafísica que preza a imanência na explicação do comportamento, excluindo, assim, qualquer entidade transcendente à relação comportamental. Como resultado da adoção dessa metafísica afastamos o behaviorismo radical de uma série de doutrinas filosóficas, como por exemplo, substancialismo, fisicalismo, realismo, idealismo, positivismo lógico, externalismo, e internalismo. Por outro lado, isso abre caminho para diálogos com outras tradições, tais como: pragmatismo (principalmente na sua vertente instrumentalista), filosofia analítica e hermenêutica filosófica².

Esse preâmbulo metodológico faz-se necessário porque boa parte dos argumentos empregados no decorrer do trabalho fundamenta-se no conflito entre a metafísica relacional e outras visões-de-mundo adotadas para interpretar o behaviorismo radical. Dessa forma, podemos definir este trabalho como uma proposta de interpretação, que parte da metafísica relacional para construir uma teoria da subjetividade no behaviorismo radical. Voltemo-nos, então, à análise dos resultados alcançados por essa proposta.

A crítica à teoria de eventos privados, construída neste trabalho, pautou-se basicamente em dois argumentos. O primeiro diz respeito à tradição filosófica a qual o behaviorismo radical se filia. Defendemos que a problemática da acessibilidade, que embasa a teoria de eventos privados, chega ao behaviorismo radical por uma via filosófica ilegítima (dualismo, fisicalismo, empirismo, e positivismo lógico).

(1890/1955), e com a psicologia da *Gestalt* (Koffka, 1935; Köhler, 1929/1970). Além disso, o conceito de comportamento, crucial para o behaviorismo radical, foi definido a partir da metafísica adotada.

² Por fugir ao objetivo do trabalho, esse diálogo não foi devidamente explorado. No entanto, é possível encontrar passagens em textos skinnerianos que parecem apontar a viabilidade do diálogo entre behaviorismo radical e hermenêutica filosófica. Um exemplo interessante, pode ser encontrado no penúltimo parágrafo do livro *Verbal Behavior*, que começa com a seguinte afirmação: “É uma consequência salutar, desse ponto de vista, aceitar o fato de que o pensamento de grandes homens nos é inacessível nos dias de hoje. Quando estudamos grandes obras, estudamos o efeito *sobre nós* do registro sobrevivente do comportamento de homens. É *nosso* comportamento com respeito a tais registros que observamos, estudamos *nosso* pensamento, não o deles” (Skinner, 1957, p. 452).

O segundo argumento, que em um certo sentido é um desdobramento do primeiro, diz respeito a um equívoco na interpretação do conceito de estímulo (evento ambiental), que nos encaminha para uma interpretação fisicalista e reducionista.

Em suma, a teoria de eventos privados, que tem em sua raiz a preocupação com a acessibilidade, é inconciliável com uma interpretação relacional do behaviorismo radical. De acordo com essa interpretação, o estímulo não é uma entidade imutável e *externa* à relação comportamental: tanto estímulo, quanto resposta constituem-se *a partir* do comportamento (relação).

Sendo assim, podemos concluir que a tese de que “uma parte do universo está contida dentro da pele de cada um de nós” (Skinner, 1974, p. 21) não nos conduz à defesa da privacidade. Em outras palavras, a existência de estímulos corporais sentidos não legitima a afirmação de que a pessoa que sente tem um acesso privilegiado a esses estímulos. A problemática da acessibilidade pertence a um discurso filosófico do qual o behaviorismo radical se distancia.

Quando Watson (1913/1998, 1930/1924), por exemplo, identifica os eventos privados com a atividade de glândulas (no caso das emoções), com a fala subvocal (no caso do pensamento), ou mesmo quando questiona sua existência (no caso das imagens), ele o faz de dentro do fisicalismo. Nesse caso, os eventos privados são eventos fisiológicos e, por esse motivo, seu estudo é tarefa da fisiologia.

Quando o behaviorismo metodológico (Boring, 1945; Feigl, 1945) ignora a possibilidade do estudo científico dos eventos privados, ele o faz a partir de um comprometimento com o positivismo lógico – mais especificamente com o critério de verdade por consenso – e com o epifenomenalismo. Assim, temos de um lado o dualismo, defendendo a impossibilidade de identificarmos eventos privados com eventos físicos (eventos privados são eventos mentais), e de outro o epifenomenalismo,

que garante a autonomia do estudo de eventos físicos (os eventos privados não têm influência sobre os eventos públicos).

Já o behaviorismo radical não se filia nem com o fisicalismo, nem com o dualismo epifenomenalista³. Os chamados eventos privados são interpretados pelo behaviorismo radical como estímulos corporais sentidos. A discriminação verbal desses estímulos é ensinada por uma comunidade verbal, que ao fazer isso constrói (altera) a função desses estímulos. Se a comunidade em questão não for mentalista, a construção da função dos estímulos sentidos seguirá uma estrita relação com as contingências. Assim, o processo de ensino da discriminação verbal de estímulos corporais sentidos parte das contingências e não do que é sentido.

Com isso, chegamos a uma interessante conclusão. A teoria de eventos privados, que descreve uma série de manobras por parte da comunidade verbal para o ensino da discriminação verbal de estímulos sentidos, parece que só se sustenta partir de uma comunidade verbal mentalista. Em outras palavras, a preocupação com o *acesso* ao que é sentido surge quando a relação entre estímulos percebidos, estímulos sentidos e contingências deixa de ser considerada.

Se adotarmos uma interpretação relacional, admitiremos que a função do estímulo é construída na inter-relação entre a pessoa, a comunidade verbal e o ambiente. Dessa forma, se a comunidade verbal conhecer as contingências que estão operando em um determinado momento, saberá como a pessoa se sente, sem que para isso necessite de uma teoria de eventos privados. (A comunidade verbal está preocupada em descrever contingências, não em *acessar* o que é sentido. Como todo estímulo, o que é sentido está subordinado ao comportamento, cuja explicação repousa nas contingências.)

³ Novamente é preciso ressaltar que essa afirmação está contextualizada pela interpretação construída por este trabalho. A princípio temos que admitir a possibilidade de uma interpretação fisicalista do behaviorismo radical, mas isso colocaria a questão: onde está a radicalidade do behaviorismo radical? Ou ainda, qual é a peculiaridade desse tipo de behaviorismo, quando comparado a outros “behaviorismos”?

Além disso, o conceito de corpo, aqui defendido, é a atividade do organismo percebida e sentida ao mesmo tempo. Dessa forma, quando discriminamos verbalmente como nos comportamos temos consciência do nosso corpo (nos comportamos *com* nosso corpo). Se a comunidade verbal reconhecer o conceito de corpo, saberá que os estímulos percebidos durante a atividade comportamental do organismo têm a mesma função dos estímulos sentidos. Logo, o ensino da discriminação verbal do que é sentido, ao contrário do que defende a teoria de eventos privados, pode ser considerado um processo direto.

Mas como fica a subjetividade diante dessa concepção? Será que diante dessa proposta devemos defender que a subjetividade identifica-se com os estímulos corporais sentidos? Uma maneira de começar a responder a essas questões é definir o termo *subjetivo* como o que é próprio de um sujeito. Essa estratégia nos remete ao conceito de self.

A constituição do self começa com o corpo entendido como a parte mais estável do ambiente (Skinner, 1971). Isso quer dizer que através de contingências discriminativas naturais (antes da participação do comportamento verbal), o self identifica-se, inicialmente, com o *corpo-que-se-comporta*.

Com a participação do comportamento verbal surge a possibilidade de um comportamento desprendido da ação prática, um comportamento controlado pelo *agir-com-corpo*. A partir desse ponto, self passa a ser o comportamento verbal que, ora é controlado pelo comportamento não-verbal anterior (o comportamento que observa o comportar-se), ora controla o comportamento subsequente. Nesse segundo caso, na relação entre o comportamento verbal e o comportamento subsequente, surge a tendência de se postular um self de natureza não-comportamental. Como a atividade verbal pode ocorrer sem ser percebida pela comunidade verbal (comportamento verbal

encoberto), a ação do comportamento verbal sobre o corpo tende a ser considerada como evidência da presença de um agente do comportamento⁴.

Além disso, como todo comportamento é parte de um fluxo comportamental – que está em constante mudança –, o comportamento verbal atual pode alterar a probabilidade de emissão de comportamentos futuros⁵, mas só pode conhecer e reconhecer o comportamento que já tenha ocorrido. Assim, na discriminação verbal está submetida a um atraso em relação ao comportamento atual (só podemos ter consciência do comportamento passado).

Voltemos, então, ao conceito de subjetividade. Admitindo que subjetivo é aquilo que pertence a um sujeito, e que este sujeito identifica-se com o comportamento verbal, parece razoável afirmar que a subjetividade é o produto do comportamento verbal. O primeiro desses produtos é o mundo, que surge com a discriminação verbal (consciência) do ambiente. Dessa forma, na medida em que depende da atuação do comportamento verbal, o mundo é subjetivo.

Um segundo componente subjetivo é o corpo. Embora o corpo tenha origem em contingências naturais, sua discriminação verbal é a grande responsável pela constituição do self reflexivo. O comportamento verbal controlado pelo corpo está na raiz do autoconhecimento e, conseqüentemente, do autocontrole. O corpo verbalmente discriminado é o que conhecemos de nosso comportamento, e de nós mesmos. Dessa forma, com a discriminação verbal o corpo torna-se subjetivo.

Há pelo menos duas características desse conceito de subjetividade, construído com base no comportamento verbal, que precisam ser mencionadas. A primeira delas é

⁴ Nesse ponto é possível entender por que James (1890/1955) identifica o self espiritual (o mais interno dos selves) com uma intensa atividade localizada na cabeça. Parece razoável supor que a região da cabeça, entre os olhos e a garganta, seja bastante ativa no comportamento verbal vocal, mesmo quando esse comportamento é encoberto.

⁵ Quando dizemos que o comportamento verbal atual altera a probabilidade de emissão do comportamento subsequente, subentende-se que isso se dá através de estímulos produzidos na relação entre esses dois comportamentos.

a desvinculação com a privacidade. O discurso sobre a subjetividade não envolve a discussão sobre a acessibilidade a eventos. Em outras palavras, em momento algum o adjetivo *subjetivo* se confunde com algo interno, inefável ou mesmo inacessível.

A segunda característica dessa concepção de subjetividade é decorrente do tipo de processo envolvido. Uma vez que a subjetividade é produto da discriminação verbal e, portanto, depende de contingências sociais (organizadas por uma comunidade verbal), podemos dizer que a subjetividade é social. A subjetividade constitui-se na relação entre comportamento verbal e comunidade verbal. Logo, tanto mundo, quanto corpo são produtos sociais.

No entanto, quando afirmamos que a constituição da subjetividade depende da atuação de uma comunidade verbal, isso não quer dizer que a pessoa seja passiva nesse processo. Exemplos dessa atuação são as metáforas e metonímias (Skinner, 1957). Por tratar-se de variações do comportamento verbal, as metáforas e metonímias são casos em que a pessoa constrói pelo menos parte de sua subjetividade, sem o ensino direto da comunidade verbal.

Há ainda uma outra possibilidade da pessoa participar ativamente da constituição da subjetividade: expondo-se a diferentes comunidades verbais. Na medida em que cada comunidade verbal organiza contingências de acordo com um critério próprio, a exposição a diferentes comunidades cria diferentes selves relacionados entre si⁶. Como resultado desse processo surge um self complexo (que inclui vários subsistemas) capaz de agir com razoável independência de contingências sociais. Nesse caso, a subjetividade ultrapassa os limites da cultura em que a pessoa está inserida: o mundo e o corpo dessa pessoa tornam-se razoavelmente independentes de conseqüências sociais.

⁶ Essa relação entre diferentes selves depende da manutenção da estabilidade das contingências que mantém a singularidade do corpo e, conseqüentemente, a identidade pessoal. Assim, dizer que diferentes selves estão relacionados é o mesmo que dizer que eles são subsistemas de um mesmo self.

Em contrapartida, é preciso analisar o adjetivo *objetivo*. Se *subjetivo* diz respeito ao que é do sujeito, *objetivo* diz respeito aos objetos. Nesse ponto é preciso diferenciar estímulo de objeto. Estímulo é qualquer evento ambiental constituído em uma relação comportamental, graças a processos comportamentais. Em outras palavras, a função de um estímulo é estabelecida por contingências. Assim, contingências estáveis produzem estímulos com funções estáveis. É nesse contexto em que encontramos o conceito de objeto. Objeto é um estímulo que tem uma função específica e bastante estável. (Todo objeto é um estímulo, mas nem todo estímulo é objeto.)

Assim, podemos dizer que a objetividade está no comportar-se em relação à função específica do estímulo. Embora essa especificidade, muitas vezes, tenha origem em contingências naturais, a comunidade verbal também pode arranjar *contingências objetivas* (responsáveis pela constituição de objetos). Dessa forma, uma comunidade que exige um responder em relação a uma função específica dos estímulos, reduz drasticamente a subjetividade de seus membros (como no caso da comunidade científica). Por outro lado, uma comunidade cuja variação não é punida, produzirá uma subjetividade mais rica, com sujeitos que participam ativamente da construção da subjetividade.

No entanto, a oposição entre subjetividade e objetividade não deve ser considerada como dicotômica. Não há uma subjetividade pura, assim como não há pura objetividade. Mesmo uma comunidade bastante objetiva, como a científica, avança a partir de variações subjetivas⁷. Por outro lado, alguém, como um artista, que tenta se desvencilhar ao máximo da objetividade, construindo novas funções para estímulos, só

⁷ Isso parece nos aproximar da proposta de Kuhn (1962/2003). Segundo esse autor, “as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente (...) de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma” (p. 126).

pode fazer isso partindo dos objetos⁸. Dessa forma, a rigor temos de admitir que mesmo corpo e mundo não são totalmente subjetivos. Na constituição de ambos encontramos tanto aspectos objetivos, quanto subjetivos. No caso do mundo, por exemplo, o aspecto objetivo é encontrado na sua correspondência com o ambiente.

Em virtude desse modo de tratar a relação entre subjetividade e objetividade, o behaviorismo radical pode ter uma considerável contribuição para um dos principais temas debatidos na história da psicologia científica: a dicotomia *subjetivo-objetivo*. A importância dessa dicotomia é tamanha que alguns autores consideram que a partir dela é possível organizar toda a história da psicologia científica (Foulquié & Deledalle, 1951/1965).

Mesmo quando não se exagera tanto a importância da dicotomia *subjetivo-objetivo*, é ainda possível encontrar momentos em que ela praticamente polarizou a discussão psicológica da época. Podemos citar, pelo menos, dois momentos em que isso aconteceu. Um deles se deu nos Estados Unidos (na primeira metade do século XX) e versava basicamente sobre o objeto de estudo de uma ciência psicológica. Foi desencadeado por Watson (1913/1998) quando criticou o estudo da experiência consciente, por considerá-la subjetiva. O segundo momento pode ser encontrado na Alemanha (entre o final do século XIX e início do século XX) com o debate entre Psicologia positivista e Psicologia compreensiva (Koffka, 1935). Embora nesse caso a discussão visasse, basicamente, o método empregado por uma psicologia científica, a dicotomia *subjetivo-objetivo* também fazia parte do debate⁹.

No entanto, quando tentamos enquadrar o behaviorismo radical no debate entre Psicologia subjetiva e Psicologia objetiva, enfrentamos algumas dificuldades. Em

⁸ Paradoxalmente, quando uma obra de arte tem seu valor reconhecido, ela adquire uma função bastante específica (contemplar) ou, em outras palavras, torna-se um objeto.

⁹ Nas duas psicologias o objeto de estudo era a experiência consciente. No entanto, enquanto a vertente positivista defendia um estudo através dos correlatos fisiológicos (método objetivo), a psicologia compreensiva defendia seu estudo através da introspecção não-experimental (método subjetivo).

relação ao método, o behaviorismo radical não está interessado nos correlatos fisiológicos dos estímulos sentidos. Além disso, como já mencionamos, o behaviorismo radical não se filia nem com o fisicalismo, do qual parte Watson, nem com o dualismo epifenomenalista do behaviorismo metodológico. Será que devemos, então, concluir que o behaviorismo radical vincula-se à Psicologia subjetiva?

A resposta é não. Ao negar um estudo fisiológico do que é sentido, o behaviorismo radical não recai no introspeccionismo. O que é sentido são estímulos corporais. Desse fato segue-se que como qualquer outro estímulo, o que é sentido define-se por sua função. Além disso, os estímulos sentidos são parte do corpo, que é *ao mesmo tempo* percebido e sentido. Com isso, os estímulos corporais sentidos (bem como os percebidos) têm sua função estabelecida por contingências, que não dependem da introspecção para serem conhecidas.

Dessa forma, o behaviorismo radical parece desconstruir a querela *objetivismo-subjetivismo*. Não há prioridade nem da subjetividade, nem da objetividade. A prioridade está no comportamento. Partimos do comportamento, entendido como uma relação inextrincável entre organismo e ambiente, e em momento algum saímos do campo comportamental. É justamente nesse fato que se encontra a radicalidade do behaviorismo radical.

O behaviorismo é radical quando leva às últimas conseqüências a tese de que o comportamento é um conceito legitimamente psicológico. Mesmo a subjetividade – considerada, muitas vezes, como o reduto de uma natureza interna e não-comportamental – é explicada pelo behaviorismo radical em termos de comportamento (no caso, comportamento verbal). Portanto, a radicalidade do behaviorismo radical está na constituição de uma explicação psicológica do homem que não precisa recorrer a entidades não-comportamentais.

Com isso, parece que é só no behaviorismo radical que o termo *behaviorismo* ganha um sentido legítimo. Em outras palavras, para que uma teoria seja classificada como behaviorista não basta que ela parta do comportamento, é preciso que se mantenha no campo comportamental. Assim, teorias psicológicas que partem do comportamento, mas o subordinam a instâncias fisiológicas ou mentais, não são radicais e, portanto, não são propriamente behavioristas.

REFERÊNCIAS

- Aristóteles. (Trad. 1985). *Categories* (J. L. Ackrill, Trad.). Em J. Barnes (Org.), *The Complete Works of Aristotle, vol. 1* (pp. 3-24). New Jersey: Princeton University Press.
- Aristóteles. (Trad. 2001). *De Anima* (C. H. Gomes, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Bambrough, R. (1963). *The philosophy of Aristotle*. New York: The New American Library.
- Bleger, J. (1980). *Psicología de la conducta*. Buenos Aires: Paidós. (Originalmente publicado em 1963)
- Borges, J. L. (1976). *Ficções*. (C. Nejar, Trad.) Porto Alegre: Editora Globo. (Original publicado em 1969)
- Boring, E. G. (1945). The use of operational definitions in science. *Psychological Review*, 52, 243-245.
- Burt, E. A. (1983). *As bases metafísicas da ciência moderna*. (J. Viegas Filho & O. A. Henriques, Trans.) Brasília: Editora da Universidade de Brasília. (Original publicado em 1932)
- Cambridge international dictionary of English* (1999). Cambridge: Cambridge University Press.
- Carnap, R. (1965). *Psicologia en lenguaje fisicalista*. (L. Aldama, U. Frisch, C. N. Molina, F. M. Torner & R. R. Harrel, Trans.) Em A. J. Ayer (Org.), *El positivismo lógico* (pp. 171-204). México: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1932-33)
- Darwin, C. (1980). *The origin of species by means of natural selection*. Em R. M. Hutchins (Org.), *The Great Books of the Western World, vol. 49* (pp. 01-251). Chicago: Encyclopedia Britannica. (Originalmente publicado em 1859)

Descartes, R. (1979). *Meditações metafísicas*. (J. Guinsburg & B. Prado Jr., Trads.) Em V. Civita (Org.), *Coleção Os Pensadores, vol. 15* (pp. 81-150). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1641)

Dewey, J. (1981). The reflex arc concept in psychology. Em J. J. McDermott (org.), *The philosophy of John Dewey*. Chicago: The University of Chicago Press. (Originalmente publicado em 1896)

Feigl, H. (1945). Operationism and scientific method. *Psychological Review*, 52, 250-259.

Foulquié, P. & Deledalle, G. (1965). *A psicologia contemporânea*. (H. C. Campos, Trad.) São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1951)

Garcia-Roza, L. A. (1972). *Psicologia estrutural em Kurt Lewin*. Petrópolis: Editora Vozes.

Heidbreder, E. (1975). *Psicologias do século XX*. (L. S. Blandy, Trad.) São Paulo: Editora Mestre Jou. (Original publicado em 1933)

Herrnstein, R. J. & Boring, E. G. (1971). *Textos básicos de história da psicologia*. (D. M. Leite, Trad.) São Paulo: Editora Herder. (Original publicado em 1965)

Hume, D. (1980). *Investigação sobre o entendimento humano*. (A. Morão, Trad.) Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1748)

Hume, D. (2000). Do entendimento. (D. Danowski, Trad.) Em *Tratado da Natureza Humana* (pp. 15-306). São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial. (Original Publicado em 1739)

Husserl, E. (2001). *Meditações cartesianas: Introdução à fenomenologia*. (F. de Oliveira, Trad.) São Paulo: Madras. (Original publicado em 1950)

James, W. (1955). *The principles of psychology*. Em R. M. Hutchins (Org.), *Great Books of the Western World, vol. 53*. Chicago: Encyclopedia Britannica. (Originalmente publicado em 1890)

Kant, E. (1997). *Crítica da razão pura*. (M. P. Santos e A. F. Morujão, Trads.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Original publicado em 1781)

Keller, F. S. & Schoenfeld, W. N. (1950). *Principles of psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Kim, J. & Sosa, E. (1995). *A companion to metaphysics*. Cambridge: Blackwell Publishers Inc.

Koffka, K. (1935). *Principles of Gestalt psychology*. New York: Harcourt, Brace and Company.

Köhler, W. (1970). *Gestalt psychology*. New York: Liveright (Originalmente publicado em 1929).

Köhler, W. (1978a). A inteligência dos antropóides. (J. S. de C. Pereira, V. L. Bianco, Trads.) Em A. Engelmann (Org.), *Wolfgang Köhler* (pp. 39-56). São Paulo: Editora Ática. (Original publicado em 1926)

Köhler, W. (1978b). O problema mente-corpo. (J. S. de C. Pereira, V. L. Bianco, Trads.) Em A. Engelmann (Org.), *Wolfgang Köhler* (pp. 129-147). São Paulo: Editora Ática. (Original publicado em 1960)

Lopes, C. E. (2003). Conceitos disposicionais no behaviorismo radical e a mente imanente. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva e S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição, vol. 11* (pp. 82-88). Santo André: ESETec.

Lopes, C. E. (2004). Comportamento e disposição. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva e S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 13 (pp. 39-43). Santo André: ESETec.

Lopes, C. E. (2005). Uma crítica ao papel dos eventos privados no estudo da subjetividade. Em H. J. Guilhardi & N. C. de Aguirre (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição*, vol. 15 (pp. 126-132). Santo André: ESETec.

Lopes, C. E. & Abib, J. A. D. (2003). O behaviorismo radical como filosofia da mente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 85-94.

Mach, E. (1959). *The analysis of sensations*. (C. M. Williams Trad.) New York: Dover Publications. (Original publicado em 1885)

Marx, M. H. & Hillix, W. A. (1979) *Systems and theories in psychology*. New York: McGraw-Hill. (Originalmente publicado em 1963)

Maturana, H. R. & Varela, F. J. (2002). *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. (H. Marioti & L. Diskin, Trads.) São Paulo: Palas Athena. (Original publicado em 1984)

Nagel, E. (1961). *The structure of science: Problems in the logic of scientific explanation*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc.

Popper, K. R. (1995). Parte I. (S. M. Garcia, H. C. F. Arantes & A. O. C. de Oliveira, Trads.) Em K. R. Popper & J. C. Eccles (Orgs.), *O eu e seu cérebro* (pp. 19-280). Campinas: Papirus. (Original publicado em 1977)

Ryle, G. (1980). *The concept of mind*. New York: Penguin Books. (Originalmente publicado em 1949).

Ryle, G. (1967). Systematically misleading expressions. Em R. Rorty (Org.), *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method* (pp. 85-100). Chicago: The University of Chicago Press. (Originalmente publicado em 1931-32)

Sacks, O. (1987). *O homem que confundiu sua mulher com um chapéu*. (T. M. Rodrigues, Trad.) Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1970)

Sennett, R. (1995). *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade*. (L. A. Watanabe, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1974)

Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary? *Psychological Review*, 57, 193-216.

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: McMillan.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.

Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1978a). The shaping of phylogenetic behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 163-170). New Jersey: Prentice-Hall. (Originalmente publicado em 1975)

Skinner, B. F. (1978b). The sleep and thorny way to a science of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 68-82). New Jersey: Prentice-Hall. (Originalmente publicado em 1975)

Skinner, B. F. (1984a). The operational analysis of psychological terms. Em Catania, A. C. & Harnad, S. (Orgs.), *The Behavioral and Brain Sciences*, 7 (4) December (pp. 547-553). Princeton: Cambridge University Press. (Originalmente publicado em 1945)

Skinner, B. F. (1984b). Selection by consequences. Em Catania, A. C. e Harnad, S. (Orgs.), *The Behavioral and Brain Sciences*, 7 (4) December (pp. 477-481). Princeton: Cambridge University Press. (Originalmente publicado em 1981)

Skinner, B. F. (1987a). The Evolution of Behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Upon Further Reflection* (pp. 65-74). New Jersey: Prentice-Hall. (Originalmente publicado em 1984)

Skinner, B. F. (1987b). The Evolution of Verbal Behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Upon Further Reflection* (pp. 75-92). New Jersey: Prentice-Hall. (Originalmente publicado em 1986)

Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.

Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.

Tolman, E. C. (1967). *Purposive behavior in animals and men*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1932)

Vygotsky, L. S. & Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança*. (L. L. de Oliveira, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1930)

Watson, J. B. (1998). Psychology as the behaviorist views it. Extraído de <http://www.yorku.ca/dept/psych/classics/Watson/views.htm>. (Originalmente publicado em 1913)

Watson, J. B. (1930). *Behaviorism*. Chicago: The University of Chicago Press. (Originalmente publicado em 1924)

Zuriff, G. E. (1985). *Behaviorism: A conceptual reconstruction*. New York: Columbia University Press.